



Samuel João Caetano Vilela

O papel da identidade colectiva e das questões político-ideológicas no insucesso do processo de paz israelo-palestinianas: uma abordagem psico-social

Dissertação de Mestrado na área científica da Ciência Política e Relações Internacionais, na especialidade da Paz e Resolução de Conflitos, orientada pelo Senhor Professor Doutor Augusto Rogério Leitão e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Julho de 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sumário

Os conflitos internacionais marcam a história da humanidade há já muitos séculos e o conflito israelo-palestiniano, fundamentalmente pelo seu já longo historial, ocupa um lugar de destaque entre os conflitos, que apresentam um grau mais elevado de complexidade. Considerando esta complexidade, a análise e compreensão de todos os factores que contribuem para o perpetuar deste conflito, não pode ser um exercício simplista que não atente a toda a história e historial de violência por detrás do conflito e à forma como, ao longo dos últimos séculos e, particularmente nas últimas décadas, se foi construindo e solidificando a identidade colectiva dos dois principais intervenientes: judeus e árabes-palestinianos.

Um quadro teórico construtivista permite uma análise à evolução do processo de co-construção das identidades colectivas, israelita e palestiniana, evidenciando as várias interacções entre ambas como determinantes para a sua formação e consolidação. Estas identidades, assim como as diferenças político-ideológicas adjacentes, que interna e externamente separam israelitas e palestinianos e israelitas de palestinianos ao estarem na base da continuidade do conflito representam em simultâneo a solução para este.

No entanto, um processo negocial que aborde o conflito partindo da sua dimensão psico-social implica um processo de transformação do relacionamento entre as partes numa relação positiva. Esta metodologia não foi devidamente aplicada e, não obstante, este conflito apresenta uma variável agravante: a propensão para negociar nem sempre significa vontade em atingir um acordo e implementá-lo.

Palavras-chave: identidade colectiva, processo de paz, violência, reconciliação

Abstract

International conflicts have marked the history of humanity for many centuries and the palestinian-israeli conflict, mainly by its long history of violence occupies a prominent place among conflicts which have a higher degree of complexity. Given this complexity, the analysis and understanding of all the factors that contribute to the perpetuation of this conflict can't be a simple exercise. It would be necessary to understand the whole historic facts and history of violence behind the conflict, and the way in the past centuries, and particularly in recent decades, that the identity of jews and palestinians-arabs has been built and became more solid.

A constructivist theoretical framework allows an analysis of the evolution of the co-construction of both collective identities highlighting the various interactions between them as critical to their formation and consolidation. These identities, as well as adjacent political and ideological differences - inside and outside - to separate israelis and palestinians and israelis of the palestinians, are the basis of continuing conflict and simultaneously represent the solution to this.

However, a negotiation process that addresses the conflict starting from the psycho-social dimension involves a process of transformation of the relationship between parties to a positive relationship. This methodology has been poorly enforced, and yet, this conflict has a variable prejudicial factor: the propensity to negotiate does not always mean a willingness to reach agreement and implement it.

Keywords: collective identity, the peace process, violence, reconciliation

Agradecimentos

Considerando a disponibilidade que exigiu elaborar todo este documento decerto que, agradecer, implica uma elevada agilidade mental sob o risco de estar a ser injusto ao esquecer-me de alguém.

Em primeiro lugar, e dentro do campo académico, gostaria de agradecer aos meus professores pela sempre pronta disponibilidade em me aconselhar. No entanto, seria injusto não particularizar e agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Rogério Leitão e também à Professora Doutora Daniela Nascimento, pela disponibilidade que sempre demonstraram em me recomendar bibliografia e pelo aconselhamento de diferentes perspectivas e abordagens no sentido de tornar este trabalho mais original. Agradeço também à Professora Doutora Raquel Freire e ao Professor Doutor André Barrinha, pelo sentido crítico que enriqueceu alguns capítulos desta tese e pela constante pressão para cumprir prazos, na minha óptica fundamental, para que todo o trabalho tenha sido desenvolvido atempadamente.

Além da bibliografia recomendada pelos meus professores, a quem reitero o meu agradecimento, gostaria também de agradecer à Ana Teresa Amaro, à Camila Borges, ao João Pinto, ao António Frazão e à Gabriela Melciù pela bibliografia recomendada em outras áreas que não as Relações Internacionais e/ou pelo apoio e disponibilidade em me apoiar, a nível pessoal, no desenvolvimento deste longo trabalho.

Para terminar, e salvaguardando-me assim, de ser injusto com alguém, deixo um especial agradecimento à minha família e amigos pelo grande apoio e suporte que me deram ao longo deste último ano.

Índice

Lista de figuras e mapas	vi
Lista de acrónimos e abreviaturas	vii
Introdução.....	1
A história por detrás do conflito	13
Identidade colectiva e questões político-ideológicas.....	18
O desencadear do processo negocial	42
Expectativas e frustrações	55
O regresso dos refugiados aos territórios ocupados.....	62
Colonatos judeus.....	66
A jurisdição sobre a cidade de Jerusalém	69
O insucesso na implementação do processo de paz	71
Conclusão	98
Referências bibliográficas	108
Fontes Primárias.....	108
Bibliografia	109
Anexos	115

Lista de figuras e mapas

Anexo 1 - Israel e Estados fronteiriços, após a anexação dos Montes Golã e do Sinai, na sequência da Guerra dos Seis Dias em 1967.

Anexo 2 - Israel e Estados fronteiriços em 1990.

Anexo 3 - Registos cartográficos desde os tempos bíblicos e 1967.

Anexo 4 - Colonatos judeus na Cisjordânia em Dezembro de 1993.

Anexo 5 - Utilização da terra por parte de Israel na Faixa de Gaza e na Cisjordânia

Anexo 6 - Cidadãos israelitas vítimas de ataques terroristas palestinianos entre 1967 e 1997.

Lista de acrónimos e abreviaturas

EUA – Estados Unidos da América

FATAH ou *Al-FATAH* - Movimento de Libertação Nacional dos escravos liderados pelo povo da Palestina

FDLP – Frente Democrática para a Libertação da Palestina

FPLP – Frente Popular para a Libertação da Palestina

HAMAS - Movimento de Resistência Islâmica

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

PNR – Partido Nacional Religioso

"Atingir o ideal é compreender o real."

Jean Jaurès

Introdução

Sem solução aparente, o conflito Israelo-palestiniano apresenta um longo historial de violência. São muitos os académicos e investigadores, que ao longo dos últimos anos, se têm dedicado a estudar a complexidade deste conflito e a analisar as causas e motivos, que contribuem para o continuar da violência entre as partes beligerantes.

Analisar o conflito israelo-palestiniano e, principalmente, as transformações no relacionamento entre israelitas e palestinianos no período que antecedeu a negociação da Declaração de Princípios sobre o início da Autonomia dos Territórios Ocupados, assinada a 13 de Setembro de 1993 em Washington D.C. e vulgarmente designada, por Acordos de Oslo, implica uma compreensão da relação de interconexão entre o processo de formação identitário de ambos, as diferenças político-ideológicas internas e externas e as imagens, por vezes diametralmente opostas que uma parte tem da outra.

As necessidades e objectivos derivados desta interconexão revestem a forma como as delegações israelitas e palestinianas procedem perante a possibilidade de atingir um acordo que se traduza na implementação de um processo de paz. Por conseguinte, e face ao insucesso na implementação dos Acordos de Oslo, torna-se fundamental, identificar os aspectos que contribuíram decisivamente para o seu insucesso, não só no período de implementação, entre 1995 e 1998, mas também, durante os períodos, negocial e pré-negocial.

A flexibilidade com que a realidade social evoluiu, e transpondo este pressuposto para os Acordos de Oslo, torna facilmente perceptível o contributo dos condicionamentos

trazidos por vários acontecimentos para o resultado final do processo de paz. Entre vários exemplos, são bastante ilustrativos deste facto o continuar da violência em paralelo com o processo de paz e, não menos marcante para o insucesso destes acordos, o assassinato do Primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin¹, em 1995.

Não obstante à delimitação da análise a que se propõe este trabalho serão também analisadas as razões para o fim do processo de paz iniciado com os Acordos de Oslo, o que implicará estender o período de análise aos Acordos de Camp David e ao início da segunda intifada palestina, em 2000.

As circunstâncias em que se encontrava o relacionamento entre israelitas e palestinianos no período que antecedeu a negociação dos Acordos de Oslo, assim como o próprio conflito israelo-palestiniano, resultam de todo um processo histórico de interacção entre as partes e, com o passar dos tempos, do próprio peso emocional, que a história desta relação de conflitualidade, acaba por ter, na forma como as referidas partes agem e se comportam, uma perante a outra.

Este trabalho partirá do pressuposto, que a realidade é volátil e flexível, pelo que, o processo de co-construção do relacionamento entre as partes, da mesma forma que, ao longo do tempo, evoluiu no sentido de uma relação de conflitualidade, pode traduzir-se numa relação de cooperação e interacção positiva, o que obviamente constitui o objectivo do processo de paz.

¹ Yitzhak Rabin foi Primeiro-ministro de Israel entre 13 de Julho de 1992 e 4 de Novembro de 1995 (Cymerman, 2004: 26-29).

Porém, a primeira percepção da forma como decorreram as negociações dará a entender, que a prioridade conferida ao cessar do conflito, ainda na fase pré-negocial, traduziu-se no esquecimento daquela que é a verdadeira essência do conflito israelo-árabe: duas partes que se tornaram altamente competitivas e mutuamente destrutivas, ao ponto de os interesses de uma, ameaçarem e serem totalmente incompatíveis com os interesses da outra.

O objectivo de uma negociação, como será demonstrado, deverá ser, inverter o escalar de violência entre as partes beligerantes, contudo, o restabelecimento da situação vigente antes do conflito – *status quo* – não poderá ser encarado como suficiente, pois não elimina totalmente o conflito e inerente potencial de conflitualidade. Neste ponto convém referir, que uma negociação, para se traduzir num período de implementação bem sucedido, deverá procurar incluir os grupos mais extremistas nas negociações, o que não aconteceu com este processo de paz.

Como também será desenvolvido, um processo de paz entre israelitas e palestinianos implica, fundamentalmente, uma reconciliação entre ambos. Porém, os comportamentos adoptados por ambas as partes, mas principalmente pela delegação israelita no período pré-negocial e negocial, transmitiram uma ideia de supremacia e vitória de Israel sobre os palestinianos. O facto de assuntos com particular e especial importância para o povo palestiniano não terem sido debatidos nestas fases, gerou um sentimento de derrota e, nestas condições, tornou-se virtualmente impossível, construir um processo de reconciliação - ambas as partes devem sentir-se vítimas do conflito e não uma da outra.

O secretismo sob o qual decorreram as negociações, aliado ao facto de os grupos mais extremistas terem sido deixados à margem dos acordos, sendo estes considerados *spoilers*² à negociação, traduziu-se num verdadeiro barril de pólvora. Os grupos extremistas não se reviram num acordo que, no máximo, poderia ser considerado como minimamente aceitável, isto, uma vez que não respondeu, como será demonstrado, à maior parte das preocupações e expectativas das partes envolvidas no conflito. O comportamento destes grupos, facilmente, originou a formação de opiniões adversas entre a população em geral, o que contribuiu para ditar o insucesso do período de implementação.

Ainda que, o objectivo dos Acordos de Oslo, pudesse ser o estabelecimento de bases que permitissem atingir resultados positivos a médio-longo prazo e não resolver a totalidade do conflito naquele momento, como será perceptível ao longo deste trabalho, o único resultado positivo deste processo de paz foi conseguir levar à mesa das negociações israelitas e palestinianos e estabelecer um documento minimalista que poderia, ou poderá ainda, servir de base a uma futura negociação entre ambos.

No que diz respeito à produção científica, o estudo do conflito israelo-palestiniano, apesar do elevado grau de complexidade que apresenta, tem despertado há já várias décadas a atenção de vários autores, que, sob diferentes perspectivas, têm analisado essencialmente as negociações em torno do processo de paz, as condições em que vivem os refugiados palestinianos, a influência da religião no conflito, os impactos e percepções da actividade terrorista nas sociedades israelita e palestiniana e, entre outras temáticas, o simples desenvolvimento histórico do conflito.

² Indivíduos, grupos ou entidades que se opõem, assumida ou dissimuladamente, a um processo negocial e pretendem contribuir para o seu insucesso, perpetuando a violência. (Stedman, 2003: 103-104).

Neste ponto, John Darby (2001), considera que em alguns cenários, a violência pode funcionar como catalisador para a paz, isto na medida em que aumenta a necessidade de atingir um acordo que cesse rapidamente o conflito. No entanto, no caso israelo-palestiniano, Stephen Stedman (2003) e o próprio Darby referem, que a violência não se apresenta como o principal factor para justificar a necessidade de um processo de paz, apesar de, para isso, também ter contribuído.

No que concerne à investigação realizada na especialidade da abordagem que este trabalho faz ao processo de paz, o principal autor, Herbert Kelman, desenvolveu grande parte da sua investigação, tendo elegido como principal estudo de caso o conflito israelo-palestiniano. Kelman (2009) defende que um acordo de paz lavrado para um conflito com as características do israelo-palestiniano, tem, imperativamente, que conter, uma forma de transformar o relacionamento entre partes.

Kelman e Nadim Rouhana (2004) elegem a dimensão psico-social do conflito e a criação de bases para encontrar uma forma das partes se relacionarem positivamente, como um dos principais componentes a integrar numa negociação de paz e consideram que os Acordos de Oslo não são uma excepção. A mesma tese é partilhada por Louis Kriesberg (2007), Daniel Lieberfeld (2007) e Ulkü Demirdöğen (2011), que subscrevem o trabalho dos dois autores e reiteram ser fundamental um aprofundamento do estudo da dimensão psico-social do conflito.

O aprofundamento deste método de abordar um conflito, ganha especial importância, ao permitir compreender e interpretar quais as motivações e origens das dificuldades que habitualmente surgem no período pré-negocial e negocial de um processo de paz, o que

segundo Kelman contribui para ultrapassar barreiras com vista a uma efectiva implementação deste.

Rohana e Fisher (2005) partilham das conclusões retiradas por Kelman e relevam a importância da promoção de encontros informais entre os intervenientes no conflito, na fase que antecede a negociação, como meio para desencadear uma negociação com muitos obstáculos ao seu início.

Ainda em menor número que as referentes a estas temáticas existem algumas publicações dedicadas ao estudo do processo de formação identitário quer do povo judeu, quer do povo palestiniano. Peter Demant (2000), Epelboim (2004) Daniel Gray (2009) aludem às questões político-ideológicas e à criação de identidades colectivas mutuamente destrutivas, o que reforça a necessidade de aplicar a abordagem psico-social, defendida por Kelman, Rouhana, Kriesberg, Lieberfeld e Demirdögen, para inverter as dificuldades de obtenção de um acordo.

Quanto ao estudo desenvolvido, mais concretamente, no âmbito da forma, como foi negociado o processo de paz que constitui a delimitação da análise deste trabalho – os Acordos de Oslo – Sara Roy (2002), Ferdinand Bull (2007) e Jonathan Rynhold (2008) identificam várias falhas na forma como foram conduzidas as negociações e no modelo sob o qual foi elaborado o texto final dos acordos. Bull concretiza, atentando a uma particularidade: a dimensão religiosa deveria ter sido aprofundada, da mesma forma que a económica foi durante as negociações.

Stedman e Daniel Gray (2009) centram o seu trabalho na análise do contributo dos vários *spoilers* para o insucesso do processo de paz. Marwan Bishara (2001) coloca o Governo de Israel no mesmo patamar dos *spoilers* ao processo de paz, e questiona, quais as verdadeiras pretensões dos israelitas: caminhar para a paz ou estabelecer um regime de apartheid, subjugando os palestinianos. A desumanização dos palestinianos por parte de Israel é partilhada por Nuno Coelho e Adam Kershaw (2009), que consideram os colonatos judeus um forte entrave à normalidade do quotidiano dos palestinianos.

Bishara (2001) considera que os Acordos de Oslo não produziram qualquer resultado e que o seu verdadeiro e único objectivo era manter vivo um processo de paz que encobrisse a consolidação do domínio israelita nos territórios palestinianos ocupados. Rafael Reuveny (2003) e Barry Rubin (2006) discordam e explicam a estratégia israelita para o processo de paz, desenvolvendo a questão da devolução gradual dos territórios palestinianos ocupados enquanto moeda de troca por paz (estratégia *land for peace*³).

No entanto, apesar de existirem trabalhos dedicados, tanto à análise do processo de formação identitário, como à análise das causas do insucesso na implementação dos Acordos de Oslo, não existe ainda um estudo suficientemente aprofundado que relacione e explique a interacção e influência do processo de co-construção das identidades colectivas israelita e palestiniana, que constituem as respectivas bases político-ideológicas, com o insucesso da implementação do processo de paz. Este é, aliás, o factor diferenciador entre este trabalho e a maior parte da produção científica já realizada.

³ Ver página 88.

Assim, interpretar este conflito, implica uma análise aprofundada dos factores identitários e das questões político-ideológicas presentes no longo evoluir do seu processo histórico e para esta interpretação, este trabalho explica a formulação das várias identidades colectivas presentes no conflito israelo-palestiniano e contextualiza as questões político-ideológicas recorrendo ao construtivismo⁴.

A construção construtivista da paz apresenta um elevado grau de complexidade atendendo às várias perspectivas que se sobrepõem e antagonizam. Ainda assim, mesmo perante esta panóplia de perspectivas a escola construtivista apresenta-se como uma espécie de “mediadora” entre o racionalismo e as perspectivas mais radicais da disciplina das Relações Internacionais, o que se apresenta como vantajoso para enquadrar um conflito que, pela sua complexidade e pelas suas dimensões, não poderia ser analisado apenas sob a óptica de uma outra teoria.

Dado que ontologicamente, a escola construtivista atribui um papel determinante às questões identitárias dos indivíduos e dos grupos, no processo de determinar e condicionar os interesses e a acção (Reus-Smit, 2005: 197), o quadro teórico construtivista evidenciou-se como a escolha mais acertada para o desenvolvimento deste trabalho, permitindo explicar as relações de interacção entre as partes envolvidas no conflito israelo-palestiniano e a forma como o conflito foi co-construído, derivado desta interacção⁵.

⁴ Teoria que apesar de ter surgido no final dos anos 80 do século passado, apenas se consolidou na década seguinte. Esta teoria das relações internacionais defende que a realidade é resultado de um processo de co-construção social onde os agentes, ou actores, são influenciados pela estrutura, ou sociedade, e vice-versa (ONUF, 1998: 58-78; Wendt, 1992: 35-70). Neste estudo de caso, o conflito israelo-palestiniano, os agentes são as várias partes envolvidas no conflito e a estrutura é o conflito e toda a conjuntura social envolvente.

⁵ Segundo o autor construtivista Christian Reus-Smit as questões identitárias dos indivíduos e dos grupos são determinantes no processo de condicionamento dos interesses e da acção. As estruturas e os agentes são mutuamente constituídos, ou seja, “as estruturas normativas e ideacionais bem podem condicionar as

Para analisar o processo negocial, ao qual é dedicado o capítulo “O insucesso das negociações de paz israelo-palestinianas”, nomeadamente na análise crítica dos Acordos de Oslo, o modelo de análise será o desenvolvido por Herbert Kelman⁶. Este modelo de análise, relativo à transformação da relação entre antigos inimigos tem por base uma análise psico-social, onde são desenvolvidas as várias etapas a alcançar num processo de reconciliação. Deste modo, recorrendo a este modelo de análise, será possível identificar, quais as etapas que falharam nas negociações dos Acordos de Oslo e que, portanto, conduziram ao insucesso da sua implementação.

A interacção entre este modelo de análise e o modelo teórico proposto - o construtivismo – centra-se na ênfase conferida à construção social da realidade. Este pressuposto construtivista, que, como já foi referido, se apresenta como o melhor enquadramento teórico para um conflito que foi co-construído ao longo do tempo como resultado da interacção, ou também da falta de interacção entre os intervenientes e que, de acordo com o que este trabalho irá desenvolver, apenas poderá ser solucionado através de uma transformação do relacionamento entre as partes envolvidas no conflito.

Quanto à forma como, metodologicamente, foi desenvolvido este trabalho, além da, indubitável importância dos factos históricos, o estudo aprofundado do conflito israelo-palestiniano, implicou uma análise multidisciplinar. Apesar de, se tratar, de um conflito regional, com relevância internacional, a abordagem das Relações Internacionais não se apresentou como suficiente para o enquadramento de todos os factores que contribuíram para o seu desencadear e perpetuar no tempo.

identidades e interesses dos actores, mas essas mesmas estruturas não existiriam se não fossem as práticas conscientes dos respectivos actores” (Reus-Smit, 2005: 197).

⁶ Herbert Kelman, académico e psicólogo social, foi Director do Programa de análise de Resolução de Conflitos Internacionais no Centro de Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard, entre 1993 e 2003.

Deste modo, revelou-se imprescindível o recurso à Antropologia Cultural para compreender a formação da identidade colectiva dos dois povos envolvidos no conflito e à Sociologia para interpretar o processo de formação e interacção entre os vários grupos e organizações, tanto palestinianas como israelitas. Não menos importante, na dimensão intragrupal foi também imprescindível recorrer à Psicologia para entender a influência dos membros de cada grupo na actuação deste.

A pesquisa efectuada e a análise a que este trabalho é dedicado consistiram, em primeiro lugar, na análise do texto dos Acordos de Oslo, nas descrições disponíveis referentes a este processo negocial e na confrontação do processo que culminou na assinatura dos acordos com os estudos, na área dos conflitos e processos de paz, da dimensão psico-social dos conflitos e, também, do contributo dos factores identitários.

Porém, para contextualizar as dificuldades em iniciar negociações e também para explicar o porquê do insucesso na implementação do processo de paz foi necessário recorrer a artigos científicos e de análise, bem como descrições históricas do relacionamento entre as partes envolvidas no conflito. O mesmo procedimento foi necessário para concretizar objectivamente a influência e o contributo da identidade colectiva e das questões político-ideológicas.

Tendo por base a evolução cronológica da co-construção das identidades do povo judeu e do povo palestiniano revelou-se importante encetar uma análise não só do discurso político dos principais intervenientes no processo negocial, mas também da percepção que o indivíduo comum teve do processo de paz. Esta análise permitiu compreender e contrapor as diferentes imagens que uma parte tem da outra.

Após um primeiro capítulo confinado ao contexto histórico, importante para a compreensão das dinâmicas identitárias e para a forma como eclodiu o conflito, o segundo capítulo “Identidade colectiva e questões político-ideológicas” abordará os vários estágios do processo de formação da identidade colectiva israelita e palestina. Neste capítulo serão analisadas as duas dimensões do processo de formação de grupos, ou seja, a dimensão intragrupal e intergrupala, de modo a explicar as relações entre as duas identidades como resultado das interacções existentes nas duas dimensões e da influência mútua que constrangeu a evolução da identidade colectiva de cada uma das partes envolvidas no conflito.

Este segundo capítulo, que desenvolverá a questão da identidade colectiva com o objectivo de justificar a importância de uma abordagem psico-social do conflito israelo-palestino, terminará com uma exposição do pensamento político e da ideologia associada, categorizando os vários grupos, movimentos, partidos políticos e demais organizações, que, directa ou indirectamente contribuíram para o insucesso da implementação dos Acordos de Oslo.

Uma vez contextualizado o processo de formação das identidades colectivas e como este pode constranger a negociação e os resultados de um processo de paz, o capítulo “o desencadear do processo negocial” abordará os Acordos de Oslo, principalmente o período que os antecedeu, analisando a disposição e motivação dos intervenientes nos acordos para a negociação, as exigências apresentadas por ambas as partes e a forma díspar como se apresentaram à mesa das negociações.

Tendo, fundamentalmente, por base as exigências apresentadas por ambas as partes, o quarto capítulo deste trabalho “Expectativas e frustrações”, pretende interpretar a importância dos assuntos considerados essenciais numa negociação, para responder às necessidades de israelitas e palestinianos. Este capítulo tem como objectivo explicar, com base na importância para a identidade colectiva dos dois povos, o facto de assuntos como os refugiados palestinianos, os colonatos israelitas nos territórios palestinianos ocupados e a questão da jurisdição sobre a cidade de Jerusalém, ao não terem sido abordados, se terem traduzido em frustrações que geraram comportamentos desestabilizadores durante o período de implementação dos acordos.

Finalmente, e antecedendo as conclusões finais, o quinto e último capítulo “O insucesso na implementação dos acordos de paz” analisará as várias objecções colocadas ao processo negocial e pós-negocial, nomeadamente, a existência de spoilers, a representatividade dos intervenientes nos acordos enquanto legítimos portadores da vontade e interesses de israelitas e palestinianos e, muito importante, a verdadeira vontade de ambos em cumprir os termos dos acordos e terminar o conflito.

A história por detrás do conflito

Para uma análise concisa do conflito israelo-palestiniano é fundamental compreender, ainda que o mais sinteticamente possível, o contexto histórico que o antecede. A resenha histórica que antecede o conflito é tão ou mais complexa, quanto as negociações de paz entre ambas as partes. É bastante óbvio e, aliás, do conhecimento geral, a importância do factor “terra”, neste conflito, contudo, além de difícil de descortinar, já é irrelevante para a resolução do conflito, e mesmo obsoleto, questionar, quem se estabeleceu primeiro, no território que hoje conhecemos como Estado de Israel.

Não obstante, compreender a identidade colectiva israelita judaica e a identidade colectiva palestiniana árabe, às quais é inteiramente dedicado o segundo capítulo deste trabalho, implica conhecer os antecedentes históricos de ocupação do território.

Não existem dados científicos para atestar o local geográfico exacto de onde os israelitas são originários e os registos históricos mais antigos relativos a Israel datam do Antigo Egipto. Estes registos referem-se a Israel enquanto um povo nómada, oriundo da Mesopotâmia, e não enquanto um território geográfico (Spohr, 2002: 5-12).

O primeiro registo histórico relativo a Israel enquanto território data do século XI a.C. quando o Rei Saul, pressionado pelas constantes guerras com os povos vizinhos, uniu as doze tribos de Israel e conquistou a Palestina, estabelecendo aí, o Reino de Israel, cuja capital, mais tarde, viria a ser Jerusalém (Musuah, s. d.). Além do significado cultural e religioso atribuído a Jerusalém, o facto de esta cidade ter sido a capital da primeira

comunidade política judaica independente, também lhe conferiu, por acréscimo, um significado político, enquanto capital preferencial para um futuro Estado judeu – Israel.

O primeiro êxodo judeu⁷ ocorreu cerca de um século mais tarde, na sequência da divisão deste reino em dois: a norte, o Reino de Israel e a sul, o Reino de Judá. Esta divisão em dois reinos ao ter desunido as tribos judias, deixou-as mais susceptíveis às invasões assírias e babilónicas, que foram bem sucedidas (Musuah, s. d.). A desunião entre as tribos é interpretada pela tradição judaica como a causa para o êxodo, face às invasões assírias e babilónicas e, portanto, fundamenta a argumentação segundo a qual os judeus necessitam de permanecer unidos para conseguir resistir enquanto povo e, posteriormente, adaptado à actual realidade: a preservação do Estado de Israel.

Seguiu-se um período de domínio persa, depois grego e, finalmente, romano. Durante este último, que se iniciou sob a forma de um protectorado, registaram-se várias insurreições dos judeus contra os romanos, o que provocou que, a partir de 70 d.C., a região fosse transformada em província romana e, portanto, submetida totalmente, ao domínio destes. Anos mais tarde, em 135 d.C., com o objectivo de desligar o território do seu passado histórico judaico, o Imperador romano Adriano mudou o nome da então Província Judaica para Província Síria-Palaestina (*Ibidem*).

Desde a desagregação do Império Romano até ao triunfo das conquistas encetadas pelas cruzadas cristãs a região passou pelo domínio dos bizantinos e de vários califas muçulmanos, o que leva a crer que os palestinianos, ou pelo menos os palestinianos enquanto população muçulmana derivem desse período.

⁷ Os êxodos judeus – migrações em massa – comportam uma forte carga emocional na identidade judaica e contribuem para a percepção generalizada do direito ao regresso a um território soberano na região onde hoje se encontra estabelecido o Estado de Israel (Musuah, s. d.).

Em 640 d.C., a Palestina encontrava-se dominada pelo Califa Omar, que decretou a sua divisão em duas regiões administrativas: a Palestina e a Jordânia. A divisão foi meramente administrativa e não motivada por diferenças étnicas, culturais ou religiosas entre a população dos doravante dois territórios. Esta divisão administrativa em duas regiões, Palestina e Jordânia, contribui para a uma percepção judaica bastante actual – a opção jordana, defendida pelo Partido Trabalhista israelita, quanto à existência de um Estado palestino independente, como aliás será desenvolvido no próximo capítulo (Spohr, 2002: 5-12).

Por volta do ano 750 d.C., já posteriormente ao domínio de Omar, os Abássidas ordenaram a fixação de população na zona costeira, com maior predominância na Faixa de Gaza, como forma de proteger o território dos ataques bizantinos. Esta fixação de população muçulmana em Gaza manteve-se até à actualidade constituindo-se enquanto uma das maiores extensões territoriais habitadas por palestinos na actualidade. (*Ibidem*).

No início do século XVII, em 1099, na sequência das cruzadas cristãs que disputaram e conquistaram, gradualmente, esta região, foi fundado o Reino cristão de Jerusalém, que incluiu a região da Palestina e provocou, à semelhança dos êxodos judeus, uma fuga das populações árabes para as imediações do reino (Musuah, s. d.).

A pouco e pouco, tomado pelos Mamelucos, o Reino de Jerusalém, foi totalmente conquistado em 1291. Apenas em 1517 se assistiu a uma nova fixação de populações muçulmanas na Palestina, que regressou ao domínio muçulmano na sequência da expansão do Império Otomano (Spohr, 2002: 5-12). Esta situação, que se manteria até

1917, aquando do final da Primeira Guerra Mundial, foi marcada por várias vagas de imigração de judeus, reforçadas pela institucionalização do Movimento Sionista, em 1897, num congresso realizado em Basileia, assunto que será desenvolvido no próximo capítulo (Wallach, 2000:87-93).

Neste congresso, os sionistas, atendendo a toda esta resenha histórica, optaram, formalmente, pela Palestina como local para a fundação do Estado de Israel. Todavia, e não obstante à presença de autóctones judeus, desde 1882, que começaram a estabelecer-se, na sequência das vagas de imigração, algumas colónias judaicas na Palestina. Este movimento migratório foi sempre visto com alguma apreensão pelos povos nativos que temiam pela perda das suas terras e, portanto, apesar do aparente pacifismo, nunca estabeleceram relações cordiais com os judeus (Spohr, 2002: 5-12).

No final da Primeira Guerra Mundial⁸, o Império Otomano, foi dissolvido e, os territórios actualmente correspondentes à Jordânia, Iraque, Israel e Palestina ficaram sob protectorado do Reino Unido. A expectativa em torno da criação de um Estado nacional de Israel, em muito alimentada por parte do movimento sionista, era bastante elevada. A reivindicação de um Estado Palestiniano surgiu apenas na sequência da assinatura da Declaração de Balfour⁹, em 1917, que claramente alinou o Reino Unido com o movimento sionista (Wallach, 2000: 87-93).

⁸ Conflito mundial decorrido entre 1914 e 1917 e opôs o Império Britânico, França, Império Russo (até 1917) e Estados Unidos da América (a partir de 1917) ao Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano (Rémond, 2002: 283-287).

⁹ Responsável pela Declaração Balfour, Lorde Arthur James Balfour anunciou que o Governo Britânico antevia favoravelmente o estabelecimento de uma pátria para o povo judaico na Palestina. Evidentemente, este anúncio desagradou aos palestinianos que, assim como os judeus, também se encontravam sob protectorado britânico (Wallach, 2000: 87-93).

Durante, e imediatamente após, a guerra que eclodiu com a declaração da independência do Estado de Israel em 1948, o número de refugiados palestinos foi crescendo substancialmente, tornando-se a par do factor “terra” também um dos factores centrais do conflito, como aliás será desenvolvido na secção “O regresso dos refugiados aos territórios ocupados” no capítulo “Expectativas e frustrações”.

Em simultâneo, muitos países árabes expulsaram os seus residentes judeus, que foram forçados a mudarem-se para o recém-criado Estado de Israel (Wallach, 2000: 87-93). Mais tarde, em Junho de 1967, rebentou uma nova guerra¹⁰ entre Israel e as forças aliadas da Síria, Jordânia e Egipto e o número de refugiados palestinos voltou a aumentar. (Wallach, 2000: 87-93).

Em 1993, ano da assinatura dos Acordos de Oslo, e com uma configuração idêntica à da actualidade, a ocupação israelita dos territórios palestinos, iniciada em 1967 sob a forma de colonatos judeus, sobretudo na Cisjordânia, tem revestido a configuração de um desarticulado arquipélago rodeado por colonatos e postos de controlo – *checkpoints*, controlados por Israel (Coelho e Kershaw, 2009: 7-40).

¹⁰ Em 1967, durante o período de seis dias decorreu um conflito armado que opôs Israel às forças aliadas da Síria, Jordânia e Egipto, suportadas pelos vários grupos organizados palestinos. Durante este breve período que ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias, Israel invadiu e capturou Gaza e a península do Sinai ao Egipto, os Montes Golã à Síria e a Cisjordânia à Jordânia (Wallach, 2000: 87-93).

Identidade colectiva e questões político-ideológicas

Ao partir de uma óptica construtivista, parte-se, forçosamente, do princípio, que a construção de uma identidade colectiva é fortemente influenciada pelas relações estabelecidas entre vários grupos, ou seja, existe uma co-construção da realidade social (Holsti, 2006: 313-344). No caso israelo-palestiniano, como será desenvolvido ao longo deste trabalho, os comportamentos e posições adoptados por cada uma das partes em relação à outra, assim como, os seus medos e receios, tornam extremamente complexo, o processo de interacção social, entre ambos. Como será perceptível, a interacção social acaba por ser o resultado do significado em torno do qual a acção se organiza. As identidades e os interesses produzidos com, e através da interacção social, tornam-se em identidades e interesses colectivos.

O estudo da identidade colectiva das nações, grupos étnicos e religiosos, tem vindo a atrair, cada vez mais, a atenção do mundo académico. Por mais objectiva que seja, a definição de um grupo, não pode ser feita apenas pela análise das características próprias desse grupo. Assume-se, portanto, que não existe uma “autodefinição natural” de um grupo, mas, sim, uma definição resultante de complexos processos de interacção entre o dado grupo e os demais (Wendt, 1992: 77-90; Linklater, 1998: 58-78). Estes complexos processos de interacção conduziram à construção social das identidades colectivas.

Para entender a dimensão psico-social do conflito israelo-palestiniano é fundamental, aprofundar o processo de construção das identidades colectivas, bem como as questões

político-ideológicas, que marcam este conflito. O processo de desenvolvimento da identidade colectiva de cada grupo, resultou na construção de identidades muito complexas e mutuamente, destrutivas, o que contribuiu para o agudizar das dificuldades em atingir um acordo entre os intervenientes (Demant, 2000: 248-254).

A identidade envolve um conjunto de características centrais de um grupo, caracterizando-o e diferenciando-o dos demais (Rorty e Wong: 1990: 19-36). Derivada de um processo de socialização, a formação e evolução da identidade colectiva de um grupo compreende duas dimensões: a dimensão intragrupal e a dimensão intergrupala. No caso de um povo ou nação, a interacção social tem lugar num contexto cultural. A construção de significados compartilhados ou simbólicos tem por referência, a cultura de um grupo e está ligada ao pensamento colectivo, através da língua ou linguagem, das crenças colectivas, dos símbolos colectivos e das ideologias que se organizam em torno de determinados valores. (Ayestarán, 1996: 189). Este contexto cultural consiste, portanto, num sistema de convicções, largamente aceites pelo grupo e suposições, que são transmitidas de uma geração para a seguinte (Krüger, 1986: 44-45).

Na dimensão intragrupal, que compreende um conjunto de características, valores e objectivos partilhados pelo grupo existe um sentimento de pertença que gera identificação do membro individual com o grupo em que se insere. A dimensão social de um grupo é adquirida a partir do momento que se constitui um conjunto de significados compartilhado entre vários indivíduos (Ayestarán, 1996: 189).

Nesta dimensão existe uma dinâmica que é universal a todos os seus membros, ou seja, todos se influenciam uns aos outros de uma forma contínua no tempo e gerando como

produto de interacção a identidade ou o evoluir da identidade do grupo. Esta identidade, cumulativamente a todo este processo, também se repercute nos seus membros influenciando todo este complexo processo (Krüger, 1986: 44-45; Rorty e Wong: 1990: 19-36).

Quanto à dimensão intergrupar, respeitante aos processos de interacção entre dois ou mais grupos, esta é condicionada numa primeira instância pelas características, valores e objectivos de cada grupo, numa segunda instância pelo historial desse relacionamento, que comporta também a evolução da identidade de cada um dos grupos, ainda que esta também seja passível de ser influenciada pelas relações intergrupais estabelecidas (Ayestarán, 1996: 189). Concretizando, no que diz respeito ao produto destas relações, se as referidas características, valores ou objectivos forem incompatíveis ou inversamente exclusivos, gera-se uma relação de conflito, caso não o sejam a relação gerada poderá ser de cooperação (Gestoso, 2007: 37-42).

Os discursos mais nacionalistas e tradicionais, muitas vezes reforçados com argumentos de índole religiosa, consideram identidades colectivas, algo, de imutável, contudo, uma análise construtivista da realidade, facilmente refuta esta teoria, como será perceptível no capítulo “O insucesso na implementação do processo de paz”. As identidades colectivas são flexíveis e influenciadas pelo meio e pelas relações entre si, o que também se aplica a grupos envolvidos em cenários de conflitualidade (Reus-Smit, 2005: 188-212), sendo portanto aplicável ao conflito israelo-palestiniano.

De acordo com Sabino Ayestarán¹¹, especialista em psicologia social, o elemento central que determina a formação de um grupo identitário é a forma como este lida com um dado cenário de conflito. O conflito intergrupai, que funciona como factor de unidade intragrupal, deriva de diferentes significados, normalmente antagónicos, ou incompatíveis, atribuídos a um determinado acontecimento ou finalidade (Ayestarán, 1996: 12-21).

O conflito israelo-palestiniano é caracterizado pela existência de duas identidades colectivas, que comportam vários grupos cada, com diferentes agendas, que lutam pelo mesmo objectivo, ou seja, um território. Partindo da existência, ou do próprio sentimento de “ameaça”, o entendimento que é feito da sobrevivência também se enquadra, entre principais fundamentos do construtivismo, quadro teórico que permite explicar todo o processo de interacção supracitado.

Os indivíduos agem perante objectivos, de acordo com o significado e a importância que estes têm para si. Atendendo à dimensão grupal, os vários grupos, apesar de partilharem uma identidade colectiva muito similar entre si, divergem, quanto à imagem que têm da forma de concretizar um objectivo, que é comum, como aliás será verificável, neste estudo de caso.

Esta divergência, nos grupos considerados mais radicais e, que recorrem, aos referidos argumentos de índole religiosa, traduz-se numa acção em nome de uma identidade colectiva, que se apresenta como, presumivelmente, imutável e, mutuamente, exclusiva e destrutiva em relação à outra (Kelman, 1999: 193-194). Este conflito apresenta, de

¹¹ Sabino Ayestarán Etxeberria é Professor Catedrático de Psicologia Social na Universidade do País Basco (Espanha) e especialista no estudo da formação de grupos e processos de socialização.

facto, um conjunto de argumentos religiosos e nacionalistas, de ambas as partes, que tornam a questão da definição e dos limites das identidades colectivas envolvidas no conflito, ainda mais complexa (Demant, 2000: 204-208).

No entanto, e mesmo tendo em consideração os argumentos, é precipitado, afirmar, que este grau de complexidade, inviabilize a possibilidade de uma mudança de identidade, como resultado de um processo de transformação do relacionamento entre as várias partes envolvidas no conflito (Kelman, 1999: 194).

Ainda assim, para abordar uma hipotética transformação do relacionamento entre os intervenientes, é fundamental fazer uma análise prévia ao processo de construção das identidades predominantes envolvidas no conflito. Referir uma identidade israelita, sem considerar os seus vectores judaico e sionista, ou uma identidade palestina, sem referir o vector árabe e islâmico seria imprudente e redutor, pois, ao desenvolver o processo de formação de uma identidade é necessário identificar quais os principais factores de construção dessa identidade (Demant, 2000: 203).

A identidade israelita contemporânea resulta de um longo processo de afirmação da religião judaica. Desde muito cedo, que a religião foi o factor que permitiu diferenciar este povo dos demais povos vizinhos, o que, portanto, constitui a religião judaica como elemento primário no processo de formação da identidade colectiva israelita (Demant, 2000: 209-230).

A primeira entidade política judaica surgiu, em 1020 a. C. com a fundação do Reino de Israel sob a forma de uma monarquia e com capital na cidade de Jerusalém. Em 960

a.C. foi fundado o primeiro Templo judeu, precisamente em Jerusalém. Como já foi referido na introdução a este trabalho, poucos anos depois, em 930 a.C. o Reino judeu dividiu-se em dois: o Reino de Judá e o Reino de Israel (Musuah, s. d.).

Na sequência desta divisão ocorreu o primeiro grande êxodo judeu, devido à incapacidade dos dois reinos, separadamente, resistirem às incursões dos invasores assírios e babilónios (Wallach, 2000: 87-93). Este episódio foi sistematicamente utilizado como argumento para apelar à união de todos os judeus. Para os judeus mais tradicionalistas, a interpretação da história permite concluir, que, apenas unidos é possível garantir a manutenção de uma entidade política judaica materializada sob a forma de um Estado independente.

Ao longo dos vários séculos, que se sucederam este povo poderia ter desaparecido através de um gradual processo de aculturação dissipando-se entre outros povos, contudo, a religião judaica permitiu manter viva uma identidade colectiva, com factores culturais e tradições que sempre diferenciaram judeus de não judeus (Demant, 2000: 209-230).

Os registos históricos comprovam o regresso sistemático de judeus aos territórios onde haviam edificado a sua primeira entidade política independente, ainda que, sem sucesso do ponto de vista político (Wallach, 2000: 87-93). A identidade colectiva dos judeus, que durante um longo período de tempo, tendeu, a ser materializada enquanto uma religião, e não, enquanto nação encontrou no movimento sionista a sua primeira forma de se organizar e manifestar politicamente (Zerubavel, 1995: 13-33).

O movimento sionista, que teve a sua origem na década de cinquenta do século XIX e tinha como premissa, o regresso dos judeus ao Sião¹² e a criação de um Estado judaico, era essencialmente um movimento judaico-europeu (Demant, 2000: 209-230). No entanto, convém ressaltar, que no território onde actualmente se encontra o Estado de Israel sempre existiu uma comunidade judaica, assim como sempre se registaram fluxos migratórios de regresso a esse território (Wallach, 2000: 87-93).

Ainda assim, apesar da existência de uma comunidade judaica autóctone, foi a dimensão política exortada pelo sionismo que reforçou uma dinâmica de reafirmação de uma identidade judaica (Demant, 2000: 209-230). Cronologicamente é possível explicar a construção do movimento sionista em três fases distintas:

No seu período inicial, entre a década de cinquenta e sessenta do século XIX, quando um grupo de rabinos lançou um movimento em favor de um regresso voluntário, mas efectivo, dos judeus ao Sião. Uma segunda fase, motivada por uma perseguição aos judeus residentes na Rússia na sequência do assassinato do Czar Alexandre II em 1881 e que, aumentou a vaga de regresso voluntário ao Sião. Finalmente, em 1897, a formalização do movimento sionista, aquando da convocação do primeiro congresso internacional que definiu o programa de criação de uma pátria judaica na Palestina (Sed-Rajna, 2000: 106).

Este congresso, convocado para Basileia por Theodor Herzl¹³ representa um marco crucial na construção do movimento sionista. Não obstante, e aliás, com um importante

¹² Região geográfica onde se situa actualmente a cidade de Jerusalém (Demant, 2000: 209-230).

¹³Theodor Herzl foi um jornalista judeu austro-húngaro, organizador do primeiro congresso do movimento sionista, em Baseileia, do qual veio a ser presidente (Sed-Rajna, 2000: 106).

contributo para a sua efectivação, o congresso foi antecedido, um ano antes, pela publicação de um manifesto intitulado de “O Estado dos Judeus”, o que, obviamente captou a atenção dos judeus de todo o mundo. Numa última fase, este movimento, já oficial, recebeu o apoio britânico, sob a forma da Declaração Balfour, datada de 1917 (*Ibidem*).

Se, por um lado, é verificável um condicionalismo, derivado da conflitualidade sobre o comportamento dos vários agentes (grupos organizados intervenientes no conflito e no período que o antecedeu), influenciando a formulação da sua identidade, por outro, essa conflitualidade, ou seja, a estruturação do conflito, não se teria desenvolvido nem evoluído sem os processos de interacção desenvolvidos entre esses agentes (Reus-Smit, 2005: 188-212). Assim como, resultado deste processo de interacção entre as identidades colectivas envolvidas no conflito verificou-se, portanto, um processo de construção identitário mútuo entre agentes e estrutura.

Uma análise aprofundada ao processo de construção das identidades colectivas judaico-sionista e árabe-palestiniana revela a existência de uma relação directa entre o desenvolvimento de uma identidade palestiniana e o processo de afirmação do movimento sionista. A identidade palestiniana começou, aliás, a formar-se como resultado da necessidade de resistir ao expansionismo judeu consentido pelos britânicos.

Esse comportamento, assim como, o dos judeus desejarem uma pátria, é possível ser enquadrado no trabalho desenvolvido pelo psicólogo social Johnmarshall Reeve¹⁴. Este

¹⁴Johnmarshall Reeve, da Universidade de Iowa (Estados Unidos da América), é um dos mais conceituados investigadores em psicologia social, nomeadamente no estudo da motivação intrínseca e extrínseca.

autor considera que é a necessidade que gera a motivação para agir e para concretizar objectivos.

Atentando ao conflito israelo-palestiniano, particularmente no processo de formação da identidade palestiniana, tendo por base o trabalho de Reeve verifica-se em primeiro lugar, uma motivação intrínseca entre os palestinianos, emergente da necessidade instintiva de proteger as próprias terras, face à chegada de um povo encarado como ocupante. Em segundo lugar, verifica-se uma motivação extrínseca, derivada da percepção colectiva do grupo, que se sente afectado e que, naturalmente, se traduziu numa instigação à união para a concretização de uma necessidade partilhada por todos, ou seja, a resistência à chegada das populações judaicas (Reeve, 2005: 133-134).

Assim sendo, a construção da identidade colectiva do povo palestiniano foi construída através da identidade individual dos sujeitos, que consequentemente, depois de estabelecidos enquanto grupo, influenciaram a formação identitária de todos os que partilham os mesmos objectivos e, portanto, sentem pertença a esse grupo. No caso deste conflito, e aplicando-se a ambas as partes envolvidas, não é apenas a semelhança de todos os membros, nem a partilha dos mesmos objectivos, nem o facto de cada parte ver no outro um inimigo em comum que, por si só, consolidou a construção de uma identidade colectiva. Esta consolidação foi, sim, fomentada pela dependência de cada elemento face ao colectivo, vendo neste colectivo a única forma de concretização de objectivos (Arróspide e Cerrato, 1996: 174-188).

O apelo lançado pelos rabinos em favor de um regresso voluntário ao Sião traduziu-se num aumento gradual da população judaica na Palestina. Esta população judaica, de

acordo com os registos históricos, não detinha qualquer tipo de relacionamento com a população palestina residente (Sed-Rajna, 2000: 106).

No entanto, e para a análise a que este trabalho se propõe, esta não existência inicial de interacção entre judeus e palestinianos, traduz-se por si só numa forma de interacção (Demant, 2000: 248-254). Paralelamente, dois povos, um mais compacto e organizado que outro é certo, coexistiram no mesmo território, sem se misturarem e com diferentes percepções e expectativas de futuro. Num processo de co-construção social das identidades colectivas é evidente que a não interacção deliberada entre os dois povos contribuiu para o gerar de uma forte tensão estrutural ao conflito.

Esta situação é claramente elucidativa da desconfiança mútua, que desde cedo, caracterizou a relação entre os dois povos. Sob o protectorado britânico, os palestinianos olharam com muita preocupação e desconfiança o estabelecimento gradual de “colónias” judaicas na palestina, enquanto os judeus, movidos pelo objectivo final da criação de um Estado judeu olhavam os palestinianos como um povo inferior que não fazia parte dos planos de construção desse Estado (Sed-Rajna, 2000: 106).

A Declaração Balfour marcou o reconhecimento da possibilidade de criação do Estado judeu, efectivando o sucesso da ocupação gradual dos territórios anteriormente detidos pelos árabes-palestinianos encetada pelo movimento sionista. Simultaneamente ao processo de construção e afirmação do movimento sionista e ao aumento dos fluxos migratórios para a Palestina assistiu-se ao desenvolvimento de uma identidade colectiva palestina (Demant, 2000: 230-248) e esta declaração acabou por ter um grande contributo, pois ao ter reconhecido oficialmente a possibilidade da criação de um Estado

soberano no seu alegado território a um povo por eles considerado ocupante levou a uma forte união entre as várias tribos e clãs palestinos gerando uma grande indignação e ondas de protesto contra o Império Britânico (Piccollec, 1990: 35-45; Wallach, 2000: 87-93).

Foi exactamente a partir deste momento que se assistiu a um claro evoluir do processo de construção de uma identidade palestina. Durante o período de ocupação otomana não existia um grau de integração suficientemente forte entre palestinos, assim como não existiam fronteiras rigorosamente delimitadas que permitissem, ainda que geograficamente, separar palestinos de outras populações árabes também sob o domínio otomano (Demant, 2000: 230-248).

A identidade colectiva de um povo deve ser constituída por factores e características que permitam fazer a distinção entre esse povo e os demais, contudo, as semelhanças dos palestinos com os seus vizinhos não facilitavam o seu reconhecimento enquanto povo. Palestinos e povos vizinhos partilhavam a mesma língua, religião maioritária e costumes (*Ibidem*).

Desde o início da formação da sua identidade que o nacionalismo palestino definiu a nação palestina inequivocamente como uma nação árabe, ainda que mais tarde, nomeadamente, aquando da negociação dos Acordos de Oslo, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) tenha mencionado a criação de Estado palestino enquanto Estado laico (MEDEA, s. d. a).

Porém, as já referidas semelhanças que os palestinianos, maioritariamente árabes, têm com os povos vizinhos fortaleceram uma orientação pan-árabe, exactamente suportada pelas nações árabes. Este factor constituiu-se, em simultâneo, como um entrave à criação de um Estado palestiniano independente.

Durante várias décadas as duas percepções mais frequentes entre os israelitas, consistiam, ou, na negação do direito à existência de um Estado palestiniano, não reconhecendo a existência de uma identidade nacional palestiniana que se diferenciava das demais nações árabes independentes, nas quais se deveriam procurar inserir (Demant, 2000: 248: 254), ou na defesa da integração dos territórios palestinianos reconhecidos pela ONU (United Nations, 1947) e, claro, das populações palestinianas, na Jordânia “a opção jordana” (Montbrial, 1992: 141).

Caracterizando a realidade palestiniana aquando da chegada das vagas de imigração judaicas, verificava-se facilmente uma divisão sectária, em forma de tribos, clãs e grandes famílias que nunca procuraram organizar-se, pelo menos de uma forma interessada e coerente. A chegada gradual de um povo mais organizado e, portanto, mais forte, marca um forjar repentino de uma identidade colectiva palestiniana sob a égide da religião – o islamismo. Mesmo ao nível político, apenas um pequeno número de grandes famílias palestinianas, maioritariamente marcadas por um antagonismo entre si, exerciam actividade política junto da potência britânica (Demant, 2000: 230-248).

Sob uma perspectiva de análise sociológica, o islamismo traduziu-se no factor aglutinador, que permitiu repercutir no indivíduo um sentimento de pertença e de identificação com o colectivo transformado em povo palestiniano (*Ibidem*). Claramente,

os palestinos não se encontravam dotados de uma estrutura organizacional suficientemente capaz de lidar com o desafio sionista e nomeadamente, a criação de um Estado judeu.

Sucederam-se vários levantamentos populares de protesto contra britânicos e sionistas¹⁵, mas nunca houve uma tentativa clara, por parte dos palestinos, em tentar negociar qualquer tipo de acordo que salvaguardasse os seus direitos (Wallach, 2000: 87-93), o que obviamente, sem a existência de um caderno reivindicativo coerente, se traduziu num fortalecimento do movimento sionista e não no seu enfraquecimento.

Paralelamente ao desenvolvimento desta identidade árabe-palestina, as dificuldades de integração dos judeus em nações modernas frequentemente marcada por reacções anti-semitas, reforçaram a necessidade de encontrar uma resposta colectiva nacional judaica que se materializasse na criação de um Estado para o povo judeu (Demant, 2000: 209-230) o que, como, aliás, já foi referido, era preconizado pelo sionismo.

O final da II Guerra Mundial¹⁶ acabou por marcar o “princípio do fim” das esperanças palestinas em conseguir desfraldar as expectativas sionistas. O preço de uma nação, não pode, de forma alguma, corresponder à morte de seis milhões de judeus, contudo, o movimento sionista, sob um luto assombroso, soube capitalizar da melhor forma o

¹⁵ Entre 1920 e 1939 registaram-se consecutivamente vários levantamentos populares palestinos contra os britânicos. Em 1920, na cidade de Jerusalém, 251 palestinos morreram em confrontos com brigadas de defesa sionistas. De ano para ano os protestos foram ganhando contornos cada vez mais graves e, em 1929, os palestinos consideraram a cedência de terras aos judeus uma usurpação e revoltaram-se em larga escala um pouco por todo o protectorado britânico. Esta revolta originou mais de mil vítimas, entre as quais 250 mortos. Os britânicos decidiram autorizar e armar brigadas judias para reforçar a defesa e repressão aos rebeldes palestinos. Durante este período de 19 anos, além dos mortos resultantes de confrontos com as brigadas judaicas ou com o exército britânico, cerca de 900 palestinos foram condenados à morte e executados (Picollec, 1990: 35-45).

¹⁶ Conflito mundial iniciado em 1939 com a invasão da Polónia por parte da Alemanha Nazi e que terminou em 1945 com um balanço de mais de sessenta milhões de mortos, entre os quais cerca de seis milhões de judeus vítimas do holocausto nazi (Rémond, 2002: 168-172).

holocausto nazi e tirar o melhor partido dos sentimentos, tanto de culpa como de solidariedade do mundo ocidental fortalecendo a reivindicação do estabelecimento de um Estado judeu na Palestina (Simpson, 2000: 54-55).

Em 1947, a Assembleia-geral das Nações Unidas, através da Resolução n.º 181 esboçou a divisão da Palestina em dois Estados, um judeu e um árabe (United Nations, 1947), contudo, em 1948 foi proclamada unilateralmente a criação do Estado de Israel. Na sequência da guerra¹⁷ que se sucedeu à proclamação da independência do Estado de Israel, a maioria dos palestinianos dispersaram-se pelos países vizinhos com o estatuto de refugiados. Parte da então recém-formada identidade palestiniana foi assim dispersa e fragmentada pelos países vizinhos que, na generalidade, não empenharam qualquer tipo de esforço para os absorver (Bishara, 2001: 100-107).

Contrariamente a esta dispersão e fragmentação da identidade palestiniana, os sionistas alicerçaram a construção de uma identidade israelita através da revitalização da língua hebraica, da tradição literária, da arqueologia e história, mas também, e não menos importante, na recuperação de tradições e símbolos idiossincráticos, nomeadamente, mitos e festas, antigas práticas agrícolas hebraicas e, com uma vertente simbólica bastante carregada, a adopção do calendário judaico (Zerubavel, 1995: 13-33).

A criação, ou recriação, de factores de identificação do judeu, enquanto indivíduo, com o grupo traduziu-se no conferir de uma identidade colectiva sólida, que motivou o regresso dos exilados, a negação da dispersão dos judeus pelo mundo e,

¹⁷ Em 1948, Egipto, Iraque, Transjordânia, Líbano e Síria invadiram a Palestina numa tentativa de travar a criação de Israel como um Estado judeu no território (Wallach, 2000: 87-93). Israel venceu a guerra, que passou a ser conhecida como a Guerra da Independência de Israel. Para os Palestinos, é conhecida como “Nakba”, palavra árabe que significa catástrofe (Coelho e Kershaw, 2009: 7-40).

consequentemente, a criação do “novo judeu” no seu próprio país (Demant, 2000: 209-230).

Os judeus, com um importante contributo do movimento sionista, encontraram-se, pela primeira vez em cerca de dois milénios perante uma comunidade política viável materializada sob a forma de uma sociedade judaica, completamente nova, que adquiriu a independência política enquanto Estado de Israel.

Sob esta análise surge uma constatação fundamental para compreender a complexidade deste conflito: a criação de uma nova nação num território já habitado apenas poderia ser efectuada pela via da colonização (Demant, 2000: 248-254). No entanto, convém ressaltar, que não se trata de um caso de colonialismo clássico, pois o sionismo não pretendia ocupar um território, com o intuito de explorar a mão-de-obra palestiniana. A pretensão sionista, como, aliás, já foi completamente explicitado, cingia-se apenas à ocupação exclusiva das terras.

O objectivo principal do sionismo concretizou-se com o estabelecimento de um Estado independente para os judeus em 1948 e teve como consequência, o deslocamento da maior parte dos palestinianos, para fora dos territórios controlados pelo, então, proclamado Estado de Israel. Este abandono das terras pela maioria da população árabe tornou possível estender o domínio e organização política israelita à maior parte do território que hoje integra Israel (Wallach, 2000: 87-93).

Paralelamente, e apesar da já referida dispersão e fragmentação da identidade palestiniana, à margem da fundação do Estado de Israel e, maioritariamente, espalhada

pelos Estados vizinhos, a deterioração das condições sociais dos palestinianos evidenciaram-se como um reforço da necessidade de criar um Estado palestiniano.

Assim, o processo de construção da identidade palestiniana é, sem dúvida, fortemente marcado por um sentimento telúrico, ou seja, pela perda e ânsia de regressar à sua terra e também, pela complexa negação de uma nação soberana onde erguer a sua pátria¹⁸.

Porém, este sentimento telúrico também se aplica ao povo judeu. A terra – espaço geográfico – encontra-se assim no centro da co-construção das identidades colectivas, tanto palestiniana, como israelita (Demant, 2000: 201; Demant, 2000: 248-254). Os israelitas, à semelhança dos palestinianos, ainda que, com um evoluir do grau de integração enquanto povo totalmente diferente, apresentam-se unidos pelo objectivo comum de possuir e manter, um território e uma nação soberana.

O objectivo fundamental do povo judeu e de toda a população israelita é o de criar condições para a prosperidade das suas famílias, fortalecer o Estado, e seguir o nosso caminho como cidadãos de Israel e judeus. Em certo sentido, estamos a dar um exemplo ao resto do mundo. Israel depende, única e exclusivamente, da sua própria força, da dedicação dos indivíduos e da sociedade para prosseguir o seu caminho. (Eisenman, 2003: 17).

Deste modo, o território tem um papel fundamental na existência do Estado, é o factor que lhe confere unidade (Dias, 2005: 67-85). Ao conquistar territórios vizinhos, como se verificou na Guerra de 1967, Israel demonstrou a definição do seu espaço vital, como sendo toda a área definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o Estado árabe - palestiniano e para o Estado judeu, ou seja, incluindo os territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

¹⁸A genealogia do vocábulo “pátria” remete para “terra dos pais” e possui uma semântica que engloba tanto o enraizamento natálico como a fidelidade a uma terra e a um dado grupo humano identificado por uma identidade colectiva caracterizada por uma cultura comum. A “terra” é o elemento onde se materializa essa identidade (Catroga, 2010: 33-36).

Outra das ideias centrais a associar à importância da posse e domínio do espaço territorial, é a relação entre espaço e poder - espaço é poder. Assim, ter mais espaço significa ter mais poder. A posse de colonatos israelitas traduz-se na posse de mais poder por parte dos judeus e, inversamente, menos poder ao Estado palestino (Dias, 2005: 71).

Concretizando, de acordo com esta teorização geopolítica, a acção israelita, inviabilizou o estabelecimento de um Estado Palestino. O complexo de segurança israelita, reforçou a construção da identidade colectiva israelita tornando invisíveis às instituições israelitas, os árabes remanescentes da comunidade palestina, inclusivamente, aqueles que detêm nacionalidade israelita (Demand, 2000: 219; Bishara, 2001: 51). Este complexo de segurança, motivado pela resistência palestina e, fundamentalmente, pelas recorrentes tentativas de boicotar a existência do Estado de Israel traduziu-se num processo de socialização mutuamente exclusivo do outro, mas com os judeus a beneficiarem do seu poder estrutural, ou seja, dos meios que efectivamente tinham à sua disposição.

No caso israelo-palestino não se verifica um processo de socialização, onde, o indivíduo tenha sido absorvido pela cultura da sua sociedade, mas, sim, a existência de dois processos de socialização exclusivos e, portanto, acessíveis e direccionados apenas aos membros da respectiva sociedade. As estruturas sociais, que têm como objectivo a socialização do indivíduo no grupo, envolvem a aprendizagem do indivíduo cidadão israelita com um sentimento de desconfiança, por vezes e em determinadas situações

traduzido em ódio, face ao indivíduo cidadão israelita e vice-versa (Crespi, 1997: 233-241).

Uma análise ao pensamento do indivíduo comum e não do discurso político permite tirar importantes ilações sobre a forma como palestinianos e israelitas se encaram uns aos outros. Entre várias entrevistas que podem servir de amostra para ilustrar esta realidade, Yitzhak Eisennam, que perdeu a filha e a sogra num atentado terrorista não aceita a forma como os palestinianos se expressam nem o ódio que nutrem pelos israelitas, mas não é indiferente ao seu sofrimento. Eisennam lamenta que os palestinianos sejam educados desde crianças a odiar os judeus e que estes, quando crescem, só pensem em matar judeus (Eisennam, 2003: 15-19).

Também israelita, Avi Ohayou, único sobrevivente de um ataque terrorista, quando questionado pelo filho de cinco anos sobre o porquê dos atentados explicava-lhe, que os árabes não são maus por serem árabes, mas que alguns deles estão dispostos a tudo (Ohayou, 2003: 201-211).

Não obstante, o clima de medo e insegurança também é bastante patente entre os palestinianos e, por vezes, traduz-se em ódio, mas a verdade é que não é algo tão generalizado como evidenciam os meios de comunicação social. Muhamad Mahdi, um bombista suicida capturado pelas forças de segurança israelita num posto de controlo da Cisjordânia refere que a situação em que vivem os palestinianos é muito dura e que face à ocupação das suas terras pelos judeus têm o direito a defender a sua pátria (Mahdi, 2004: 59-62).

A imagem que um pai de uma vítima palestina tem de Israel é notoriamente diferente da que um pai israelita tem dos palestinos. Jamal al Dura odeia os israelitas, odeia a ocupação e a política israelita, odeia os colonos e os soldados judeus. Porém, este palestino, refere que, não odeia os judeus por serem judeus e os israelitas por serem israelitas, odeia-os pelas suas atitudes (Dura, 2003: 21-25).

De acordo com o trabalho de Kelman, o estudo da forma como se encaram e a imagem que têm uns dos outros (israelitas e palestinos), no campo da reconciliação pós-conflito, é a dimensão que carece de um maior aprofundamento e que, num conflito com as especificidades e particularidades do israelo-palestino, tem, inevitavelmente, de ser explorada. O sucesso de um processo de paz, implicará, como será novamente referido ao longo deste trabalho, que ambos sintam, que são de facto, vítimas do conflito e não dos palestinos ou dos israelitas.

Os nossos dois povos sofreram muito, passámos por muita violência, enterrámos muitos mortos e sabemos que não é essa a solução. A solução é a coexistência de dois Estados nas fronteiras de 1967 (Eyad el Sharraj, 2003).

A evolução histórica que foi enunciada ao longo deste capítulo, compreende um processo de aprendizagem enquanto processo dinâmico de interiorização de crenças, ideais e valores, usos e costumes de um grupo e, portanto, pode originar alterações sociais ao nível da exemplaridade da definição de novas situações culturais e da tomada de decisões (Ayestarán, 1996: 189).

Recordando uma das principais premissas do construtivismo, a existência de uma co-construção, em que, o agente influencia a estrutura e, esta, influencia o agente, a realidade é algo, que não é estático e, portanto, devemos olhar a forma como os

interesses e as identidades são construídos e condicionados ao longo do tempo (Wendt, 1992: 77-90; Linklater, 1998: 58-78).

Após uma análise da formação identitária de ambas as partes envolvidas no conflito, torna-se fundamental analisar a forma como estas se encontravam organizadas politicamente e a influência do processo de construção identitário nesta organização.

A criação da OLP, em 1964, apesar de não ter alterado a determinação em negar e aceitar o Estado de Israel, contribui para afastar a ideia de uma unificação das nações árabes como hipotética solução para os palestinos (Parsons, 2009: 235-251). Porém, e da mesma forma que serão expostas as divisões internas entre a classe política israelita, convém interpretar o quanto representativa do povo palestino era a OLP no momento em que foi criada.

Esta organização reconhecida como legítima representante do povo palestino defendia a criação de um Estado Palestino com as fronteiras estabelecidas durante o período em que o território se encontrava sob protectorado britânico (*Ibidem*). A defesa de uma unidade territorial íntegra, negando a existência do Estado de Israel e advogando o direito à autodeterminação e ao retorno dos refugiados palestinos através da luta armada (MEDEA, s. d. a) constituía um grande obstáculo ao início de negociações entre esta entidade e o Estado de Israel.

A OLP, que até 1967 se encontrava bastante dependente da Liga Árabe, com o final da Guerra dos Seis Dias, ficou mais isolada e acabou por ser gradualmente integrada por diversos grupos com significativa representatividade entre o povo palestino (Dale,

1997). A FATAH, a mais representativa entre o povo palestino aderiu em 1969 tornando-se, de imediato, a organização mais importante da OLP (MEDEA, s. d. b).

Outra das organizações combatentes ao lado da coligação árabe em 1967, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), também aderiu à OLP, mas apenas em 1981. Durante a década de 70 do século passado a FPLP optou claramente por se desmarcar da OLP, divergindo constantemente com as posições adotadas por Yasser Arafat e dedicando-se à luta armada e à organização de ataques terroristas em Israel e nos territórios palestinos ocupados (MEDEA, s. d. c).

Um ano mais tarde, em 1982, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) também aderiu à OLP. Este grupo, resultante de uma cisão na FPLP, considerado mais moderado, defendia a criação de um mini-Estado Palestino negociado com Israel. Muito antes de Yasser Arafat se ter pronunciado favoravelmente à coexistência de um Estado Palestino e de um Estado Israelita já Nayef Hawatmeh, líder da FDLP, tinha defendido essa solução (*Ibidem*; MEDEA, s. d. d).

Também na década de 80, em 1987, e sem nunca ter aderido à OLP, surgiu o HAMAS. Este movimento fundamentalista islâmico, com uma linha orientadora totalmente divergente da OLP apelava à libertação de toda a Palestina, defendendo a reposição das suas fronteiras históricas e, portanto, negando o Estado de Israel (MEDEA, s. d. e).

A nível externo, o HAMAS nunca contestou a OLP, enquanto representante dos interesses do povo palestino, contudo, a nível interno, a principal divergência residia na imagem de Estado que ambas tinham da Palestina. A OLP defendia a criação de um

Estado Palestino laico, enquanto o HAMAS pretendia uma República Fundamentalista Islâmica. Em 1988, o HAMAS afastou-se totalmente da OLP, com a qual partilhava, em 1987, o comando da primeira intifada¹⁹ e decidiu continuar a luta armada isoladamente (*Ibidem*). Questionado sobre a possibilidade de Yasser Arafat proclamar a independência do Estado da Palestina, Xequê Amhad Yassin, um dos fundadores do HAMAS, responde:

Será uma boa decisão, caso proteja os direitos do povo palestino, mas nada obstará à continuidade da luta contra o inimigo sionista. O HAMAS nunca pegará em armas contra os irmãos palestinos, apesar de sermos vítimas da cooperação da OLP de Arafat com Israel e os Estados Unidos (Yassin, 2000).

Atentando à conjuntura política israelita, pode assumir-se que a eleição de Yitzhak Rabin em Julho de 1992, constituiu um novo impulso ao processo de paz, contudo, para compreender o porquê desta afirmação é fundamental entender, também, as diferentes imagens de Israel que, principalmente, os dois maiores partidos políticos israelitas, mas também outros partidos com representatividade no Knesset²⁰ têm.

Enquanto a base ideológica do Likud, que se encontra na oposição nas vésperas do processo de paz, em 1992, é mais conservadora referindo o respeito e preservação dos valores tradicionais judeus e a promoção da extensão da soberania israelita sobre todos os territórios a oeste da Jordânia, o que portanto inclui a Cisjordânia e Gaza (MEDEA, s. d. f), o Partido Trabalhista, mais progressista, com uma maior abertura para encarar negociações de paz, defendia a “opção jordana”, ou seja, o restabelecimento da autoridade jordana sobre a Cisjordânia (Montbrial, 1992: 141; MEDEA, s. d. g).

¹⁹ No contexto do conflito israelo-palestino “intifada” tem sido a designação dos movimentos de revolta insurreição contra a alegada opressão de Israel ao povo palestino. A primeira intifada começou no final de 1987 e prolongou-se até à assinatura dos Acordos de Oslo em 1993. A OLP detinha dois terços do comando desta intifada sendo que o outro terço era comandado pelo HAMAS (MEDEA, s. d. e).

²⁰ O Knesset - cujo nome deriva de Knesset Hagedolah "a Grande Assembleia" instituída em Jerusalém no século V a. C. - é o órgão legislativo, integrando 120 deputados, eleito por sufrágio universal por mandatos de quatro anos (Cymerman, 2004: 118).

Esta imagem de Israel, abdicando da Cisjordânia, além de ilustrar uma maior abertura para o encontrar de uma solução permanente para o povo palestino, é bastante mais próxima das expectativas palestinas relativamente à obtenção da soberania sobre os territórios da Cisjordânia e Gaza. Analisando o discurso político de Yitzhak Rabin, relativamente aos objectivos do seu governo para os Acordos de Oslo é visível a abertura do seu partido:

Bem, penso que os nossos objectivos, ou o meu objectivo na resolução da questão palestina, visa garantir a existência de um Estado judeu, abarcando a maior parte dos territórios de Israel, mantendo Jerusalém como capital, de forma a defender a nossa terra, as fronteiras ao longo do vale do Rio Jordão, tendo como vizinhos uma entidade palestina, menos que um Estado, que não possa ameaçar-nos e que administre a vida dos palestinos (Rabin, 1995).

Fora da esfera do poder, ou seja, para além dos partidos maioritários Likud e Trabalhista, convém também, referir o posicionamento político de partidos menos representativos, nomeadamente os partidos de índole religiosa. Em termos eleitorais, divididos em dois grandes grupos, o Partido Nacional Religioso (PNR) e o SHAS, detêm habitualmente presença no parlamento israelita, já o AGUDAT, o YAHADUT HATORAH e o DEGEL HATORAH e o TAMI, minoritários, nem sempre conseguem eleger deputados no Knesset (MEDEA, s. d. h).

Porém, é importante referir que, nas eleições de 1992, estes quatro partidos minoritários, ultra-ortodoxos, concorreram em coligação sob o nome “União da Tora”, tendo obtido representação parlamentar. Esta coligação convergia quanto à questão da criação de um Estado Palestino apresentando-se peremptoriamente contra. Quanto aos dois maiores partidos, o PNR também se opõe à criação de um Estado Palestino e o SHAS, menos extremista, apesar de não ter uma posição tão vincada defende a

continuidade da presença de Israel nos territórios ocupados – colonatos – na Cisjordânia
(*Ibidem*).

Atendendo a toda esta encruzilhada político-ideológica, que separa e diferencia tanto os vários grupos, movimentos e partidos israelitas, como os palestinianos é fundamental, analisar a forma como foi desencadeado o processo negocial que culminou na assinatura dos Acordos de Oslo e, claro, de que forma estas diferenças a nível político e identitário condicionaram os resultados da implementação do processo de paz.

O desencadear do processo negocial

Do ponto de vista teórico, a fase da pré-negociação, onde se estabelecem os termos em que a negociação se vai realizar e se prepara uma transição entre os processos de conflito e conciliação, é habitualmente provocada por um evento e uma mudança no relacionamento entre as partes, onde os intervenientes aceitam iniciar conversações com o objectivo de atingir um acordo que interesse a ambos os intervenientes (Zartman, 1982: 203-230).

É nesta fase, que são avaliados os riscos associados às concessões e compromissos assumidos por cada parte e, portanto, definida a melhor fórmula para atingir o objectivo ou objectivos do acordo (Zartman, 1982: 69-86). Porém, é importante ressaltar que o início de um processo negocial só ocorre porque as partes envolvidas na negociação se consciencializaram, que só através deste meio, podem conseguir resultados mais satisfatórios do que agindo unilateralmente na prossecução dos seus objectivos (Gestoso, 2007: 66-68).

Uma análise aos intervenientes no processo negocial permite facilmente verificar que os Acordos de Oslo foram uma negociação assimétrica²¹. De um lado estava o Estado de Israel, reforçado pela conjuntura política internacional e, obviamente, pela sua capacidade económica e militar, dispondo de maiores recursos de poder. Do outro lado, a OLP, não um Estado, isolada na sequência do seu apoio ao Iraque na Guerra do Golfo e catalogada, com a excepção da Liga Árabe, como organização terrorista pela

²¹ Além da supremacia económica e militar de Israel, a OLP não detinha uma experiência diplomática e negocial tão apurada quanto os israelitas, algo que foi bem explorado por estes. Assim, as concessões feitas pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no período pré-negocial, deixando de fora assuntos considerados de grande relevância para o povo palestino, traduziram-se em alguma dificuldade na abordagem desses assuntos aquando da negociação dos acordos (Zartman, 1982: 69-86).

comunidade internacional até 1991 e, por Israel, até ao início das negociações (Dale, 1997).

Este isolamento já era, aliás, visível, desde o final da Guerra dos Seis Dias em 1967 entre Israel e as forças aliadas da Síria, Jordânia e Egipto, suportadas pelos vários grupos organizados palestinianos, a conjuntura política mudou. Durante este breve período, seis dias, Israel invadiu e tomou Gaza e a península do Sinai ao Egipto, os Montes Golã à Síria e a Cisjordânia à Jordânia²² (Wallach, 2000: 87-93), o que resultou numa enorme derrota da coligação árabe e no fim do movimento pan-árabe que suportava a resistência palestiniana (Dale, 1997).

Externamente, o final da Guerra Fria, em 1991, encorajou os Estados Unidos da América (EUA) a desempenharem um papel mais activo no Médio Oriente. A vitória da coligação liderada pelos EUA na Guerra do Golfo²³, e que integrava vários países árabes, entre os quais, o Egipto e a Síria, também em 1991, contribuiu para uma conjuntura favorável ao início de negociações de paz na região (Wallach, 2000: 87-93).

Este envolvimento de países árabes numa coligação liderada pelos EUA, principal aliado de Israel, traduziu-se numa alteração do comportamento destes no relacionamento com os israelitas. A alteração de comportamento, também se verificou, no apoio concedido à OLP, não só devido às novas relações encetadas com Israel, mas, principalmente, pelo envolvimento dos palestinianos na Guerra do Golfo ao lado do Iraque (Dale, 1997).

²² Ver anexo 1.

²³ A Guerra do Golfo foi um conflito militar que decorreu de 1990 a 1991 na região do Golfo Pérsico motivado pela invasão do Kuwait pelo Iraque. Esta guerra envolveu uma coligação de países liderada pelos EUA e Reino Unido contra o Iraque (Rémond, 2002: 391-394).

A OLP era reconhecida oficialmente pela Liga Árabe desde 1974 como representante do povo palestino e atendendo a que, de facto, esta entidade era a única organização significativamente representativa deste povo e que, portanto, poderia representar os interesses palestinos numa negociação de paz (MEDEA s. d. a), era necessário reabilitá-la no sentido de deixar de ser considerada uma organização terrorista, o que implicaria, também, mudanças na sua identidade, nomeadamente, na negação do Estado de Israel.

Em qualquer cenário de conflito, a negociação deve ser encarada como o único meio para atingir a resolução deste, procurando responder, de forma conciliatória, às divergências entre as partes e à especificidade das posições de cada uma, mesmo que radicais (Gestoso, 2007: 66-72). Apesar das divergências internas, o período que decorreu de 1991 a 1993 ilustrou, nitidamente, uma mudança no relacionamento entre israelitas e palestinos e marca a aceitação da necessidade de iniciar negociações de paz

Em 1991, aquando da Conferência de Madrid²⁴, a principal organização política que integrava a OLP era a FATAH de Yasser Arafat. No entanto, em 1964, a FATAH ignorou a criação da OLP e optou por se concentrar na luta armada contra Israel. Esta organização, que ainda hoje vigora, apresentava-se ideologicamente como nacionalista palestina e não como nacionalista árabe, o que significa, que defendia a criação de

²⁴ Aproveitando a conjuntura favorável do pós-guerra do Golfo, os EUA patrocinaram uma conferência em Madrid com o objectivo de lançar uma onda de conversações entre israelitas e palestinos que permitisse, posteriormente, iniciar um processo negocial que se traduzisse num acordo de paz (Egeland, 1999: 529-545). Esta conferência, que decorreu ainda durante o ano de 1991, além de marcar o início do período pré-negocial que antecedeu os Acordos de Oslo marcou uma alteração no comportamento da OLP essencialmente perante o Ocidente. Esta mudança acaba por se traduzir, em 1993, no reconhecimento do Estado de Israel através de uma carta dirigida por Yasser Arafat a Yitzhak Rabin.

um Estado laico recusando o fundamentalismo islâmico como opção política, isto apesar da maior parte dos seus membros serem muçulmanos (MEDEA, s. d. b).

Uma mudança no comportamento da OLP, apesar de internamente derivar da grande influência da FATAH no seu seio possibilitou o início de um processo negocial (Dale, 1997). Para Kelman, o objectivo de uma negociação deverá ser tratar o conflito como um problema partilhado entre as partes envolvidas. Assim, é fundamental estabelecer um processo interactivo capaz de produzir ideias para solucionar o problema atendendo e respondendo às principais preocupações de cada uma das partes sem que isso comprometa as da outra (Kelman, 1999: 193-197).

Neste ponto em particular, interessa identificar quais as partes que estão dispostas a participar na negociação. Caso uma parte decisiva fique ausente, seja essa ausência da sua vontade ou não, as possibilidades de sucesso na implementação do acordo diminuem substancialmente, que como será demonstrado foi um dos problemas presentes neste processo negocial.

Retrocedendo, Kelman e Rouhana, iniciaram em 1971 uma série de sessões entre deputados israelitas, líderes e activistas políticos de ambas as partes, membros de grupo de reflexão, diplomatas e militares reformados, académicos e jornalistas, com o objectivo de traçar perfis, através da interpretação das principais preocupações e necessidades, tanto de israelitas, como de palestinianos (Demirdöğen, 2011: 223-224).

Estas sessões, com carácter secreto e não oficial, permitiam também discutir, entre a massa intelectual, soluções consensuais, que satisfizessem ambas as partes e possibilitassem, ultrapassar obstáculos à paz (Rouhana, 2004: 173-187).

Entre Novembro de 1990 e Julho de 1992 foram promovidas cinco sessões, com a duração de 3 a 4 dias cada com o objectivo de contribuir para o processo de paz que se iniciou em 1991, através da formulação de novas ideias e contributos que pudessem tornar as negociações mais produtivas (Kriesberg, 2007: 455-476).

Ainda que possa ser subjectiva, em termos práticos, a contribuição destas cinco sessões promovidas por Kelman e Rouhana entre 1990 e 1992, convém referir que, quatro dos seis elementos que constituíam a delegação palestina presente em Madrid tinham estado presentes nestas sessões. Do lado israelita, e na sequência das eleições legislativas de 1992, vários israelitas presentes nestas sessões assumiram chefias diplomáticas e chefias de gabinetes no novo Governo de Israel, liderado pelo trabalhista Yitzhak Rabin (Demirdöğen, 2011: 224).

O reconhecimento do Estado de Israel é obviamente o factor chave para o início de uma negociação entre as duas partes e representa uma mudança drástica na conduta palestina ao longo das oito décadas que, antecederam os Acordos de Oslo. Através de uma carta enviada por Yasser Arafat a Yitzhak Rabin foi reconhecido o direito à existência do Estado de Israel, o que se traduziu num factor chave para que Israel tenha deixado de considerar a OLP uma organização terrorista (Dale, 1997).

No entanto, e uma vez aberto o canal que poderia permitir o início de negociações que conduzissem a uma solução permanente, o restabelecimento do “status quo” vigente antes do início do conflito, não podia ser encarado como suficiente. Uma simples reposição do cenário pré-conflito, não iria permitir eliminar as causas que o espoletaram, nem podia garantir, que não se assistisse a um novo escalar da violência (Kelman, 1999: 193-194), o que, aliás, veio a acontecer.

Os primeiros encontros ocorreram no Reino Unido, em Londres, ainda antes da vitória do Partido Trabalhista nas eleições de 1992, com a presença de Yossi Beilin e de um dos seus sócios na organização não-governamental Fundação para a Cooperação Económica²⁵, Yair Hirschfeld²⁶. Do lado palestino esteve presente o responsável pela pasta das finanças da OLP, Abu Ala²⁷ (Dale, 1997).

Face ao sucesso do encontro, os intervenientes aceitaram voltar a encontrar-se com o objectivo de debater questões relacionadas com uma eventual cooperação económica entre israelitas e palestinos. Facilitados pelos diplomatas noruegueses Terje Larsen²⁸ e Jan Egeland²⁹, os encontros decorreram na Noruega a partir de Janeiro de 1993, em localidades próximas de Oslo (Egeland, 1999: 529).

²⁵ Esta organização não-governamental foi fundada por Yossi Beilin e Yair Hirschfeld com o objectivo de estudar e estimular as relações económicas entre israelitas e árabes e, mais em particular, entre israelitas e palestinos (Palestinian Israeli Peace NGO Forum, s. d.).

²⁶ Yair Hirschfeld é cientista social e investigador da Universidade de Haifa.

²⁷ Ahmed Qurei, vulgarmente conhecido como Abu Ala é um dos mais altos dirigentes da Autoridade Palestiniana tendo ocupado diversos cargos de chefia na estrutura, assim como na Al Fatah e na OLP. Em 1996 foi eleito presidente do primeiro Conselho Legislativo Palestino (Cymerman, 2004: 153).

²⁸ Terje Larsen foi Director do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Noruega e desenvolveu a maior parte da sua actividade científica no estudo dos conflitos e processos de paz no Médio Oriente (Egeland, 1999: 529).

²⁹ Jan Egeland, na altura parte dos quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês, também desenvolveu grande parte da sua actividade profissional lidando com conflitos e processos de paz no continente africano (*Ibidem*).

A delegação israelita foi integrada por Yain Hirschfeld e Ron Pundik³⁰, uma vez que Beilin considerou mais seguro retirar-se das negociações a partir do momento em que a sua condição política, em virtude da vitória dos trabalhistas nas eleições de 1992, se alterou. Apesar de se manter como sócio da Fundação para a Cooperação Económica Beilin foi convidado para o Governo de Rabin e, portanto, temendo uma exposição pública das negociações, decidiu retirar-se para não comprometer o Governo de Israel (Dale, 1997).

Do lado palestino, a delegação da OLP foi integrada por Abu Ala³¹, Hanan Asfour³², conselheiro político e Maher al Kund³³, economista. Embora o objectivo inicial ter sido o debate de ideias e pontos de vista para encontrar uma fórmula de iniciar negociações e não a discussão de qual a melhor solução para o conflito (Bull, 2010), Abu Ala insistiu na necessidade da presença de representantes oficiais do Governo de Israel nas negociações e afirmou que não se sentia confortável apenas com a presença de académicos, mesmo que estes tenham sido enviados por Beilin (Dale, 1997)³⁴.

Apesar de assumir compromissos não se encontrar entre os objectivos iniciais destes encontros, foi estabelecida a regra de não trocar acusações sobre o passado de modo a facilitar o prosseguir das negociações (*Ibidem*). Ao longo do progresso das negociações

³⁰ Ron Pundik foi convidado a integrar a delegação israelita nas negociações enquanto académico e investigador da Universidade de Haifa (Dale, 1997)

³¹ Ahmad Qureia, conhecido por Abu Ala, é considerado um dos artífices dos Acordos de Oslo. Abu Ala pertenceu ao Comité Central da Al FATAH, em 1989 e desempenhou a partir desse momento um papel fundamental na coordenação de projectos de desenvolvimento para o povo palestino e, a partir do início das negociações dos Acordos de Oslo coordenou as negociações diplomáticas com vista à implementação do processo de paz (Cymerman, 2004: 153).

³² Hanan Asfour foi um dos negociadores que integrou a delegação palestina e era na altura advogado na Sociedade Palestiniana dos Trabalhadores Árabes (Dale, 1997)

³³ Maher al Kund é um reputado economista palestino com ligações à OLP (*Ibidem*).

³⁴ Em assuntos considerados de menor importância para o Estado de Israel, estiveram presentes, enquanto representantes do governo israelita, académicos e técnicos e não diplomatas. Face a este facto, a delegação palestina alegou, inclusivamente durante o processo negocial, que Israel com esta atitude não demonstrava interesse em atingir um acordo duradouro (Egeland, 1999: 529-545).

foi acordado pelas partes que um acordo deveria incluir como condição inicial a retirada das forças militares dos territórios ocupados palestinos³⁵ e um período de transição onde gradualmente fosse transferida a jurisdição destes para a tutela de uma autoridade palestina Israel e Organização para a Libertação da Palestina (1993).

Optou-se, desta forma, por negociar apenas questões que gerassem consenso e adiou-se, ou remeteu-se as demais, eventualmente mais delicadas, para outra altura do processo negocial ou para um período posterior a este (Rynhold, 2008: 14-17).

Nos encontros que se seguiram a equipa de facilitadores norueguesa optou por uma abordagem psico-social procurando criar uma relação de empatia entre as delegações através de um processo de reconciliação entre os representantes dos dois povos catalogados como inimigos. Este processo de reconciliação pretendeu consciencializar as duas partes, dos pontos de vista de ambas, invertendo os papéis de forma a levar os intervenientes a perceber que os argumentos de ambos podem ser aceitáveis face à imagem que têm do conflito (Demirdögen, 2011: 223).

Porém, com o suceder dos encontros, a delegação palestina começou a ficar cada vez menos satisfeita com o estatuto não oficial dos negociadores israelitas e, em Abril de 1993, Abu Ala começou a questionar o interesse e vontade do Governo de Israel vincular o seu Estado a um futuro acordo resultante destas rondas de negociações. Abu Ala ameaçou não continuar com as negociações com Israel caso o seu governo israelita não enviasse representantes oficiais (Dale, 1997)

³⁵ Ver anexo 5

Esta exigência foi acedida pelo Governo de Israel sob a condição de as negociações manterem o seu carácter confidencial, o que foi aceite pela OLP. Beilin, que tinha abandonado as rondas negociações aquando da sua entrada para o executivo liderado por Yitzhak Rabin mantinha a percepção que a opinião pública e a conjuntura política israelita ainda não se encontravam naquele momento preparadas para aceitar o facto de se estarem a negociar acordos com a OLP (*Ibidem*).

A delegação israelita passou então a ser integrada por dois novos negociadores: Uri Savir, Director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel e Yoel Singer, um jurista dos quadros deste ministério. Estes dois elementos tiveram inicialmente dificuldade em se adaptar à informalidade criada entre as duas delegações e geraram algumas incompatibilidades com a delegação palestiniana. Ainda assim, as negociações prosseguiram e os dois novos membros acabaram por se integrar tendo mesmo sido gerada uma forte relação de empatia entre Savir e Abu Ala, o que contribuiu para o desbloquear de algumas divergências (*Ibidem*).

É inegável o contributo dos facilitadores noruegueses, usufruindo do seu estatuto neutral relativamente ao conflito Israelo-árabe, no desencadear do processo de paz. Porém, a intervenção de uma grande potência mundial no processo negocial poderia contribuir para as partes se sentirem mais vinculadas ao conteúdo dos acordos e, desta forma, atendendo à conjuntura mundial, a superpotência norte-americana, com um grande contributo do então Presidente Bill Clinton³⁶, apresentou-se como moderadora dos encontros de alto nível entre Yitzhak Rabin e Yasser Arafat.

³⁶ Bill Clinton foi o 42.º Presidente dos Estados Unidos da América, tendo sido eleito para desempenhar funções por dois mandatos consecutivos, entre 1993 e 2001 (White House (s. d.)).

Estes encontros ao mais alto nível sucederam-se apenas no período final das negociações e culminaram com a assinatura dos Acordos de Oslo na capital norte-americana, Washington DC, a 13 de Setembro de 1993. A intervenção norte-americana teve como objectivo forçar as partes a sentirem-se vinculadas ao conteúdo dos acordos e, a escolha do local para a assinatura contribuiu para este objectivo na medida em que, permitia conferir maior notoriedade e visibilidade internacional ao processo de paz (Egeland, 1999: 529-545).

No entanto, esta notoriedade e visibilidade internacionais não foram suficientes para convencer os grupos deixados à margem das negociações que, como aliás será desenvolvido ao longo do capítulo “O insucesso na implementação dos acordos de paz” tiveram um papel de grande relevo no período de implementação dos acordos.

Contudo, aqueles que estiveram presentes na negociação deste processo de paz, uma vez omniscientes da conjuntura, não adoptaram desde o período pré-negocial uma postura que pudesse ter contribuído para resultados que não permitissem uma contestação tão exacerbada por parte destes. A OLP avançou com as suas necessidades, que em grande parte foram negadas pelo Governo de Israel que se apresentou com princípios irredutíveis como pré-condição para negociar.

Apesar da abertura demonstrada pelas partes, desde a fase pré-negocial que é possível questionar se ambas se encontravam prontas para a paz. Teoricamente, o início das negociações significa apenas que houve uma transformação nos comportamentos dos intervenientes, traduzido numa disposição para negociar, contudo, esta evolução no seu relacionamento não quer necessariamente significar que estejam preparados para

terminar com o conflito, mesmo que a paz seja uma pretensão comum. (Gestoso, 2007: 68-72).

No entanto, a postura da delegação palestina deixou algumas dúvidas quanto à vontade em atingir um acordo de paz duradouro. Normalmente, as partes mais fracas (neste caso a delegação palestina), conscientes dessa posição negocial, aparentam ser mais fortes do que aquilo que verdadeiramente são, tentando tirar partido de algum poder conjuntural, uma vez que o poder estrutural se encontra do lado da parte mais forte, nomeadamente do lado israelita, neste caso em particular (Zartman, 1982: 203-230).

A continuidade da actividade terrorista era a principal preocupação da delegação israelita, pelo que a delegação palestina poderia ter tirado partido desta situação e jogado com o factor terrorismo para exigir que os assuntos cuja discussão foi adiada fossem debatidos.

Apesar de se apresentar reivindicativa, o que é natural dadas as circunstâncias em que se encontravam e, ainda hoje encontram os palestinianos face aos israelitas, a delegação palestina adoptou uma posição submissa em muitas questões que se revelavam, claramente, de enorme importância para o povo palestiniano (Egeland, 1999: 529-545).

Esta submissão, que mais à frente será questionada se foi propositada ou não, permitiu à delegação israelita fazer exigências que, numa análise mais aprofundada, traçavam as premissas necessárias para perpetuar uma situação de domínio dos israelitas sobre os

palestinianos e que, por outras palavras, não permitia traçar o caminho necessário para alcançar o consenso necessário para resolver este conflito.

Como aliás foi desenvolvido ao longo do capítulo anterior “Identidade colectiva e questões político-ideológicas”, o processo de formação identitário de cada um dos intervenientes no conflito traduziu-se na existência de identidades colectivas muito complexas e mutuamente destrutivas.

Assim, a forma como se iniciaram estas negociações, ainda que de facto seja um marco positivo ter conseguido sentar à mesma mesa uma delegação israelita e uma delegação palestiniana, criou as bases para um processo que dificilmente viria a culminar no sucesso da implementação do processo de paz. Uma análise da actuação dos vários dirigentes e dos próprios discursos políticos, com várias citações ao longo deste trabalho, tanto de israelitas como de palestinianos é bastante elucidativa das dificuldades que precedem qualquer tentativa de negociação de um acordo de paz entre ambos e permitirão concluir quais os erros presentes no início desta negociação, nomeadamente na capacidade de representatividade das delegações.

De acordo com Kelman, para atingir um acordo de paz bem sucedido, seja entre nações ou entre comunidades, é fundamental cumprir quatro fases: aceitação mútua e reconciliação; sentimento de segurança e dignidade entre as partes; cooperação e interacção positiva; e institucionalização de um processo dinâmico para a resolução de problemas (Kelman, 1999: 195). Para este autor esta é a única forma possível para alcançar um acordo de paz que seja duradouro (Kelman, 1999: 194).

Não obstante, os resultados de um acordo, nomeadamente a aceitação e vontade das partes em cumprir o conteúdo deste, encontram-se também dependentes da forma como decorreu o processo pré-negocial e negocial e, por conseguinte, nas expectativas iniciais e nas frustrações resultantes de expectativas não correspondidas. Assim, a interpretação que será feita do processo negocial nos próximos capítulos irá incidir, fundamentalmente, na identificação dos erros mais persistentes que contribuíram para o insucesso da implementação do processo de paz.

Expectativas e frustrações

Para entender todas as expectativas, tanto de israelitas como de palestinos é necessário atentar ao processo de formação da identidade colectiva de ambos e, nesse sentido, às principais necessidades evidenciadas ao longo desse processo de construção identitária. Um processo negocial entre israelitas e palestinos, ao ser desencadeado, obviamente teria que responder a essas necessidades, revertidas em exigências e, neste sentido, objectivos de cada parte para a negociação.

Ao não se verificar a possibilidade de corresponder às necessidades consideradas fundamentais por cada uma das partes, a expectativa em torno da concretização de cada objectivo não concretizado constitui o sentimento de frustração em relação ao processo negocial (Weiner, 1989: 119-120).

Não considerando a destruição do Estado de Israel, que obviamente teria que ser colocado de parte pela OLP para que fosse possível iniciar negociações, os palestinos tinham quatro necessidades fundamentais a que era crucial um acordo responder para poder ser considerado um bom acordo. Em conformidade com esta análise, estas necessidades eram obviamente as questões que mais afectavam o povo palestino à data da negociação dos Acordos de Oslo, ou seja, a criação de um Estado Palestino independente tendo como capital Jerusalém, a retirada militar e civil de Israel dos territórios palestinos ocupados e, evidentemente, o retorno dos refugiados palestinos às suas terras (Bishara: 2001: 67-71).

Israel, acima de tudo, exigia a paz para os seus cidadãos. Ainda assim, esta paz não poderia ser obtida a qualquer custo e, portanto, o Governo de Israel pretendia o

reconhecimento do direito à existência do Estado de Israel, o fim da actividade terrorista palestiniã e a protecção e garantia de segurança no acesso aos locais sagrados judeus localizados nos territórios ocupados palestinianos (Roy, 2002: 11-27).

Enumerados os objectivos de ambas as partes, teria de ser também assumido com um objectivo comum a garantia que novos problemas entre israelitas e palestinianos fossem resolvidos através de conversações entre ambas as partes e não por intermédio do recurso à força e à violência, o que aliás ficou plasmado no Artigo XV dos Acordos de Oslo:

1. Disputes arising out of the application or interpretation of this Declaration of Principles. or any subsequent agreements pertaining to the interim period, shall be resolved by negotiations through the Joint Liaison Committee to be established pursuant to Article X above.
2. Disputes which cannot be settled by negotiations may be resolved by a mechanism of conciliation to be agreed upon by the parties.
3. The parties may agree to submit to arbitration disputes relating to the interim period, which cannot be settled through conciliation. To this end, upon the agreement of both parties, the parties will establish an Arbitration Committee Israel e Organização para a Libertação da Palestina (1993).³⁷

Ao interpretar as exigências dos palestinianos, representados pela OLP, é facilmente perceptível que, na óptica de Israel, o acatamento destas poderia comportar ameaças para a sua segurança interna e dos seus cidadãos e, a longo prazo, para a própria existência do Estado de Israel. Para o poder político israelita a presença de judeus nos territórios ocupados palestinianos, por estes considerada usurpação de território e opressão ao povo palestiniano, era uma questão securitária - a melhor forma de prevenir ataques terroristas (Roy, 2002: 11-27).

³⁷1. As disputas que surjam fora da esfera de aplicação ou interpretação desta Declaração de Princípios, ou quaisquer acordos subsequentes assinados durante o período de implementação, deverão ser resolvidas através da via da negociação num comité conjunto a estabelecer de acordo com o Artigo X.

2. As disputas que não possam ser resolvidas pela via da negociação devem ser resolvidas por um mecanismo de conciliação a ser acordado entre ambas as partes.

3. As partes podem acordar submeter a arbitragem as disputas relacionadas com o período interino, o qual não pode ser resolvido através de mecanismos de conciliação. Para este fim, em acordo entre as partes, deverá ser estabelecido um Comité de Arbitragem (Tradução livre do autor).

Desta forma, o simples início das negociações implicava não só concessões de parte a parte, mas também, e acima de tudo, o estabelecimento de uma relação de confiança entre os representantes de dois povos com um longo e complexo historial de conflitualidade (Demirdöğen, 2011: 223).

No que concerne à jurisdição sobre a cidade de Jerusalém, abordar esta questão certamente resultaria num impasse negocial complicado de ultrapassar e, atendendo a este facto, sobre proposta de Israel optou-se por adiar a discussão deste assunto para um período posterior aos Acordos de Oslo (Dale, 1997; Egeland, 1999: 529-545).

A questão dos refugiados, ainda que à primeira vista pareça lógica e simples de resolver, a partir do momento em que é aceite uma transferência gradual da jurisdição dos territórios da Faixa de Gaza e das Cisjordânia, para uma Autoridade Palestiniana, representa um sério problema para o Estado de Israel (Demant, 2000: 209-230). Aceitar o regresso dos refugiados palestinianos, uma população estimada em cerca de 3,7 milhões de pessoas³⁸ (Bishara, 2001: 101), já mais que uma geração, poderia acarretar uma série de implicações que não eram de todo desejáveis para o Estado de Israel.

O problema central não se encontrava nem nas indemnizações a pagar a esta população, ainda que sejam valores bastante elevados, nem no regresso dos refugiados oriundos da Faixa de Gaza ou da Cisjordânia, territórios que de acordo com os Acordos de Oslo seriam entregues à jurisdição da referida Autoridade Palestiniana. Permitir este regresso implicaria aceitar que imensos palestinianos recuperassem terras em território soberano do Estado de Israel (Demant, 2000: 209-230). Legalmente, estes palestinianos, ou pelo

³⁸ Este trabalho é delimitado ao período que decorreu entre o início das negociações dos Acordos de Oslo e a rejeição dos Acordos de Camp David, em 2000, pelo que os dados referidos remontam ao período do início das negociações de paz.

menos os seus descendentes, mais tarde ou mais cedo acabariam por vir a gozar de nacionalidade israelita, o que a longo prazo poderia comprometer a continuidade do Estado de Israel.

A população do Estado de Israel, em 1993, era de 5,3 milhões de pessoas (Peres, 2003: 81; Google, 2011) e o regresso dos refugiados palestinianos, ainda que em desvantagem nesse ano, cerca de 3,7 milhões e setecentos mil, atendendo a uma taxa de renovação de gerações muito superior³⁹ entre os palestinianos, facilmente se traduziria em poucos anos numa desproporção demográfica que iria beneficiar os segundos (Bishara, 2001: 101).

Esta situação, atendendo a um contexto onde seria possível uma participação activa na vida política israelita facilmente poderia levar a um subverter da identidade do Estado de Israel por uma maioria palestiniana árabe que eventualmente chegasse, de forma legítima, à liderança de um Governo sustentado por uma maioria parlamentar (Cymerman, 2004: 122).

A situação demográfica obriga a uma solução. Entre o rio Jordão e o Mediterrâneo vivem 5,3 milhões de judeus e 4,9 milhões de árabes (palestinianos) (1993). Se adiarmos um compromisso (processo de paz), perderemos a maioria e o Estado de Israel não será nem judeu, nem democrático (Peres, 2003: 81).

Porém, ainda que as questões enunciadas fossem de difícil abordagem, atentando ao processo de formação da identidade colectiva do povo palestiniano e, principalmente,

³⁹ O Estado de Israel garante direitos iguais a cidadãos de origem árabe, nomeadamente a participação em eleições nacionais e municipais. As projecções demográficas para 2005 apontavam para cerca de 1,4 milhões de cidadãos árabes em Israel e para quinze anos depois esta população encontra-se estimada em cerca 2 milhões, enquanto a população judia rondará os 6,5 milhões, apenas meio milhão acima da projecção para 2005. Em termos de matrimónios entre judeus e árabes palestinianos os dados, apesar de não serem muito precisos, são suficientemente elucidativos do distanciamento entre os dois povos. Entre 1995 e 1999 foram registados cerca de uma centena de casamentos (Cymerman, 2004: 122).

aos objectivos partilhados pelos vários grupos ou organizações políticas palestinianas, apesar das suas divergências políticas e ideológicas, a criação de um Estado Palestiniiano independente era consensual e, ainda que não fosse totalmente dissociável da resolução das questões supracitadas, teria que ter sido abordada, quanto mais não fosse no contexto da jurisdição dos territórios palestinianos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

A criação deste estado independente, obviamente a principal expectativa para o resultado de um processo de paz, assim como as outras exigências enunciadas comportam, tanto política como culturalmente, bastante importância para o povo palestiniano e ao não serem abordados comprometeram claramente o sucesso da implementação dos Acordos de Oslo.

Por conseguinte, torna-se fundamental analisar a forma como foi conduzido o processo de paz para interpretar o porquê da frustração e do comportamento dos palestinianos face aos resultados obtidos.

O objectivo mais próximo da criação de um Estado traçado para os Acordos de Oslo era o estabelecimento de um Governo Interino para a Palestina por um período de no máximo cinco anos lançando as bases para a discussão de uma solução permanente para o povo palestiniano, contudo, a forma que esta solução permanente revestiria não foi descrita no texto dos acordos.

No preâmbulo destes acordos são mencionados dois pontos que, além de induzirem expectativas ao povo palestino, enquadram-se totalmente nas etapas do processo de reconciliação desenvolvido por Kelman.

“(…) recognize their mutual legitimate and political rights, and strive to live in peaceful coexistence and mutual dignity and security and achieve a just, lasting and comprehensive peace settlement and historic reconciliation (Israel e Organização para a Libertação da Palestina, 1993)⁴⁰.

No entanto, a intransigência israelita em não abordar as referidas questões mais delicadas mas com grande importância e significado para o povo palestino não contribuiu para o processo de reconciliação. Israel apresentou como condição inegociável para que se iniciassem negociações e se pudesse concretizar um acordo com a delegação palestina a não discussão das questões relacionadas com a criação do Estado de Israel, o desmantelamento dos colonatos judeus, a jurisdição sobre Jerusalém e o regresso dos refugiados palestinos às suas terras. Estas questões, como já foi amplamente explicado foram remetidas para um momento posterior ao período de implementação dos Acordos de Oslo e o início da sua discussão ficou acordada para um momento mais avançado deste período (Dale, 1997).

Apesar de ter ficado estabelecido no texto dos acordos que estes assuntos viriam a ser abordados isso não era suficiente para corresponder às expectativas do povo palestino e o facto de os assuntos referidos não terem sido abordados nas negociações dos Acordos de Oslo e de nem sequer terem sido debatidos os termos em que seriam discutidos no período acordado traduziu-se na primeira grande frustração para a OLP enquanto representante dos interesses do povo palestino (Bishara, 2001: 75-76).

⁴⁰ "(...) Reconhecimento mútuo da legitimidade e direitos políticos, do empenho em coexistirem pacificamente com dignidade e segurança e conseguirem atingir um acordo de paz justo, duradouro e uma reconciliação histórica (Tradução livre do autor).

Permanent status negotiations will commence as soon as possible, but not later than the beginning of the third year of the interim period, between the Government of Israel and the Palestinian people representatives. It is understood that these negotiations shall cover remaining issues, including: Jerusalem, refugees, settlements, security arrangements, borders, relations and cooperation with other neighbors, and other issues of common interest (Israel e Organização para a Libertação da Palestina, 1993)⁴¹.

Regressando à dimensão identitária, frustração significa fracasso, ou seja, a não concretização de objectivos que, nesta dimensão, seriam de grande importância para o grupo ou grupos (Weiner, 1989: 119-120). Face a esta cláusula, que deliberadamente relegou para mais tarde os já enunciados assuntos de extrema importância para o povo palestino torna-se importante analisar os riscos inerentes a esta negociação.

A OLP, de forma a iniciar negociações com Israel, fez concessões que condicionaram a implementação dos acordos. Interpretando os resultados deste processo negocial, claramente assimétrico (Bull, 2007) a delegação palestina abdicou do sonho de restabelecer as fronteiras históricas da Palestina, enquanto a delegação israelita teve de reconhecer e aceitar uma entidade política e territorial, sob jurisdição de uma Autoridade Palestina, mas este binómio teria imprescindivelmente que marcar o início das negociações.

Porém, convém analisar o significado atribuído a estas concessões. Para a maior parte dos partidos políticos israelitas, a criação desta entidade sobre jurisdição palestina comportava o risco de poder resultar na proclamação unilateral de um Estado, o que resultaria na facilitação do desenvolvimento de actividade terrorista (Netanyahu, 1998:

⁴¹ As negociações relativas ao estatuto permanente entre o Governo de Israel e os representantes do povo palestino terão início o mais rapidamente possível, o mais tardar no início do terceiro ano do período transitório. Entenda-se que estas negociações devem abranger as questões pendentes, incluindo: Jerusalém, refugiados, colonatos, acordos de segurança, fronteiras, relações e cooperação com Estados vizinhos, e outras questões de interesse comum (Tradução livre do autor).

93-98). A agravante seria este enquadramento beneficiar do patrocínio e protecção governamental num Estado fundado junto às fronteiras de Israel.

Assim, para os israelitas, o início das negociações implicou não só o reconhecimento da OLP como legítima representante dos interesses do povo palestino, mas também o confiar numa organização, que até 1993 foi considerada terrorista pelo Estado de Israel. Objectivamente, Israel teve de encarar a OLP como uma parceira credível para a implementação de um processo de paz.

Previamente à abordagem da forma como decorreu o período de implementação dos Acordos de Oslo convém compreender a importância e as repercussões dos assuntos que não foram discutidos.

O regresso dos refugiados aos territórios ocupados

Aprofundando a análise dos assuntos que foram remetidos para um período posterior ao estabelecido para a implementação dos Acordos de Oslo, os refugiados palestinos, como já foi referido, cerca de três milhões e setecentos mil (Bishara, 2001: 101) na altura da negociação dos Acordos de Oslo, foram um dos assuntos mais delicados deixados à margem das negociações. Não menosprezando os demais assuntos, também delicados, o regresso dos refugiados palestinos às terras onde viviam antes da declaração de independência de Israel, em 1948 e da Guerra dos Seis Dias, em 1967, era fundamental para colocar um termo à desumanização e deterioração das condições de vida destas populações dispersas pelos vários campos de refugiados nos países vizinhos (Bishara, 2001: 51-59).

De acordo com a Agência para os refugiados das Nações Unidas (ACNUR), responsável pela gestão da questão dos refugiados palestinos, a população palestina é a maior população de refugiados do mundo. Esta situação, desumana, que se prolonga desde 1948 e atinge, portanto, já mais que uma geração, é explicada pela necessidade de conferir visibilidade ao conflito. Para a Síria, um dos principais Estados afectados pelo êxodo palestino, o estatuto de refugiado e as condições de vulnerabilidade intrínsecas a esta população são encarados como a melhor forma de manter a pressão política na comunidade internacional com vista à resolução do conflito (UNRWA, s. d. a).

Porém, entender a expressão desta pretensa estratégia de conferir visibilidade ao conflito requer uma análise aprofundada da situação em que se encontram as populações de refugiados palestinos não só nos países que os acolheram, mas também no interior do próprio Estado de Israel. A Faixa de Gaza, com apenas 360 km² é o território com a maior densidade populacional do mundo. Em um milhão e meio de habitantes, cerca de 73% são refugiados (Bishara, 2001: 101-107).

A Cisjordânia, outro território pretensamente palestino no interior de Israel, ao contrário da Faixa de Gaza, não é um território compacto. Desde 1967 os israelitas iniciaram uma política de ocupação que tem conduzido ao sucessivo desalojamento de palestinos (Reuveny, 2003: 355). Este desalojamento é derivado da pressão exercida pelos ocupantes, que através da construção de estradas e outras infra-estruturas tem levado à expropriação de muitas terras detidas por palestinos. Além desta pressão, a existência de mais de seiscentos mil colonatos na Cisjordânia coloca um grande obstáculo não só à economia mas também à mobilidade dos palestinos encurralados

em ilhas rodeadas por estas porções de terra controladas por Israel (Bishara, 2011: 101-107).

Analisando a situação vivida nos países vizinhos, no Líbano a tensão entre os refugiados palestinos e os libaneses é enorme. Os cerca de quatrocentos e dez mil palestinos, resultantes da vaga de refugiados que sucedeu à independência de Israel em 1948, vivem em campos de refugiados, próximos à fronteira com Israel e são vistos como um grupo gerador de instabilidade. Além de não terem obtido o direito à cidadania libanesa, o que acontece na maior parte dos países que acolheram refugiados palestinos, não lhes foram reconhecidas valências profissionais, o que notoriamente constitui um obstáculo no acesso ao emprego. Também bastante grave para uma população intrinsecamente vulnerável, os palestinos não tiveram, nem têm ainda, direito à prestação de cuidados médicos (UNRWA, s. d. a; Bishara, 2001: 99-106).

Na Síria, os palestinos também não tiveram o direito à obtenção da nacionalidade síria. A população de refugiados ronda o meio milhão e encontra-se, ainda na actualidade, repartida por nove campos de desalojados. A Síria apresenta uma grande particularidade em relação aos demais países árabes que receberam populações refugiadas palestinas não detendo relações diplomáticas com Israel (UNRWA, s. d. a).

Finalmente, a Jordânia, pela densa fronteira que detém com Israel, acabou por ser o Estado que acolheu o maior número de refugiados palestinos. É estimado que 42% dos refugiados palestinos habitem na Síria, contudo, o estatuto destes demarca-se bastante das realidades acima enunciadas. A Jordânia, ao contrário do Líbano e da Síria,

optou por conceder cidadania jordana aos palestinos e neste momento cerca de metade da população da Jordânia tem origens palestinas. Esta medida, que não se reveste de carácter obrigatório, concede a hipótese de perante a eventualidade da criação de um Estado palestino ser revogada a nacionalidade jordana em favor da nacionalidade palestina (*Ibidem*).

Porém, existe actualmente a consciência política que a maior parte dos palestinos com nacionalidade jordana, já estabelecidos na Jordânia, irão preferir continuar jordanos em detrimento de requerer a nacionalidade palestina e regressar à Palestina. Esta consciencialização política levou a que recentemente se tenha tornado mais complicada a obtenção da cidadania jordana. Ainda assim, como alternativa, são emitidos passaportes, com uma validade de dois anos, que permitem aos palestinos trabalhar e viajar (*Ibidem*).

Compreenda-se que a criação da OLP deveu-se sobretudo à necessidade das populações refugiadas em regressar às suas terras (MEDEA, s. d. a). Grande parte dos refugiados palestinos depositavam na OLP a esperança de uma pátria palestina e foi essa motivação que conferiu sustentabilidade, ou seja, apoio a esta organização.

Os Acordos de Oslo, no que diz respeito à questão dos refugiados, baseiam-se na Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que diz essencialmente respeito às consequências da Guerra dos Seis Dias (Security Council, 1967) e, concretizando, a única referência para a solução definitiva desta questão é a Resolução 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual o direito ao regresso dos refugiados

palestinos é definido pela comunidade internacional como um direito inalienável (United Nations, 1948).

Colonatos judeus

Em 1948, estima-se que os palestinos tenham perdido sensivelmente 82% das suas terras e, a construção de colonatos iniciada com o apoio do Governo de Israel em 1967 resultou numa deslocação de 12% da população israelita para estes territórios aglomerados entre os ainda pertencentes aos palestinos (Bishara, 2001: 141-148). Além do receio israelita em ver regressar mais de três milhões de palestinos a um território contíguo ao seu Estado, existem ainda duas outras questões, internas, bastante preocupantes para o poder político israelita.

Atentando ao número de israelitas que habitam os colonatos desde 1967, haverá sempre um enorme preço político⁴² a pagar para um governante de Israel que decida desalojar milhares de cidadãos israelitas e, o realojamento destas populações encontrava-se na década de 90 avaliado em cerca de 300 mil milhões de dólares (*Ibidem*), o que obviamente também se constituía um obstáculo à devolução dos territórios ocupados e ao regresso dos palestinos às suas terras.

Em termos identitários e ideológicos, a dimensão simbólica do domínio destes territórios também não pode ser ignorada e vai além da já referida questão securitária. Por um lado, os colonatos materializam o sonho de um Grande Israel e vão ao encontro da tradição sionista pela sua ideia de retorno (Segev, 2006: 146).

⁴² Além da impopularidade que vitimaria um político israelita que decidisse desalojar cidadãos israelitas residentes nos colonatos judeus, os partidos da ala direita e mais conservadora consideravam a devolução de territórios um atentado à “tradição judaica... e valores judaicos”, opinião partilhada por Benjamin Netanyahu em 1993 (Cafetorah, 2010).

Politicamente, ao longo das várias décadas de existência do Estado de Israel, este pensamento foi sempre apoiado pelos Governos israelitas, quer por razões eleitoralistas quer ideológicas (Gorenberg *in* Segev, 2006: 147), tendo como referência a estratégia de "maximum land, minimum Arabs" – ou seja, ganhos territoriais máximos acarretando perigos demográficos mínimos (Segev, 2006: 149; McPeak, 1976: 432-433).

A outra vertente, a económica, é revelada em parte pela localização dos colonatos, ao longo da bacia fluvial do rio Jordão. A posse destas terras é essencial para o Estado de Israel devido à importância dos recursos hídricos do Rio Jordão (MNE de Israel, 2008) e, o facto de também se encontrarem próximos do Mar Morto, permite um acesso rápido e fácil a recursos minerais aí disponíveis (BBC, 2008)⁴³.

Assim, é possível afirmar que a posse dos colonatos além de ter por argumento a segurança, também tem implicitamente a sobrevivência associada à manutenção de recursos alimentares e minerais (Bessa; Dias, 2007: 74). É importante referir que já na altura, e ainda hoje, estão localizadas nos colonatos várias fábricas israelitas nomeadamente, empresas de extracção de minérios tirando partido da proximidade ao Mar Negro (BBC, 2008), assim como os principais terrenos aráveis explorados por Israel (MNE de Israel, 2008).

A forma como se encontram aglomerados, fragmentados (Fundação para a Paz no Médio Oriente, 2008) um pouco por toda a Cisjordânia, condiciona também os israelitas, é certo, mas principalmente os palestinianos, sujeitos a revistas nos pontos de

⁴³ Ver anexo 5.

controle presentes em cada colono interposto entre a localidade de onde provém e o local para onde pretendem deslocar-se.

Esta condicionante à continuidade territorial da Cisjordânia⁴⁴ inviabiliza uma solução permanente pois constringe o desenvolvimento económico-social do povo palestino e dificulta o controle e manutenção da ordem pública por parte de uma Autoridade Nacional Palestina a instituir por via dos Acordos de Oslo (Cohen, 2003: 350).

Do ponto de vista meramente ideológico, a materialização do sonho de um Grande Israel, de acordo com o pensamento sionista, enquadrado no seu movimento de retorno (Segev, 2006: 146) é explicitado pela definição que Chauprade dá do sionismo “Sionismo é uma ‘sede’ de território e de demografia” (Chauprade, 2001: 606).

O poder político israelita justifica o apoio governamental aos colonatos com a estratégia “territory for peace” – ou seja, utilização do território enquanto “moeda de troca” em negociações diplomáticas (Rubin, 2006: 120). Ainda assim, não deixa de ser também importante compreender que, por outro lado, são estes mesmos colonatos, alegadamente garantes da paz, uma das principais fontes que alimentam o nacionalismo palestino e as hostilidades contra Israel (Reuveny, 2003: 366)⁴⁵. Ao promoverem ódios e ressentimentos entre israelitas e palestinos, os colonatos representam a força invasora e opressora para os palestinos contribuindo para os ataques contra israelitas e para a inviabilização de uma solução de paz permanente para o conflito.

⁴⁴ Ver anexo 4.

⁴⁵ “Land for Peace”: princípio incluído na Resolução 242 das Nações Unidas (Reuveny, 2003: 354).

Assim como os indivíduos, os Estados são influenciados pela conjuntura – pelo meio – e agem perante objectivos, de acordo com o significado e a importância que estes têm para si (Wendt, 1992: 77-90). O conflito israelo-palestiniano apresenta vários factores de discórdia entre as partes e os colonatos, que se encontram entre as questões centrais do conflito, adquiriram diferentes graus de importância e relevância para cada um dos intervenientes.

Para os líderes do Likud era inaceitável a retirada de qualquer terra habitada por judeus (Cafetorah, 2010). Num protesto organizado pelo partido da oposição contra os Acordos de Oslo, Benjamin Netanyahu acusou o governo trabalhista de Yitzhak Rabin de “remover tradição e valores judaicos” (Cafetorah, 2010). De acordo com Benjamin Netanyahu Israel tinha toda a legitimidade para se manter na posse dos colonatos judeus na Cisjordânia.

Afirmam, ainda, que colonizamos terra alheia, mas estes territórios são património histórico do povo judeu ainda que, reconheço, os palestinianos o contestem. É matéria a discutir, mas que fique desde já claro que não se trata de uma ocupação (...) e não se trata de uma questão de direitos humanos (...) os colonatos não se enquadram nesse contexto. (Netanyahu, 1996: 96)

A jurisdição sobre a cidade de Jerusalém

Em 1947, a Resolução 181, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, indicava que a cidade de Jerusalém deveria ficar sujeita a um estatuto especial “corpus separatum”, ou seja, sob gestão internacional UNITED NATIONS (1947a). No entanto, após a declaração de independência do Estado de Israel em 1948 Jerusalém foi dividida em Jerusalém Ocidental, sob controlo israelita e Jerusalém Oriental, sob controlo jordano (Bishara, 2001: 112-113).

No entanto, e assim como aconteceu com os demais territórios ocupados, a proporção de terra deixada aos palestinos foi bastante diminuta. Antes da declaração de independência de Israel os bairros palestinos representavam 54% da cidade e os bairros judeus cerca de 26%, sendo que a restante percentagem correspondia a terras, propriedade da municipalidade de Jerusalém. O controle de Israel sobre a cidade traduziu-se em 88% sob a sua soberania e apenas 12% sob controle da Jordânia (*Ibidem*).

Mais tarde, na sequência da Guerra dos Seis dias, em 1967, Israel tomou o controle de Jerusalém Oriental sob o pretexto que seria apenas uma questão administrativa e não de anexação pois era necessário iniciar obras públicas no sentido de melhorar as condições de vida da população (*Ibidem*).

A atitude de Israel pode ser explicada, não pelo simbolismo e importância religiosa e cultural de Jerusalém, mas pelo factor demográfico. A taxa de renovação de gerações israelita, bastante inferior à palestina, colocaria a população de Israel em clara minoria a médio-longo prazo pelo que uma anexação ou administração de Jerusalém Oriental permitia controlar a densidade populacional palestina (Peres, 2003: 81; Cymerman, 2004: 122).

Por força da lei passou a ser exigida uma carta ou título de residência aos palestinos, que ao não a conseguirem obter ou sendo-lhes confiscada eram expulsos da cidade. Em simultâneo, entre 1967 e 1997, 88% das novas habitações construídas em Jerusalém Oriental eram destinadas a cidadãos israelitas judeus e, apenas 12% aos palestinos (Bishara, 2001: 112).

O insucesso na implementação do processo de paz

O início do período de transição de cinco anos previsto nos Acordos de Oslo foi marcado pela retirada militar de Gaza e Jericó. Esta retirada foi acompanhada da nomeação de uma Autoridade Palestiniana, ainda que esta revestisse a forma de um governo interino, isto porque as eleições apenas ficaram previstas para cerca de um ano após a assinatura dos acordos (Dale, 1997).

Após cerca de um ano sobre a eleição de Yasser Arafat enquanto líder da Autoridade Palestiniana foram assinados os Acordos de Oslo II⁴⁶ completando o conteúdo dos primeiros relativamente às áreas sob jurisdição palestina. Nesta sequência, em 1995, assistiu-se a uma nova retirada militar israelita de seis grandes cidades da Cisjordânia, passando a segurança destas a ser assegurada daí em diante pela recentemente criada força policial palestina (Safaneta, 2003; Rynhold, 2008: 15).

No entanto, e apesar de gradualmente se encontrarem a ser cumpridos alguns dos termos acordados, a violência não diminuiu e assistiu-se a um novo escalar do conflito. Por conseguinte, é fundamental identificar entre todos os grupos, movimentos e partidos

⁴⁶ Os Acordos de Oslo II, ou Acordo de Taba, foram assinados a 26 de Setembro de 1995 também em Washington D.C., assim como os Acordos de Oslo I. A assinatura deste acordo marcou o início da segunda fase da autonomia palestina e tratou das questões geográficas e materiais desta. No que diz respeito às questões geográficas ficou acordada a divisão da Cisjordânia (com a exceção de Jerusalém oriental) e da Faixa de Gaza em três zonas: A, B e C conforme o grau de autonomia previsto para as mesmas (A – Jurisdição civil palestina completa, bem como responsabilidade palestina em matéria de segurança interna; B – Manteve-se a jurisdição civil completa mas as questões de segurança interna continuaram sob administração conjunta israelo-palestina; C – Manutenção da jurisdição israelita civil e militar). No que diz respeito às questões materiais foi determinada a data para a eleição do Conselho de Autonomia Palestina, que seria uma espécie de parlamento sob a forma de uma junta provisória ou transitória (Safaneta, 2003).

políticos deixados à margem do processo de paz, os quais se constituem spoilers à negociação.

De acordo com o trabalho desenvolvido por Stedman, referente à existência de spoilers em processos de paz, é importante perceber quais as motivações que levaram cada grupo ou partido político a constituir-se um objector ao acordo e, de igual forma importante, se estiveram presentes ou foram informados do decorrer de uma negociação (Stedman, 2003: 103-104, Gray, 2009).

Neste aspecto, não só o HAMAS, que nunca foi convidado a integrar o processo negocial, mas também os partidos e movimentos israelitas mais radicais, de extrema-direita e ortodoxos judeus, que apenas tiveram conhecimento deste processo de paz no momento da sua ratificação no Knesset, optaram pela continuidade da luta armada ou da opressão, como forma de boicotar o processo de paz (Lieberfeld, 2007: 6-12).

À mesa das negociações, OLP representava o povo palestino, contudo, apenas a FATAH, principal grupo integrante da OLP, participou nas negociações. Contra o início de negociações de paz com Israel, a FDLP, apesar de aceitar uma solução bi-estatal⁴⁷ e a FPLP, que não aceitava a existência do Estado de Israel também não concordaram com o conteúdo global dos acordos quando este passou a ser do conhecimento público (MEDEA, s. d. a; MEDEA, s. d. b; MEDEA, s. d. c; MEDEA, s. d. d).

Totalmente desvinculado da OLP, o HAMAS, manteve-se fiel aos seus princípios defendendo o restabelecimento das fronteiras históricas da Palestina e a destruição do

⁴⁷ A solução bi-estatal compreende a manutenção do Estado de Israel e a criação de um Estado palestino independente.

Estado de Israel, isto mesmo depois da assinatura dos acordos a 13 de Setembro de 1993, em Washington D.C (MEDEA, s. d. e).

O HAMAS defende a independência total e absoluta da Palestina, sem quaisquer cedências e concessões. Uma soberania partilhada sobre os lugares santos do Islão é inaceitável. A soberania sobre os santuários islâmicos de Jerusalém tem de ser exclusivamente muçulmana (Yassin, 2000: 86-87).

Ainda que sejam duas realidades bastante distintas, ou seja, a OLP apresenta-se enquanto organização reconhecida como representante de um povo e o Governo de Israel era, democraticamente legitimado, enquanto representante do Estado de Israel e com o poder de o vincular, é possível fazer o mesmo raciocínio tanto para a análise da representatividade da OLP à mesa das negociações como para a representatividade do governo israelita.

Da mesma forma que a OLP apenas contava com o apoio de uma das suas facções mais representativas e poderosas, a FATAH, o Governo de Israel, liderado pelo Partido Trabalhista, negociou o conteúdo dos acordos sem o conhecimento e o apoio dos partidos da oposição. Yitzhak Rabin, questionado após a assinatura dos acordos sobre se a maioria da população apoiava este processo de paz respondeu:

É difícil dar uma resposta peremptória. Eu considero que sim, mas não posso provar isso. Creio que muito vai depender do sucesso que obtivermos na implementação prática dos acordos e, já o disse, encaro o terrorismo como o principal obstáculo (Rabin, 1995: 29).

Atendendo à rotatividade no poder, normal no parlamentarismo, a sustentabilidade da implementação dos acordos seria maior caso os partidos da oposição israelitas, principalmente aquele que usualmente alternava o poder com o Partido Trabalhista, o Likud, se revisse no conteúdo destes. Questionado sobre a possibilidade de a direita – o

Likud - vencer as próximas eleições legislativas israelitas, Rabin respondeu “não acredito que a direita ganhe as eleições, não quero discutir isso” (Rabin, 1995: 31).

Recordando as diferenças político-ideológicas que separam o Partido Trabalhista do Likud teria sido fundamental um processo, mesmo que informal, onde pelo menos os dirigentes deste partido se tivessem encontrado com os intervenientes nas negociações de modo a também se manifestarem sobre a forma e conteúdo das negociações⁴⁸.

Um dos acontecimentos mais marcantes ocorrido durante o período de implementação dos acordos, e que poderá ter contribuído para o condicionamento do seu sucesso, foi o assassinato do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin, em 1995, por um membro de um grupo extremista israelita (Wallach, 2000: 87-93). Yigal Amir⁴⁹, o jovem que assassinou Rabin, afirmou que o então primeiro-ministro israelita estava a desrespeitar o povo judeu ao ceder jurisdição aos palestinianos sobre territórios que continham património bíblico cuja recuperação só poderia ser garantida através de uma presença efectiva dos judeus (Cafetorah, 2010).

No entanto, e ainda que tenha ocorrido na sequência de uma série de eventos que obviamente contribuíram para este cenário, aquilo que Rabin não acreditava poder vir a acontecer confirmou-se em 1996, com a derrota dos trabalhistas e a vitória do Likud de

⁴⁸ Os Acordos de Oslo foram ratificados pelo Knesset com 61 votos a favor e 50 contra, num total de 120 deputados, o que se revelou insuficiente atendendo à importância do conteúdo destes (Cymerman, 2004: 34).

⁴⁹ Yigal Amir era estudante de Direito na Universidade de Bar-Ilan (Cafetorah, 2010).

Benjamin Netanyahu, que sucedeu Shimon Peres⁵⁰ como primeiro-ministro de Israel (Cymerman, 2004: 92-93).

Enquanto o maior partido da oposição, o Likud, assim que teve conhecimento dos Acordos de Oslo, ainda durante o período de implementação dos acordos, promoveu vários comícios contra este processo de paz e as decisões tomadas pelo Partido Trabalhista (Cymerman, 2004: 92). O Likud foi ainda responsável pela afixação de cartazes e propaganda com imagens de Rabin vestido com o uniforme das SS nazis ou com a mira de um fuzil na testa (Cafetorah, 2010).

Uma análise ao discurso político de Netanyahu, mostra com bastante clarividência o antagonismo entre o Likud e o Partido Trabalhista quanto ao processo de paz de Oslo. O líder do Likud acusou Yitzhak Rabin de comprometer a segurança de Israel ao confiar em Yasser Arafat e adoptou um discurso bastante idêntico ao dos partidos extremistas ortodoxos judeus afirmando que a transferência de terras não trazia paz, mas sim mais terror e, conseqüentemente mais vítimas (Cymerman, 2004: 93-98).

Para Netanyahu, a redução do controlo dos territórios ocupados facilitava a fixação de mais população árabe e isso conduziria à criação de condições mais favoráveis ao continuar da actividade terrorista contra Israel (Caforah, 2010). O enquadramento teórico construtivista permite explicar as interações entre agente e estrutura⁵¹ e a forma como se influenciam mutuamente e, neste ponto em particular, verifica-se claramente

⁵⁰ Shimon Peres assumiu interinamente a liderança do Governo de Israel na sequência do assassinato de Yitzhak Rabin e foi o candidato do Partido Trabalhista nas eleições legislativas de 1996, tendo perdido as eleições, enquanto segundo partido mais votado, para o Likud (Cymerman, 2004: 80-81).

⁵¹ Atentando à principal premissa do construtivismo, a existência de uma co-construção em que o agente influencia a estrutura e esta influencia o agente, a realidade é algo que não é estático e, portanto, temos que olhar a forma como os interesses e as identidades são construídos e condicionados ao longo do tempo (Wendt, 1992: 77-90; Linklater, 1998: 58-78)

uma relação entre duas variáveis. Neste sentido, a forma como os intervenientes interagem é o que determina, não só os comportamentos sociais adoptados, mas também os próprios contornos do conflito e as dificuldades da sua resolução. A própria ameaça, ou sentimento de ameaça, deriva da interacção entre as partes. Sem esta interacção não poderia existir ameaça. O conflito, atendendo a um escalar da violência, influenciou o comportamento dos agentes, que neste caso são uma franja do povo israelita mais religiosa e/ou conservadora posicionada contra o conteúdo dos acordos.

Obviamente que este comportamento, estimulado pelo Likud contribuiu para condicionar os resultados da implementação do processo de paz e, conseqüentemente perpetuar o conflito. A argumentação de Netanyahu facilmente recolheu o apoio da população dado o referido escalar da violência, em grande parte responsabilidade do HAMAS e da Jihad Islâmica e que resultou num aumento substancial do número de atentados terroristas e, claro, de vítimas israelitas durante o período de implementação dos acordos (PeaceWatch *apud* Eretzyisroel, s. d.)⁵².

Em 1992, um ano antes da assinatura dos Acordos de Oslo, 39 israelitas foram vítimas de atentados terroristas. No ano da assinatura dos acordos o número de vítimas aumentou para 62 e no ano após, em 1994, para 73 (*Ibidem*). A análise a este processo de paz permite aferir que implementar um acordo cujo conteúdo é desconhecido pelas populações apresenta alguns obstáculos, principalmente quando perante uma frustração das expectativas, que são parte da identidade colectiva de um povo.

⁵² Ver anexo 6.

A acção dos grupos que foram excluídos ou se colocaram propositadamente à margem das negociações, perante a possibilidade de a OLP e o Governo de Israel iniciarem a negociação de uma solução permanente para o conflito, traduziu-se em constantes tentativas de boicotar os acordos e o escalar da violência condicionou os resultados do processo de paz em vez de ter funcionado como um catalisador para a paz⁵³ (Darby, 2001: 95-100).

Perante a consciencialização, tanto por parte da OLP como do Governo israelita, que o perigo de contestação popular aos acordos e a percepção de se tratar de acordos assinados por uma espécie de elite partidária, não suficientemente representativa e portadora dos interesses e necessidades dos dois povos foi tentado um apelo à paz invocando preceitos religiosos, preconizados tanto pelo *shalom*⁵⁴, na Torá como pelas revelações⁵⁵ no Alcorão (Dale, 1997).

No entanto, estas tentativas, materializadas em campanhas, também não incluíram os grupos extremistas judeus e fundamentalistas islâmicos na propaganda e acabaram por ser ineficientes. Em simultâneo com o decorrer destas campanhas estes grupos continuaram a sua política de terror e opressão, também invocando argumentos religiosos (*Ibidem*). A manipulação destes argumentos permitiu sustentar uma guerra alegadamente travada em nome de Deus.

⁵³ Conforme já foi mencionado na Introdução deste trabalho, John Darby considera que a violência pode em alguns cenários funcionar como catalisador para a paz na medida em que aumenta a necessidade de atingir um acordo que cesse rapidamente o conflito (Darby, 2001: 95-100).

⁵⁴ A tradução mais generalizada de “shalom” é paz, contudo, para a tradição judaica este termo significa paz entre duas entidades ou, na óptica do indivíduo, paz interior. (Moreno, 2010).

⁵⁵ Para os muçulmanos o Alcorão é a maior dádiva de Deus e representa a única fonte de sabedoria para que a humanidade encontre o caminho certo. As revelações de Deus ao profeta Muhammad dizem respeito à concretização da paz enquanto maior obra a produzir pela humanidade (Islamhoy, 2011).

Uma das conclusões a retirar sobre a forma que revestiram os encontros informais anteriores ao início do processo negocial, bem como o início deste, tem justamente a ver com a dimensão religiosa do conflito. Ainda que a religião tenha contribuído para a consolidação do processo de construção das identidades colectivas tanto de israelitas como de palestinianos, não se pode considerar que seja uma questão central do conflito.

O conflito não existe por um povo ser maioritariamente judeu e outro maioritariamente árabe, existe porque ambos detiveram o controlo da maior parte do território que ainda hoje disputam em diferentes momentos históricos e a um dado momento, devido ao fim das vagas de conquistas e reconquistas tão vulgares em séculos passados e a uma estabilização dos conflitos armados contemporâneos, foi possível uma fixação mais duradoura das duas populações nesse mesmo território.

Porém, se a dimensão religiosa tivesse sido abordada a par da dimensão económica, quando se realizaram os primeiros encontros, poderia ter sido mais fácil integrar grupos extremistas, tanto judeus ortodoxos como fundamentalistas islâmicos. Para estes grupos a interpretação e vivência da religião sobrepõe-se ao bem-estar. O jovem extremista que assassinou Rabin, Yigal Amir, absorvido pelo fanatismo religioso, acreditava que o antigo primeiro-ministro israelita era um “rodef din”, que de acordo com a interpretação feita pelos rabinos ultra-ortodoxos da tradição judaica consistia numa espécie de demónio que perseguia e ameaçava os judeus (Caferoah, 2010). Por conseguinte, Amir acreditava que Rabin tinha que ser eliminado para o bem comum do povo judeu.

Interpretar a derrota de Shimon Peres, em 1996, quando Netanyahu foi eleito primeiro-ministro, implica uma análise que transcenda o acto político por si só. A derrota de

Peres não foi uma simples vitória do Likud e dos demais partidos políticos que obtiveram acento no Knesset como resultado deste acto eleitoral. Peres foi derrotado pela manipulação da interpretação dos argumentos religiosos, ainda que mais moderadamente pelo Likud, exacerbadamente invocados pelos partidos de extrema-direita ortodoxos judeus, que certamente repartiram uma potencial votação mais expressiva com o voto útil no Likud de forma a retirar os trabalhistas do poder.

Atendendo tanto à posição desde cedo assumida pelo Likud, contra os Acordos de Oslo e também a todas as críticas endereçadas ao Partido Trabalhista e às cedências feitas no período em que estes se encontravam no governo, a vitória eleitoral da direita não podia de forma alguma antecipar um bom prenúncio para a continuidade do processo de paz com a OLP.

Como foi referido, durante os três anos que decorreram desde a assinatura dos Acordos de Oslo em Washington D.C. e as eleições legislativas de Maio de 1996, Netanyahu foi o líder de uma violenta campanha pessoal contra Yitzhak Rabin devido às cedências do então primeiro-ministro ao, acordo com Netanyahu, “arquiterrorista Arafat” (Cymerman, 2004: 92-93). O líder do Likud apenas abrandou esta campanha, ou pelo menos o tom agressivo com que a iniciou, após o assassinato de Rabin tendo mesmo chegado a apresentar publicamente um pedido de desculpas pelos fortes ataques pessoais que lhe fez.

No mesmo mês em que decorreram as eleições para a chefia do Governo de Israel, Maio de 1996, de acordo com Geir Dale, foi aberta a “caixa de Pandora” das negociações entre israelitas e palestinianos. A dois anos do final do período transitório estipulado

iniciaram-se as conversações relativas ao estatuto permanente a conceder à Autoridade Palestiniana e ao território sob a sua jurisdição (Dale, 1997). O recém-eleito primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu questionado sobre o avanço para a negociação do estatuto permanente antes da conclusão da total aplicação dos Acordos de Oslo disse:

Cumprimos os nossos compromissos ao passo que os palestinianos falharam em tudo. Não confiscaram as armas na mão de civis, não prenderam os terroristas, prosseguem com os incitamentos à violência (...) Dizem que estão frustrados. Respondo que também nós estamos frustrados, quando dezenas de israelitas são mortos em atentados (Netanyahu, 1998: 97).

A mudança de governo, do Partido Trabalhista para o Likud teve uma influência directa na forma como prosseguiram as negociações entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestiniana. Ainda que o estatuto permanente não se encontrasse definido na forma de um Estado independente em nenhum acordo assinado entre as partes, a base para o sucesso na implementação dos acordos, atendendo a todo o processo de construção identitário de ambas as partes, era sem dúvida o reconhecimento mútuo do direito à existência tanto de um Estado Israelita, para os judeus, como de um Estado Palestiniiano, para os árabes.

Neste aspecto, Yitzhak Rabin, que foi um dos maiores entusiastas dos Acordos de Oslo até ao seu assassinato, encontrava-se muito mais susceptível a aceitar a solução bi-estatal, conforme é evidente na forma como, ainda que com cautela, respondeu quando questionado sobre a eventual criação de um Estado Palestiniiano independente.

Desejamos chegar a acordo sobre um período interino que garanta aos palestinianos o direito a um governo autónomo. Prevê-se um período transitório de cinco anos e até ao terceiro ano negociaremos uma solução permanente. Neste momento devemos concentrar a atenção na implementação dos acordos assinados, criar a maior convivência pacífica, reduzir as suspeitas e preconceitos. Pessoalmente não me oponho à criação de um Estado palestinianiano independente situado entre nós e a Jordânia. É indiscutível que haverá uma entidade palestinianiana, mas será (para já) muito provavelmente algo menos que um Estado independente (Rabin, 1993: 33).

O conteúdo da designada “caixa de Pandora” continha, obviamente, as questões relegadas para um momento posterior ao da implementação dos acordos, ou para um momento mais avançado do período transitório (Dale, 1997, Rynhold, 2008: 14-17). Num cenário diferente daquele em que foi negociado o acordo, é fundamental identificar quais as variáveis que contribuíram para o condicionamento da sua implementação.

Antes de questionar a capacidade da Autoridade Palestiniana em implementar os acordos, convém ter em consideração que o secretismo das negociações, sob o qual foram negociadas as questões menos delicadas, por motivos de segurança e para reduzir os riscos de não comprometer a assinatura dos acordos, já não seria mais possível.

Os assuntos mais delicados, cuja abordagem e resultados negociais poderiam implicar maiores riscos e conduzir a um escalar da violência foram negociados sob o inconstante comportamento tanto das populações palestinianas e israelita, com a condicionante de se encontrar no poder um partido mais conservador e ligado à tradição e preservação dos valores judaicos – o Likud.

Uma resolução clara e permanente da questão palestinianiana poderia contribuir para o fim da actividade terrorista. Os palestinianos, assim como os israelitas, é claro, sentem-se desumanizados uns pelos outros. Os israelitas temem pela sua vida face à desvalorização da vida humana e ódio pelos judeus fomentado pelos grupos extremistas palestinianos e o povo palestiniano sente a sua segurança e dignidade comprometida e afectada pela política de segurança israelita.

O que realmente afecta ainda mais a posição de cada indivíduo é a destruição de residências. A questão do lar, da casa, é muito importante na história palestinianiana. Em 1948, centenas de milhares de palestinianos perderam as suas casas e foram viver para campos de refugiados. A ocupação israelita continua a demolir casas e

mais casas (...) os palestinos são uma sociedade que sofre as consequências de traumas contínuos, sem soluções à vista, desde 1948 (Eyad al Sharraj 2003: 55).

Os palestinos sentiram-se derrotados e o comportamento de Israel transmitiu a ideia de supremacia. Esta supremacia consolidou entre os palestinos a ideia de derrota do povo palestino e vitória de Israel. Conforme Kelman refere no seu trabalho “é virtualmente impossível construir um processo de reconciliação num cenário de derrota de uma das partes”. Não podem ser gerados sentimentos de vitória nem de derrota, ou seja, ambas as partes devem sentir-se vítimas do conflito e não uma da outra (Kelman, 1999: 195-196).

No momento de expressar a sua identidade nacional ambas as partes têm de sentir vítimas do conflito e não vencedoras ou derrotadas. Uma derrota humilhante nunca pode ser a base de uma negociação (*Ibidem*). No caso israelo-palestino esta premissa tem uma validade indiscutível face às condicionantes identitárias – os jovens palestinos recebem desde muito novos uma educação que incita à violência (Cymerman, 2004: 52-53) contra os judeus, enquanto estes, por medo, tendem a diabolizar a figura dos árabes.

No período de implementação dos Acordos de Oslo é possível identificar uma sequência cronológica coerente quanto às relações causais entre o escalar da violência e a nova vaga de construção de colonatos. O eclodir de uma nova vaga de violência surgiu a partir do final de 1993 e a nova vaga de construção de colonatos foi iniciada poucos meses depois, ainda sob a governação do Partido Trabalhista, que praticamente duplicou os colonatos existentes até ao ano de 1996 (Bishara, 2001: 145-148), o que obviamente se manifestou na já crescente insatisfação do povo palestino face ao processo de paz.

Yasser Arafat, já líder da Autoridade Palestiniana, referiu que se comprometeu a dar paz em troca de terra e, não, segurança em troca de terra. Os israelitas afirmam que os palestinianos receberam terra mas em troca não tiveram paz e por isso tiveram que, através do reforço dos colonatos, garantir a segurança (Roy, 2002: 11-27).

Os Acordos de Oslo deviam ter promovido, ainda que de uma forma proporcional e atendendo às realidades específicas de cada parte, a igualdade e reciprocidade. No caso deste conflito, esta forma deverá reflectir-se a nível da dimensão do território, correspondendo às fronteiras internacionalmente reconhecidas, e principalmente, num futuro posterior ao período de transição, no número de efectivos militares das duas partes, isto, quando o hipotético Estado Palestiniiano vier a poder dominar forças militares.

No entanto, esta última questão será sempre muito delicada e controversa se atentando à grande preocupação e contestação popular israelita, face ao fornecimento de armas por parte do seu governo à Autoridade Palestiniana para a viabilização da já referida força de segurança palestiniana. Os israelitas, ainda que para isso tenham contribuído as campanhas contra o processo de paz, tinham a percepção de o seu governo estar a fornecer aos palestinianos armamento que poderia vir a ser utilizado em acções terroristas ou de guerrilha (Cafetorah, 2010).

Porém, incidindo sobre a questão da segurança, não na vertente militar, encontrava-se previsto nos Acordos de Oslo o iniciar de uma cooperação na vertente policial. A cooperação a nível de segurança devia ter constituído um elemento de confiança entre

as partes e poderia ter sido um óptimo ponto de partida no que diz respeito ao tratamento de matérias e assuntos mais delicados (Egeland, 1999: 529-545).

Apesar de se encontrar prevista no Artigo VIII a criação de uma força de segurança, isto é, uma polícia palestina para assegurar a manutenção da ordem nos territórios que a Autoridade Palestina viria a administrar no dado período transitório de cinco anos, a segurança externa continuaria a ser assegurada pelo Estado de Israel (Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, 1993), a criação de uma futura força militarizada palestina ficou totalmente excluída dos acordos não tendo sequer sido abordada.

A criação de uma força policial palestina e a transferência da jurisdição sobre Gaza e a Cisjordânia, por exigência de Israel, não poderiam invalidar o direito dos cidadãos israelitas poderem circular livremente nos territórios palestinos, regra esta que de acordo com o Artigo VIII dos Acordos de Oslo foi extensível às suas forças de segurança com o argumento de assegurar a protecção desses cidadãos.

In order to guarantee public order and internal security for the Palestinians of the West Bank and the Gaza Strip, the Council will establish a strong police force, while Israel will continue to carry the responsibility for defending against external threats, as well as the responsibility for overall security of Israelis for the purpose of safeguarding their internal security and public order (Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, 1993)⁵⁶.

Esta regra, mesmo considerando que a jurisdição dos territórios revestia a forma de autonomia e não de independência, não deixa de constituir ingerência na autoridade atribuída aos palestinos.

⁵⁶ De forma a garantir a ordem pública e a segurança interna para os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, o Conselho irá estabelecer uma força policial e Israel continuará responsável pela defesa contra ameaças externas, bem como a responsabilidade de garantir a segurança geral dos israelitas que residam nestes territórios, salvaguardando a sua segurança e a ordem pública (Tradução livre do autor).

Menos controversa, a cooperação económica e comercial foi a prioridade dos acordos, isto devido a serem matérias que reuniram mais facilmente o consenso necessário para permitir o início das rondas negociais. A ajuda económica e o desenvolvimento dos territórios palestinianos que ficariam sob a jurisdição da Autoridade Palestiniana foram encarados como instrumentos centrais para o sucesso da implementação dos acordos, contudo, não foram devidamente concretizados. De acordo com Geir Dale, eram fundamentais para trazer “os frutos da paz ao povo e construir o apoio popular para o processo” (Dale, 1997).

A transição entre os processos de conflito e a conciliação implicaria reduzir eventuais riscos que pudessem levar a um fracasso na implementação dos acordos de paz. No entanto, para tal seria necessário estimular laços de cooperação entre as partes (Kelman, 1999: 193-221), isto conforme especificado pela terceira fase do modelo de análise de Herbert Kelman.

Os encontros que antecederam a negociação dos Acordos de Oslo começaram por abordar a possibilidade de uma cooperação económica entre israelitas e palestinianos e foi essa a abordagem que, com sucesso, permitiu avançar para o passo seguinte, ou seja, o início das negociações do processo de paz (Kriesberg, 2007: 455-476). No entanto, e apesar de contemplado no Artigo XI dos Acordos de Oslo e nos protocolos anexos III e IV, esta cooperação acabou por se revelar insuficiente para satisfazer o pressuposto de contribuir para o desenvolvimento económico-social do povo palestiniano (Bull, 2007; Dale, 1997).

Ainda que os protocolos de cooperação estabelecidos tenham sido aplicados, a eficiência destes foi em muito condicionada pelos atrasos na transferência da jurisdição sobre os territórios de Gaza e da Cisjordânia para a Autoridade Palestiniana e, fundamentalmente, pela continuidade dos colonatos judeus e de todos os postos de controlo e segurança dispersos um pouco por toda a parte nestes territórios (Bishara, 2001: 149-154). A concretização, com sucesso, de um modelo económico sustentável poderia ter constituído as bases para o acolhimento de um projecto político, social e cultural construído com o objectivo de perpetuar a paz entre israelitas e palestinianos.

Partindo para uma análise dividida em dois níveis de interesse, os israelitas tinham interesse em encetar os protocolos de cooperação como parte do objectivo final, ou seja, indirectamente contribuir para o atingir de uma situação de paz. Os palestinianos, com um interesse mais directo, dependiam destes acordos não só para proporcionar melhores condições de vida à sua população, mas também para alicerçar e sustentar o desenvolvimento económico de um eventual futuro Estado soberano palestiniano.

Para responder a estas questões é fundamental terminar a investigação a que se propôs este trabalho, através de uma análise do período que sucedeu ao previsto para a implementação dos Acordos de Oslo. Face a alguns atrasos na implementação do processo de paz, nomeadamente na transferência da jurisdição dos territórios palestinianos ocupados para a Autoridade Palestiniana, este período que supostamente deveria ter terminado em 1998 revelou a necessidade de uma nova e diferente abordagem do conflito por parte do Governo de Israel.

Em 1997, na sequência de novas eleições, o Partido Trabalhista voltou a formar governo e, portanto, as facilidades em retomar efectivamente o processo de paz foram maiores. Ehud Barak⁵⁷, eleito primeiro-ministro, em linha com o posicionamento político e ideológico do Partido Trabalhista quanto à questão palestiniana concordava com o conteúdo dos Acordos de Oslo e decidiu retomar o processo de paz com a Autoridade Palestiniana (Cymerman, 2004: 103-105).

Como já foi referido, Yitzhak Rabin foi um entusiasta do processo de paz, com uma importância central na assinatura dos Acordos de Oslo e o seu assassinato, sucedido da eleição de Netanyahu como primeiro-ministro em 1996, traduziu-se num retrocesso para o sucesso do processo de paz. Assim, a eleição de Ehud Barak representou novamente uma esperança para a continuidade do processo de paz.

Barak chegou mesmo a assumir ter a intenção de cumprir o legado de Rabin: “Rabin tinha sido meu comandante, meu mentor e, nos últimos anos, meu amigo. Sinto, ainda, a obrigação de cumprir o seu legado (Barak, 2001: 106) ”. Porém, a coligação governamental liderada pelo primeiro-ministro trabalhista incluía os humanistas e pacifistas laicos do Meretz (Jewish Virtual Library, 2011) e os judeus ortodoxos do SHAS⁵⁸ (Cymerman, 2004: 103-105) o que, atendendo às suas reservas relativamente ao processo de paz, poderia condicionar a abordagem ao processo negocial pretendida por Barak.

⁵⁷ Ehud Barak foi eleito Primeiro-ministro de Israel em Maio de 1997 com 56% dos votos (Cymerman, 2004: 104).

⁵⁸ Esta coligação poderia agradar internamente a vários sectores da sociedade mais conservadores e tradicionalistas, mas representava um entrave às concessões que os israelitas poderiam ceder numa negociação com os palestinianos.

Ainda assim, o próprio primeiro-ministro trabalhista tinha algumas reservas em matéria de segurança, nomeadamente quanto a certos poderes que os palestinianos viriam a assumir e que até ali eram prerrogativa do governo de Israel, o que implicava adoptar uma estratégia que garantisse resultados satisfatórios a nível securitário. Deste modo, Barak que, concordava com a devolução de territórios aos palestinianos defendeu a estratégia *land for peace* da seguinte forma: como sinal de boa vontade, durante um período de um ano e meio seriam cedidos territórios, mas enquanto bens tangíveis, ou seja, durante o ano e meio seguinte, caberia à Autoridade Palestiniana cumprir os seus compromissos (*Ibidem*).

Consciente do atraso no calendário estabelecido pelos Acordos de Oslo, em parte também agravado pela estratégia *land for peace*, era necessário retomar rapidamente conversações com Yasser Arafat e, em 2000, Barak fez uma proposta que atendendo à análise que foi feita a todo o processo negocial se aproximava muito mais das expectativas da OLP e do povo palestiniano.

O então primeiro-ministro israelita ofereceu ao líder da Autoridade Palestiniana a aceitação da fundação de um Estado Palestino independente com o controlo da totalidade da Faixa de Gaza, entre 90 a 91% da Cisjordânia, pontes e passagens terrestres a ligar as duas regiões através de Israel e saídas para o Egipto e a Jordânia (Barak, 2001: 107).

No que diz respeito a Jerusalém, sob proposta de Bill Clinton, ainda Presidente dos EUA, Barak aceitou ceder o controlo de alguns bairros de Jerusalém oriental, mantendo

apenas a tutela do bairro judeu e aceitando a cedência de alguns locais considerados lugares santos para os muçulmanos (Cymerman, 2004: 103-105).

Quanto aos refugiados palestinianos, uma das questões mais controversas entre israelitas e palestinianos e que não deixou de o ser nesta nova fase do processo de paz, Barak não aceitou a possibilidade de um regresso palestiniano a terras soberanas israelitas, mas como contraproposta propôs a criação de um fundo de dezenas de milhões de dólares para indemnizar todos os palestinianos que regressassem ao proposto novo Estado palestiniano independente (*Ibidem*).

Esta proposta demonstrava que Israel pretendia terminar com o conflito e, aparentemente, atendendo às propostas supracitadas constituía uma solução permanente para o conflito. O primeiro-ministro israelita chegou mesmo a propor que fosse incluído no acordo final um parágrafo que referisse “as duas partes consideram que o tratado dá resposta cabal a todas as resoluções da ONU sobre a questão” (Barak, 2001: 108).

No entanto, em Julho de 2000, Yasser Arafat rejeitou a totalidade do acordo alegando que não estava preparado, nem tinha legitimidade e poder para aceitar os termos da negociação. Barak considerou que as propostas eram “justas aos olhos de todo o mundo” e que Arafat ao ter rejeitado o acordo sob os pretextos que invocou apenas demonstrou que a paz não era uma vontade partilhada por ambos.

Sempre lutei por Israel. Sabia que estava a arriscar a minha carreira política ao desmascarar Arafat e que a maior parte dos cidadãos israelitas não compreendiam a justeza das nossas propostas de paz, mas tinha e tenho a certeza que foi a opção correcta. (Barak, 2001: 109).

Neste aspecto em particular, em termos de poder para aceitar as propostas israelitas, a Autoridade Palestiniana encontrava-se legitimada para o fazer e, portanto, torna-se fundamental face à análise já realizada aferir se o comportamento do seu líder Yasser Arafat e, claro, da OLP enquanto organização política, são evidenciadores da pretensão de não implementar o processo de paz.

O maior desafio colocado à Autoridade Palestiniana durante o período de implementação dos Acordos de Oslo era desarmar e dismantelar os grupos terroristas e colocar um termo à violência. Porém, esta capacidade e mesmo a vontade de o fazer foram sistematicamente questionadas pelos governos israelitas, independentemente da sua liderança se encontrar no Partido Trabalhista ou no Likud. (Netanyahu, 1998: 96-98). Como aliás já foi referido neste capítulo, quando era esperada a concretização de paz assistiu-se a um escalar da violência e a um aumento do número de vítimas.

Não é possível comprovadamente atribuir à OLP e à Autoridade Palestiniana a responsabilidade por esta situação, contudo, para o cidadão comum israelita, a Autoridade Palestiniana e os grupos terroristas palestinianos eram duas cabeças da mesma serpente, ou seja, partilhavam os mesmos objectivos contra os judeus. Ariel Sharon, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel no Governo liderado por Netanyahu considerou Yasser Arafat “o maior obstáculo à paz” acusando-o de ter “uma estratégia de recurso ao assassinato e ao terrorismo, inclusivamente como parte do processo político” (Sharon, 2002: 146).

De facto, não é possível provar objectivamente uma ligação da Autoridade Palestiniana com a continuidade da actividade terrorista, contudo, durante o período de

implementação dos acordos não houve uma condenação explícita dos actos terroristas contra Israel. O compromisso assumido de promover uma educação para a paz⁵⁹ não foi cumprido e os terroristas suicidas palestinianos continuaram, como era habitual, a ser venerados como heróis entre o povo palestiniano (Roy, 2002: 11-27).

Acrescendo a estas situações, a revolta e desconfiança israelita em relação a Yasser Arafat encontrou um suporte bastante mais sólido nas mensagens políticas e comunicados antagónicos que este foi proferindo ao longo do período de implementação. As várias análises ao discurso político provaram que em inglês Arafat falava de paz, mas em árabe, ainda que implicitamente, continuava a incentivar à violência contra Israel (Barak, 2001: 108-109).

Face a esta realidade é possível fazer duas interpretações: ou Arafat necessitava de manter um discurso forte e que não permitisse aos grupos extremistas ganhar ainda mais apoiantes e eventualmente vir a derrubá-lo, o que implicava elevados custos de oportunidade, ou seja, a continuidade da actividade terrorista; ou Arafat serviu-se do processo de paz para ganhar tempo e reorganizar o movimento de guerrilha palestiniano na sequência do isolamento em que a OLP se encontrou no final da Guerra dos Seis Dias.

⁵⁹ De acordo com os compromissos assumidos, a educação para a paz deveria ser uma preocupação para ambas as partes, permitindo conferir uma maior sustentabilidade e durabilidade dos acordos. Este aspecto era fundamental atendendo ao longo processo de formação de identidades mutuamente destrutivas. No entanto, nem sequer os manuais escolares editados após a assinatura dos acordos cumpriram este ponto. O Estado de Israel não existia nos mapas geográficos ensinados nas escolas palestinianas, a paz com Israel e a assinatura dos Acordos de Oslo não era referida e o direito dos judeus ao Estado de Israel também não era mencionada (Roy, 2002: 11-27).

De acordo com Gestoso, a disponibilidade para iniciar um processo negocial nem sempre significa que exista vontade em atingir e implementar um acordo. O início de uma negociação pode constituir apenas uma oportunidade para que uma das partes intervenientes consiga estabelecer uma relação de maior proximidade com a outra e durante esse período de tempo conseguir assegurar ou uma posição negocial mais forte ou as condições necessárias para não necessitar do acordo (Gestoso, 2007: 70).

No que concerne à vontade de Israel em atingir e implementar o processo de paz, o comportamento dos israelitas também não contribuiu de forma inequívoca para que as responsabilidades do insucesso na implementação pudessem ser imputadas apenas aos palestinianos.

De facto, a retirada e desmantelamento dos colonatos judeus nos territórios ocupados palestinianos não constava dos acordos de paz, mas o facto de ter sido iniciada uma nova vaga de construção durante o período de implementação dos Acordos de Oslo, ao não ter sido obviamente bem encarada pelos palestinianos, contribuiu para reforçar a argumentação dos grupos mais extremistas palestinianos.

A intransigência por parte de Israel em abordar a questão dos colonatos, ou pelo menos os termos em que este assunto poderia vir a ser abordado, associado à nova vaga de construção traduziu-se num grande sentimento de frustração e derrota para os palestinianos, não só pela posse da terra, mas também pelos constrangimentos diários que estes impunham e, impõe ainda, à circulação do povo palestiniano.

De acordo com Weiner, quanto maior é a frustração, maior é a instigação e propensão para a agressão, e quanto mais forte e significativo for o motivo da frustração mais intenso é o impulso para a violência (Weiner, 1989: 119-120). Para os palestinos os israelitas encontravam-se a ocupar terras que, para eles, deveriam vir a fazer parte de um futuro Estado Palestino, o que portanto representava uma afronta ao processo de paz (Bishara, 2001: 143-145).

Ainda que quando se iniciaram as negociações tenha existido um reconhecimento mútuo entre o Governo de Israel e a OLP, o processo de reconciliação entre “antigos” inimigos não foi verdadeiramente encetado. O compromisso assumido na fase pré-negocial em não serem trocadas acusações relativamente ao passado, ainda que tenha facilitado o início das negociações não contribuiu para que ambas as partes se sentissem vítimas do conflito. Em vez de se sentirem vítimas uma da outra, ambas continuaram a procurar de alguma forma sobrepor-se. (Kelman, 1999: 195-196).

Este compromisso assumido relativamente a não serem feitas acusações em relação ao passado, conjugado com os assuntos relevantes que foram deixados à margem dos acordos, não permitiu encetar aquela que Kelman considera a primeira fase do processo de transformação do relacionamento entre as duas partes envolvidas neste conflito: o reconhecimento mútuo da identidade, segurança e sobrevivência do outro (Kelman, 1999: 193-221).

Também um entrave ao processo de reconciliação entre israelitas e palestinos, o maior como já foi referido várias vezes ao longo deste trabalho, a expectativa frustrada dos palestinos face aos assuntos considerados de extrema importância que foram

relegados para um período posterior aos acordos constituiu, desde o momento da assinatura dos acordos até passados sete anos ter surgido a referida proposta final de Barak, um grande factor de revolta e desconfiança das verdadeiras intenções de Israel (Dale, 1997).

Tudo isto demonstra que a transformação do relacionamento entre as partes, imprescindível de acordo com Kelman (Kelman, 1999: 193-194), existiu apenas entre as delegações intervenientes no processo negocial e, no máximo, entre a elite política que as suportava (Dale, 1997). As repercussões da assinatura dos Acordos de Oslo na opinião pública não evidenciaram, claramente, uma transformação do relacionamento entre os dois povos envolvidos no conflito (Bull, 2007; Cafetorah, 2010).

O sucesso do período de implementação dos Acordos de Oslo dependia fundamentalmente da capacidade tanto do Governo de Israel quanto da OLP e, posteriormente da Autoridade Palestiniana, para transportar a vinculação aos conteúdos acordados da mesa das negociações para a população. Vincular ambas as populações ao processo de paz implicava o reconhecimento mútuo do direito à existência do outro, mas este reconhecimento tinha de transcender o simples direito à existência, pois era fundamental reconhecer nessa existência a identidade colectiva do outro.

Independentemente da forma que este ou qualquer outro acordo para atingir a paz entre israelitas e palestinianos revista, Oslo mostrou que tem que se assumir como um dado adquirido que é necessário ter em forte consideração a identidade colectiva dos dois povos e as diferenças político-ideológicas internas de ambas as partes. Estes dois povos,

terão inevitavelmente que viver, senão for juntos, pelo menos próximos, num reduzido espaço territorial, seja ele compacto ou dividido em dois Estados.

O reconhecimento mútuo e a transformação do relacionamento entre as partes são, portanto, dois passos essenciais para conciliar duas identidades co-construídas, em parte, por oposição à outra. Só desta forma será possível garantir a segurança e a sobrevivência de ambos, o que constitui valores fundamentais no traçar de uma solução permanente para o conflito.

Nesta óptica, garantir a segurança e sobrevivência tanto de palestinianos como de israelitas tem de ser interpretado como mais do que os Acordos de Oslo previam. Ainda que seja fundamental, e aliás, de relevar, a criação de uma força policial palestiniana para possibilitar o controlo e manutenção da ordem nos territórios que ficaram sob a jurisdição da recém-criada Autoridade Palestiniana, é necessário que também o indivíduo palestiniano se sinta seguro, o que se aplica de igual forma ao indivíduo israelita.

Esta segurança, numa óptica individual, é imprescindível para o abrandar da relação de conflitualidade entre os vários grupos e, conseqüentemente, os dois povos. O indivíduo, enquanto sujeito da segurança, necessita ver satisfeitos o seu bem-estar e direitos fundamentais (Duffield e Waddell, 2004: 16). Ainda que, tradicionalmente, a definição do conceito de segurança seja fortemente centralizada na figura do Estado, a realidade é que para a maioria dos indivíduos, a insegurança, entendida como ausência de segurança, resulta muito mais das preocupações do quotidiano⁶⁰.

⁶⁰ A abordagem da dimensão psico-social do conflito israelo-palestiniano tem levado vários autores a debater quais os verdadeiros interesses e necessidades das partes envolvidas no conflito e, nesta óptica, a

As abordagens mais recentes do conceito de segurança mostram que os conflitos étnicos e religiosos, os refugiados e, mais genericamente, as violações constantes dos Direitos Humanos, em muitas áreas do planeta, são as realidades que efectivamente preocupam as populações e o conflito israelo-palestiniano enquadra-se facilmente nesta realidade (Kerr, 2007: 92).

Os problemas que diariamente afectam os indivíduos e os fazem sentir-se inseguros são na óptica dos palestinianos o desemprego e a pobreza e, na óptica dos israelitas, a continuidade da actividade terrorista palestiniana. É evidente que o complexo de segurança israelita, em grande parte é justificado por esta continuidade das acções terroristas, mas não deixa de se constituir enquanto um grande obstáculo ao processo de reconciliação.

A última etapa do processo de reconciliação entre antigos inimigos apresentado por Kelman consistia na construção de um processo dinâmico de resolução de problemas que, em caso de um novo impelir do conflito, deveria servir para resolver eventuais diferendos pela via da diplomacia e não através de um novo recurso à violência (Kelman, 1999: 203-204). Apesar de esboçada nos Acordos de Oslo, esta fase nunca chegou a ser trabalhada face ao insucesso na implementação do processo de paz.

A concretização deste processo dinâmico de resolução de problemas, assim como todas as etapas anteriores, carecem de uma base que em muito depende de uma evolução da

atentar ao indivíduo e às principais necessidades deste. De acordo com Azar (1990), Mitchell (1990), Rouhana (1994) e Kelman (1994) identidade, segurança, reconhecimento mútuo, participação política e justiça são pontos inegociáveis num processo de paz, principalmente atendendo a todos os antecedentes relativos ao conflito abordado por este trabalho.

identidade colectiva de ambos os povos. Apenas através de uma re-educação da sociedade israelita e palestiniana se poderá partir para uma re-definição das vertentes mutuamente exclusivas e destrutivas das identidades colectivas, das partes intervenientes no conflito (Crespi, 1997: 233-241) e iniciar um processo de reconciliação que resulte num acordo de paz com carácter permanente (Kelman, 1999: 204).

Conclusão

Ao longo do presente trabalho, com principal foco de análise na Declaração de Princípios sobre o início da Autonomia dos Territórios Ocupados, ou Acordos de Oslo, datados de 1993, foram identificadas e interpretadas as falhas que conduziram ao insucesso na implementação deste acordo de paz entre israelitas e palestinos e aferida a motivação e vontade de ambas as partes em o concretizar.

Relembrando que de acordo com Stedman, “todos os processos de paz são únicos e diferem entre si na sua vulnerabilidade à violência e nos diferentes níveis de complexidade que apresentam” (Stedman, 2003: 103-113), Yossi Belin, Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel na altura do processo negocial que levou à assinatura dos Acordos de Oslo considerou os grupos extremistas de ambas as partes os grandes responsáveis pelo continuar da conflitualidade e pelo fracasso na implementação dos acordos (BBC, s. d.).

Segundo Stedman, o primeiro passo num processo de paz deve consistir em identificar e ultrapassar os factores que levam à existência de *spoilers*. Os grupos mais extremistas deixados à margem das negociações e responsáveis pelo continuar dos actos de violência que sustentaram o conflito comprometendo a efectivação do período de implementação dos acordos deveriam ter sido integrados nas negociações, mesmo que num período mais avançado. Da mesma forma, a dimensão religiosa, a par da económica, deveria ter sido igualmente desenvolvida ao longo do período negocial, o que poderia ter contribuído para uma aproximação a estes grupos.

A não inclusão destes grupos nas negociações revelou-se ainda mais gravosa se atendendo à representatividade das partes intervenientes no processo negocial. Num acordo que se manteve secreto até à sua formalização, ainda que a OLP representasse a grande maioria dos grupos, tribos e comunidades palestinianas, estas não tinham conhecimento da negociação e, pelas suas diferenças político-ideológicas não se reviram no conteúdo dos acordos.

Do outro lado, o governo de Israel, liderado pelo Partido Trabalhista, apesar de democraticamente legitimado, não beneficiava de um grau de convergência e abrangência ideológica suficientemente elevado para conseguir vincular toda a população. Refira-se que o maior partido da oposição, o Likud, não se reviu no conteúdo dos Acordos de Oslo e, nas eleições de 1996 substituiu os trabalhistas na liderança do governo.

No entanto, torna-se importante referir que o prolongar da violência, de acordo com as conclusões a que este trabalho permitiu chegar, não foi o único factor preponderante para ditar o insucesso dos Acordos de Oslo. Ainda que a violência, quase constante, presente durante décadas no conflito israelo-palestiniano tenha obviamente contribuído para a necessidade da negociação e implementação de um acordo de paz, este raciocínio não se aplica totalmente a este conflito. Por conseguinte, revelou-se fundamental compreender a influência da identidade colectiva de israelitas e palestinianos no condicionamento dos resultados do processo de paz.

De acordo com a teoria construtivista, a construção de uma identidade colectiva é fortemente influenciada pelas relações estabelecidas entre vários grupos (Holsti, 2006:

313-344). Tendo partido de uma análise teórica construtivista foi conferida especial importância ao desenvolvimento da identidade colectiva de cada grupo e, ao resultado que esta co-construção de identidades mutuamente destrutivas teve no agudizar das dificuldades de acordo entre as partes envolvidas (Demant, 2000: 201-259).

A principal conclusão a retirar do processo de formação da identidade colectiva israelita e da identidade colectiva palestiniana tendo em consideração os seus vários estágios é a co-construção da realidade de conflitualidade. Se, por um lado, é latente a existência de um condicionalismo da estrutura sobre o comportamento dos agentes, influenciado pela formulação da sua identidade, por outro, é evidente que a estrutura de conflitualidade não poderia existir, nem evoluir tal como foi descrita sem os processos de interacção desenvolvidos entre estes.

A análise ao processo de interacção entre as partes envolvidas no conflito e ao próprio processo de formação identitário de cada uma mereceu um estudo aprofundado no sentido de contextualizar as dificuldades de resolução do conflito. Assim, este trabalho conclui, em primeiro lugar, que as causas responsáveis pelo prolongar do conflito no tempo focam-se num acordo incorrectamente negociado que não teve suficientemente em consideração os factores identitários e as questões político-ideológicas e que, nesse sentido, uma diferente abordagem ao conflito poderia ter-se traduzido em resultados mais satisfatórios quanto à implementação dos Acordos de Oslo.

O exemplo mais flagrante da perversão, não dos acordos em si, mas do processo de paz corresponde a um dos principais traços identitários dos israelitas, ou seja, o complexo de segurança, que se traduziu numa colonização e criação, ininterrupta de colonatos na

Cisjordânia e na faixa de Gaza, quando a integridade territorial desses territórios devia ser preservada até que o Estado de Israel evacuasse finalmente as suas forças militares.

A análise ao acordo demonstrou a falta de uma correspondência entre o seu conteúdo e as necessidades essenciais das populações representadas pelos intervenientes no processo de negociação. Uma correspondência a essas necessidades teria apresentado uma maior facilidade no sustento do conteúdo das negociações e, portanto, uma maior probabilidade de sucesso aquando da sua implementação, contudo, os Acordos de Oslo não apresentaram qualquer estratégia de criação de apoio nacional.

O preâmbulo dos Acordos de Oslo consagrava como objectivos da negociação o reconhecimento mútuo, a dignidade e segurança e um acordo justo, compreensivo e duradouro (Israel e Organização para a Libertação da Palestina, 1993), contudo, estes objectivos ficaram seriamente comprometidos ao não poderem ser trocadas acusações relativamente ao passado e ao não serem abordados assuntos com grande significado identitário, cultural e político, nomeadamente, a jurisdição de Jerusalém, os territórios (colonatos) ocupados por Israel desde 1967 e o regresso dos refugiados.

Como foi desenvolvido nos capítulos anteriores o facto de estes assuntos terem sido remetidos para mais tarde traduziu-se na falta de apoio popular e contribuiu para o insucesso da implementação destes acordos na medida em que gerou um sentimento de derrota e frustração. A reacção gerada na opinião pública palestiniana aquando do conhecimento do conteúdo dos acordos ter sido um sentimento de derrota e frustração não permitiu que ambas as partes se sentissem iguais perante o conflito, ou seja, vítimas deste e não uma da outra - uma derrota humilhante nunca poderia constituir o sustento de uma negociação e, muito menos, conduzir ao sucesso desta.

O conflito israelo-palestino, como aliás foi demonstrado ao longo deste trabalho, apresenta um longo historial de violência e, portanto, teria sido necessária uma abordagem psico-social que permitisse encetar um processo de reconciliação entre dois povos que, inevitavelmente, terão que conviver em espaços demasiado contíguos.

Porém, a prioridade inicialmente conferida ao cessar do conflito e às questões económicas, assim como o compromisso assumido em não recorrer ao passado como garantia de que não seriam feitas acusações de parte a parte marcou, de acordo com o modelo de análise de Kelman, o início de uma negociação que seria pouco profícua.

Segundo este autor, o início de uma negociação de paz deve ser marcado por uma aceitação mútua e por um processo de reconciliação entre as partes envolvidas no acordo. Ainda que tenha existido uma aceitação, pois caso contrário teria sido impossível sentar à mesa das negociações o Governo de Israel e a OLP (reconhecida pelo Governo de Israel como legítima representante dos interesses do povo palestino a partir de 1993, revogando o estatuto anteriormente conferido de organização terrorista), o ignorar de todos os acontecimentos que no passado constituíram factores de potencialização do conflito não contribuiu para que ambas as partes pudessem encarar o conteúdo final dos acordos de igual forma e, portanto, conduzir a um efectivo processo de reconciliação.

Esta exigência, imposta pelo Governo de Israel como uma das condições fundamentais para o início das negociações, em conjunto com o remeter de determinados assuntos para uma fase posterior aos acordos, transmitiu uma ideia de supremacia e vitória de Israel sobre os palestinos. Israel conseguiu colocar os palestinos na posição de

agressores e derrotados e, conforme Kelman refere no seu trabalho, “é virtualmente impossível construir um processo de reconciliação num cenário de derrota de uma das partes” (Kelman, 1999: 193-221).

O comportamento da delegação israelita levou mesmo a delegação palestina da OLP a alegar que Israel não demonstrava interesse em atingir um acordo duradouro. Este argumento assenta no facto de as negociações raramente se terem realizado ao mais alto nível, estando na maior parte dos momentos, presentes, enquanto representantes do governo israelita, académicos e técnicos, isto não obstante aos assuntos mais delicados para o povo palestino não terem sido abordados.

A necessidade de explorar a dimensão psico-social do conflito e criar bases para encontrar uma forma das partes se relacionarem positivamente é fundamentada com aquele que deve ser o principal objectivo de uma negociação de paz: “transformar o relacionamento entre as partes” (Kelman, 1999: 193-221).

Porém, o período de implementação dos acordos, que vigorou durante cinco anos, entre 1993 e 1998, não representou uma transformação do relacionamento entre as partes, tendo sido marcado pela continuidade da violência e, como já foi referido no capítulo anterior, pelo assassinato do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin, em 1995, por um membro de um grupo extremista israelita.

A desumanização dos palestinos pelos israelitas, e vice-versa, continua ainda hoje bem presente e, ainda que os Acordos de Oslo tenham contemplado o financiamento de infra-estruturas necessárias à melhoria do bem-estar socioeconómico do povo

palestiniano , a realidade é que ainda hoje existe uma grande desproporção económica e de meios à disposição de israelitas e palestinianos.

A não inclusão da retirada israelita dos colonatos estabelecidos continuamente desde 1967 um pouco por toda a Cisjordânia, ainda que os anexos aos acordos previssem várias áreas de cooperação entre israelitas e palestinianos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento dos segundos, contribuiu para a manutenção da dependência da economia palestiniana face à israelita e, atendendo às grandes dificuldades de circulação, num grande obstáculo ao desenvolvimento económico.

Para os construtivistas, e de acordo com o modelo de análise de Kelman, a cooperação a nível económico e de segurança pode e deve constituir um elemento de confiança entre as partes e, uma vez estabelecidas relações de benefício mútuo, contribuir para o evitar de um novo escalar da violência.

Ainda que, os Acordos de Oslo tenham contemplado assuntos respeitantes ao financiamento de infra-estruturas necessárias à melhoria do desenvolvimento e bem-estar do povo palestiniano e, à criação de uma força policial palestiniana, as forças de segurança israelitas continuaram a poder actuar e circular por todo o território e a diferenciação na forma de tratamento de israelitas e palestinianos manteve-se contribuindo para uma espécie de regime de segregação ainda hoje bem evidente.

Obrigar os palestinianos a celebrar a paz com os seus ocupantes israelitas enquanto estes prosseguiam com a ocupação, pela via do estabelecimento de novos colonatos,

ainda que não constasse entre o conteúdo dos acordos, constituiu uma prevaricação do processo de paz.

Na fase pós-negocial, ou seja, durante a fase de implementação dos Acordos de Oslo, os dirigentes da OLP assinaram sete acordos intercalares, sublinhando desse modo a sua intenção pacífica de viver lado a lado com o Estado de Israel. Porém, em vez de Israel restituir aos palestinianos os territórios ocupados, continuou a estender o seu controlo – ilegal – sobre a Cisjordânia, cercando a população palestiniana com uma rede de colonatos, reforçada por estradas de contorno, todas elas implantadas em novas terras confiscadas. Os sucessivos governos israelitas, do Likud ou do Partido Trabalhista, aplicaram durante o período de implementação dos Acordos de Oslo e até aos dias de hoje, uma política de preservação dos colonatos judeus.

A última conclusão a retirar da forma como foram negociados e implementados os Acordos de Oslo diz portanto respeito àquele que acabou por ser o seu principal objectivo: criar as bases para uma transição pacífica dos territórios de Gaza e da Cisjordânia para a jurisdição de um futuro Governo palestiniano. No fundo, face ao exposto, o Governo de Israel aceitou transferir para um “governo interino palestiniano” uma autoridade dotada de sinais aparentes de soberania, mas que não era possível ser exercida devido a todos os constrangimentos.

O Estado de Israel conservou o poder, o controlo e a soberania nos seus colonatos em forma de enclaves autónomos em território sob jurisdição palestiniana. Israel permaneceu também no controlo da água, dos recursos naturais, da circulação de pessoas e bens na Cisjordânia e na faixa de Gaza. Desta forma, não foi obviamente

possível alcançar uma efectiva melhoria do nível de vida, acesso à educação, saúde e emprego por parte dos palestinianos.

Os israelitas, ainda que justificadamente, reféns de uma das suas características identitárias mais comuns, encontravam-se e encontram-se, ainda, irremediavelmente prisioneiros da sua mentalidade defensiva. Ainda que o objectivo dos Acordos de Oslo pudesse ser criar bases que permitissem atingir resultados positivos a médio-longo prazo, e não resolver a totalidade do conflito naquele momento, a dimensão psico-social e o papel da sociedade civil não foram devidamente explorados.

Sete anos após a assinatura dos Acordos de Oslo, dois anos após o estabelecido período de implementação, os palestinianos exigiram que fosse posto termo à ocupação e à segregação como condição essencial para a paz. No entanto, em Julho de 2000 recusaram em Camp David o acordo-quadro final, elaborado a partir dos acordos de Oslo, mas respondendo às questões mais prementes para os interesses do povo palestiniano – as questões que tinham sido deixadas à margem das negociações de Oslo.

A rejeição dos acordos de Camp David permitiu questionar se a Autoridade Palestiniana, liderada por Yasser Arafat pretendia verdadeiramente implementar o processo de paz. Este momento justificou uma análise de todo o período que decorreu desde a assinatura dos Acordos de Oslo até Julho de 2000 e as dificuldades em compreender as motivações e objectivos de ambas as partes apresentou-se como uma tarefa bastante complexa.

Ainda assim, a análise do comportamento da Autoridade Palestiniana e de Yasser Arafat foi a fase deste trabalho que suscitou maiores dificuldades e pode não ser possível assegurar com toda a certeza que Arafat não queria a paz, mas é possível afirmar que este líder da Autoridade Palestiniana, face a toda a conjuntura político-ideológica e ao processo de construção da identidade colectiva palestiniana, não tinha condições para se vincular a este processo de paz.

No espaço de poucos dias após a rejeição do acordo-quadro final foi iniciada a segunda Intifada e, conseqüentemente, um novo escalar da violência. Yasser Arafat não se mostrou capaz, mesmo durante o período de implementação dos Acordos de Oslo, de evitar a continuidade da violência e a única forma de continuar a liderar o povo palestiniano foi compactuar com o início de uma nova Intifada contra Israel.

Por todas as considerações que foram feitas ao longo deste trabalho e, claro, pelas conclusões retiradas, conclui-se que o processo de paz entre israelitas e palestinianos só poderá ser bem sucedido se atentar ao processo identitário de ambos, que tem como adjacentes as diferenças político-ideológicas que os separam interna e externamente.

Uma abordagem do conflito que tenha em consideração estas realidades poderá conseguir incluir nas negociações os grupos mais extremistas, tanto israelitas como palestinianos e, assim, estabelecer as bases para um processo de reconciliação que permita construir as bases para uma nova relação.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

ALA, Abu (1996) Entrevista de Henrique Cymerman. Ramallah, Israel. Membro da delegação palestina para os Acordos de Oslo e Primeiro-ministro da Autoridade Palestina. 11 de Novembro.

ARAFAT, Yasser (1995) Entrevista de Henrique Cymerman. Gaza (Palestina). Líder da Organização para a Libertação da Palestina e Presidente da Autoridade Palestina. 28 de Outubro.

BARAK, Ehud (2001) Entrevista de Henrique Cymerman. Telavive, Israel. Dirigente político e ex-primeiro-ministro de Israel. 10 de Julho.

BBC (2008) *Concern over Israel Settlement Exports*. http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/7708244.stm. [28 de Fevereiro de 2011].

BBC (s. d.) *Para israelense, ainda não se criou alternativa viável a Oslo* http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/09/printable/030912_beilin.ms.shtml [20 de Maio de 2011].

DURA, Jamal al (2003) Entrevista de Henrique Cymerman. Al Bourij, Gaza (Palestina). Pai de uma vítima palestina numa iniciativa militar israelita. 4 de Novembro.

EISENMAN, Yitzhak (2003) Entrevista de Henrique Cymerman. Jerusalém, Israel. Pai de uma vítima israelita de um atentado terrorista. 25 de Novembro.

FUNDAÇÃO PARA A PAZ NO MÉDIO ORIENTE (2008) *Settlements Established and Evacuated 1967-2008*. http://www.fmep.org/maps/settlements-population/settlements-established-evacuated-1967-2008-feb-2008/fmep_v18_map_settlements.gif/image_view_fullscreen. [20 de Março de 2011].

GOOGLE (2011) Population data bank. http://www.google.com/publicdata?ds=wb-wdi&met_y=sp_pop_totl&idim=country:ISR&dl=pt-PT&hl=pt-PT&q=popula%C3%A7%C3%A3o+israel

ISRAEL E ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (1993) Declaration of Principles On Interim Self-Government Arrangements, assinado em Washington D.C. a 13 de Setembro.

MAHDI, Muhamad (2004) Entrevista de Henrique Cymerman. Penitenciária de Hasharon, Israel. Bombista suicida palestino capturado pelas forças de segurança israelitas. 9 de Fevereiro.

MNE DE ISRAEL (Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel) (2008) *Informação* <http://www.mfa.gov.il/MFA/Archive/Peace%20Process/1996/ISRAEL->

[S%20SETTLEMENTS%20-%20THEIR%20CONFORMITY%20WITH%20INTER](#) [28 de Fevereiro de 2011].

NETANYAHU, Benjamin (1998) Entrevista de Henrique Cymerman. Jerusalém, Israel. Dirigente político e ex-primeiro-ministro de Israel. 3 de Março.

OHAYON, Avi (2003) Entrevista de Henrique Cymerman. Telavive, Israel. Único sobrevivente de uma família israelita vitimada por um ataque terrorista. 14 de Fevereiro.

PALESTINIAN ISRAELI NGO FORUM (s. d.). The Palestinian-Israeli Peace NGO Forum. <http://www.peacengo.org/>

PERES, Shimon (2003) Entrevista de Henrique Cymerman. Jerusalém, Israel. Dirigente político e primeiro-ministro de Israel. 1 de Outubro.

RABIN, Yitzhak (1993) Entrevista de Henrique Cymerman. Telavive, Israel. Dirigente político e primeiro-ministro de Israel. 29 de Outubro.

RABIN, Yitzhak (1995) Entrevista de Henrique Cymerman. Washington D.C, Estados Unidos da América. Dirigente político e ex-primeiro-ministro de Israel. 3 de Novembro.

SECURITY COUNCIL (1967) *Resolution 242*. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/240/94/IMG/NR024094.pdf?OpenElement> [13 de Fevereiro de 2011].

SHARON, Ariel (2002) Entrevista de Henrique Cymerman. Telavive, Israel. Dirigente político e primeiro-ministro de Israel. 13 de Novembro.

UNITED NATIONS (1947) *Resolution adopted on the report of the ad hoc committee on the Palestinian question* <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/038/88/IMG/NR003888.pdf?OpenElement> [16 de Fevereiro de 2011].

UNITED NATIONS (1948) *Resolution 194*. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/043/65/IMG/NR004365.pdf?OpenElement> [16 de Fevereiro de 2011].

YASSIN, Ahmad (2000) Entrevista de Henrique Cymerman. Gaza (Palestina). Líder do HAMAS abatido pelas forças de segurança israelitas. 5 de Setembro.

Bibliografia

ARRÓSPIDE, Juan e Cerrato, Javier (1996) “La teoría psicosocial del grupo” in Ayestarán, Sabino (org.) *El grupo como construcción social*. Rubi: Plural Ediciones.

- AYESTARÁN, Sabino (1996) *El grupo como construccion social*. Rubi: Plural Ediciones.
- AZAR, Edward (1990) *The Management of Protracted Social Conflict*. Hampshire, England: Dartmouth.
- BESSA, António Marques e Dias, Carlos Mendes (2007) *O Salto do Tigre: Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio.
- BISHARA, Marwan (2001), *Palestina – Israel, A Paz ou o Apartheid*. Lisboa: Terramar.
- BULL, Ferdinand (2007) *The Failure of the Oslo Accords: Na Agreement out of Balance*.
http://www.associatedcontent.com/article/260327/the_failure_of_the_oslo_accords_an_pg5.html?cat=47. [12 de Dezembro de 2010].
- CAFETORAH (2010) *15 anos da morte de Yitzhak Rabin*.
<http://www.cafetorah.com/15-anos-do-assassinato-de-Yitzhak-Rabin>
- CATROGA, Fernando (2010) “Pátria, nação e nacionalismo” in Sobral, José e Vala, Jorge (org.) *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: ICS
- CHAUDPRADE, Aymeric (2001) *Géopolitique. Constantes et Changements dans l'Histoire*. Paris: Ellipses.
- COELHO, Nuno e KERSHAW, Adam (2009) *Uma Terra Sem Gente para Gente Sem Terra*. Guimarães: Rocha Artes Gráficas.
- COHEN, Saul (2003) *Geopolitics of the World System*. Oxford: Rowman & Littlefield.
- CRESPI, Franco (1997) “Cultura e Mudança Social” in *Manual de Sociologia da Cultura*, Lisboa: Editorial Estampa.
- CYMERMAN, Henrique (2004) *Entrevistas no Centro do Mundo*. Parede: Prime Books.
- DALE, Geir, (1997) “Pre-negotiations” in *Facilitating Oslo - How the Oslo Accord's "secret channel" opened, then closed*.
http://www.sabinet.co.za/abstracts/track2/track2_v6_n2_a9.html [23 de Maio de 2010].
- DARBY, John (2001), *Effects of Violence on Peace Processes*, Washington DC: United States Institute of Peace Studies.
- DEMANT, Peter (2000) “Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas” in Dupas, Gilberto e Vigevani Tullo (eds.) *Israel – Palestina: A Construção da paz vista de uma perspectiva global*, São Paulo: Editora UNESP.

- DEMIRDÖGEN, Ülkü (2011) *A Social-Psychological Approach To Conflict Resolution: Interactive Problem Solving*. International Journal of Social Inquiry, Volume 4 Number 1.
- DIAS, Carlos M. Mendes (2005) *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio.
- DUFFIELD, Mark e Waddell, Nicholas (2004) *Human Security and Global Danger: Exploring a Governmental Assemblage*. Relatório para ESRC's New Security Challenges Programme.
- ENGELAND Jan (1999) "Background to Chapter 20 - The Oslo Accord: Multiparty Facilitation through the Norwegian Channel" in *Herding cats: multiparty mediation in a complex world*, Washington DC: Endowment United States Institute of Peace.
- FISHER, R. J. (2005) (ed.) *Paving the Way: Contributions of Interactive Conflict Resolution to Peacemaking*. Lanham: Lexington Books.
- GESTOSO, Carlos (2007) "O conflito: bases teóricas e conceptuais" in *Estratégias de Negociação*. Mangualde: Edições Pedagogo, Lda.
- GRAY, Daniel (2009) The role played by 'spoilers' in peace processes. <http://www.e-ir.info/?p=2166>
- HOLSTI, Ole (2006) "Theories of International Relations" in *Making American Foreign Policy*. New York: Taylor and Francis Group.
- JACOBY, Tim (2008) "Mobilization", in *Understanding Conflict and Violence: Theoretical and interdisciplinary approaches*, New York: Routledge.
- JEWISH VIRTUAL LIBRARY (2011) Meretz-Yahad. <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/meretz.html> [10 de Abril de 2011].
- KELMAN, Herbert (1999) "Transforming the Relationship Between Former Enemies: A Social-Psychological Analysis", in Rothstein (ed.), *After the Peace. Resistance & Reconciliation*. Boulder, Colo.: Lynne Rienner Pubs. Inc.
- KELMAN, Herbert (2009) "A Social-Psychological Approach to Conflict Analysis and Resolution." in Sandole, Dennis Byrne, Sean; Sandole-Staroste, Ingrid e Senehi, Jessica (eds.), *Handbook of Conflict Analysis and Resolution*. New York: Routledge.
- KERR, Pauline (2007) "Human Security" in Collins, Allan (eds.) *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- KRIESBERG, Louis (2007) "Contemporary Conflict Resolution Applications" in Crocker, Chester; Hampson, Fen e Aall, Pamela (eds.) *Leashing the Dogs of*

War: Conflict Management in a Divided World. Washington D.C.: United States Institute of Peace.

KRÜGER, Helmuth (1986) *Introdução a Psicologia Social*. São Paulo, São Paulo: EPU.

LIEBERFELD, Daniel (2007) "Secrecy and "Two-Level Games"" in *the Oslo Accord: What the Primary Sources Tell Us in International Negotiation 13*. Martinus: Nijhoff publishers

LINKLATER, Andrew (1998), *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Columbia: University of South Carolina Press.

MCPEAK, Merrill A. (1976), "Israel: Borders and Security". *Foreign Affairs*, 54, nº 3.

MEDEA (s. d. a) *OLP - Organisation de Liberation de la Palestine*. <http://www.medeas.be/fr/pays/territoires-palestiniens-occupes-tpo/olp-organisation-de-liberation-de-la-palestine> [20 de Janeiro de 2011].

MEDEA (s. d. b) *FATAH*. <http://www.medeas.be/fr/pays/territoires-palestiniens-occupes-tpo/fatah/> [20 de Janeiro de 2011].

MEDEA (s. d. c) *FDLP - Front Populaire de Liberation de la Palestine* <http://www.medeas.be/fr/pays/territoires-palestiniens-occupes-tpo/fplp-front-populaire-de-liberation-de-la-palestine/> [20 de Janeiro de 2011].

MEDEA (s. d. d) *FDLP - Front Democratique de Liberation de la Palestine* <http://www.medeas.be/fr/pays/territoires-palestiniens-occupes-tpo/fdlp-front-democratique-de-liberation-de-la-palestine/> [20 de Janeiro de 2011].

MEDEA (s. d. e) *HAMAS* <http://www.medeas.be/fr/pays/territoires-palestiniens-occupes-tpo/hamas/> [20 de Janeiro de 2011].

MEDEA (s. d. f) *Likud*. <http://www.medeas.be/fr/pays/israel/partis-religieux-en-israel/> [20 de Janeiro de 2011].

MEDEA (s. d. g) *Parti Travailliste*. <http://www.medeas.be/fr/pays/israel/parti-travailliste/> [20 de Janeiro de 2011].

MEDEA (s. d. h) *Partis religieux en Israël*. <http://www.medeas.be/fr/pays/israel/partis-religieux-en-israel/> [20 de Janeiro de 2011].

MITCHELL, C. (1990) "Necessitous Man and Conflict Resolution: More Basic Questions About Basic Human Needs Theory" in J. Burton (ed.), *Conflict: Human Needs Theory* (149-176). New York: St. Martin's.

MONTBRIAL, Thierry (1992) "Maghreb-Machrek: détente régionale et périls intérieurs" in *Ramses 93*. Paris: Dunod-FRI.

- MORENO, Mário (2010) Shalom in Shemaysrael. <http://www.shemaysrael.com/artigos/125-escrituras/1462-shalom.html> [12 de Março de 2011].
- MUSUAH (s. d.) Historia Antigua y Moderna del pueblo de Israel. <http://www.masuah.org/historia.htm> [15 de Fevereiro de 2011].
- ONUF, Nicholas (1998) “Constructivism: A User’s Manual”, in Kuba’lkova’, Vendulka, et al. (eds.), *International Relations in a Constructed World*, Armonk, New York: M.E. Sharpe.
- PARSONS, Nigel (2009) The sPalestine Liberation Organization and the Oslo process - incorporation without accommodation - in Dayton, Bruce and Kriesberg Louis (eds.) *Conflict Transformation and Peacebuilding: moving from violence to sustainable peace*. London & New York: Routledge
- PEACE WATCH apud Eretzyisroel, (s. d.) Israel killed in Terror Attacks 1967-1997. <http://www.eretzyisroel.org/~jkatz/oslo.html> [2 de Fevereiro de 2011].
- REEVE, Johnmarshall (2005) Understanding motivation and emotion. New Jersey: John Wiley & Sons INC.
- RÉMOND, René (2002) *Introdução à História do Nosso Tempo: Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.
- REUS-SMIT, Christian (2005) “Constructivism” in Burchill, S. et al l (eds.) *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan.
- REUVENY, Rafael (2003) *Fundamentalist Colonialism: the Geopolitics of Israeli-Palestinian Conflict*. Political Geography, nº 22, 347-380.
- RORTY, Amélie e Wong, David. (1990) Aspects of identity and agency in Flanagan, Owen e Rorty, Amélie (org.). *Identity, character and morality*. Cambridge, Massa-chusetts: Mit Press.
- ROUHANA, Nadim (2004). Identity and power in the reconciliation of protracted national conflict in Eagly, Alice; Baron, Reuben e Hamilton, Lee (eds.) *The social psychology of group identity and social conflict: Theory, application, and practice*. Washington: American Psychological Association.
- ROY, Sara (2002) Why Peace Failed - An Oslo Autopsy. *Current History*, vol. 100, number 651, January 8, 2002.
- RUBIN, Barry (2006), *Israel’s New Strategy*. *Foreign Affairs*, 85, nº 4, 111-125.
- RYNHOLD, Jonathan (2008) The Failure of the Oslo Process: Inherently Flawed or Flawed Implementation?. Ramat Gan: The Begin-Sadat Center for Strategic Studies

- SAFANETA, Marisa (2003) *O processo de paz*. Le Monde Diplomatique. [http://www.monde-diplomatique .fr/cahier/proche-orient/chronogenerale](http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/proche-orient/chronogenerale). [14 de Fevereiro de 2011].
- SPOHR, Eduardo (2002) *O Conflito Árabe-Israelense - Ideologia, nacionalismo e cidadania no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: PUC-Rio
- SED-RAJNA, Gabrielle (2000) “Sionismo” in *ABCedário do Jadaísmo*, Paris: Flammarion.
- SEGEV, Tom (2006) *A Bitter Prize*. *Foreign Affairs*, 85, nº 3, 145-150.
- SIMPSON, Archie (2000) "Nations and States" in Salmon, Trevor and Imber, Mark (eds.) *Issues in Internacional relation*". Routledge: Oxon
- STEDMAN, Stephen John (2003) “Peace Processes and the Challenges of Violence”, in Darby, John and Ginty, Roger Mac (eds.), *Contemporary Peacemaking: conflict, violence and peace processes*, Basingstoke: Palgrave.
- UNRWA (United Nations Relief and Works Agency)(s. d.) a Palestine refugees.<http://www.unrwa.org/etemplate.php?id=86> [14 de Abril de 2011].
- WALLACH, John (2000), “The Israeli-Palestinian Conflict”, in Darby, John (org.) *The Effects of Violence on Peace Processes*, Washington DC: United States Institute of Peace Studies.
- WEINER, Bernard (1989) *Human Motivation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc Publishers.
- WENDT, Alexander (1992) “Anarchy is what Sates makes of it: The social construction of power politics” in Kratochwil, Friedrich; Mansfield, Edward D. (eds.) *International organization: a reader*. New York: Harper Collins College Publishers.
- WHITE HOUSE (s. d.) William J. Clinton. <http://www.whitehouse.gov/about/presidents/williamjclinton> [1 de Maio de 2011].
- ZARTMAN, William (1982) *The Practical Negotiator*. New Haven and London: Yale University Press.
- ZERUBAVEL, Yael (1995) “The Zionist Reconstruction of the Past” in *Recovered Roots: Collective Memory and the Making of Israeli National Tradition*, Chicago: University of Chicago Press.

Anexos

Anexo 1



Legenda: Israel e Estados fronteiriços, após a anexação dos Montes Golã e do Sinai, na sequência da Guerra dos Seis Dias em 1967.

Fonte: Nation master (1970) Israel and bordering states.

http://images.nationmaster.com/images/motw/middle_east_and_asia/israel_bordering_states_pol_1970.jpg [28 de Abril de 2011].

Anexo 2

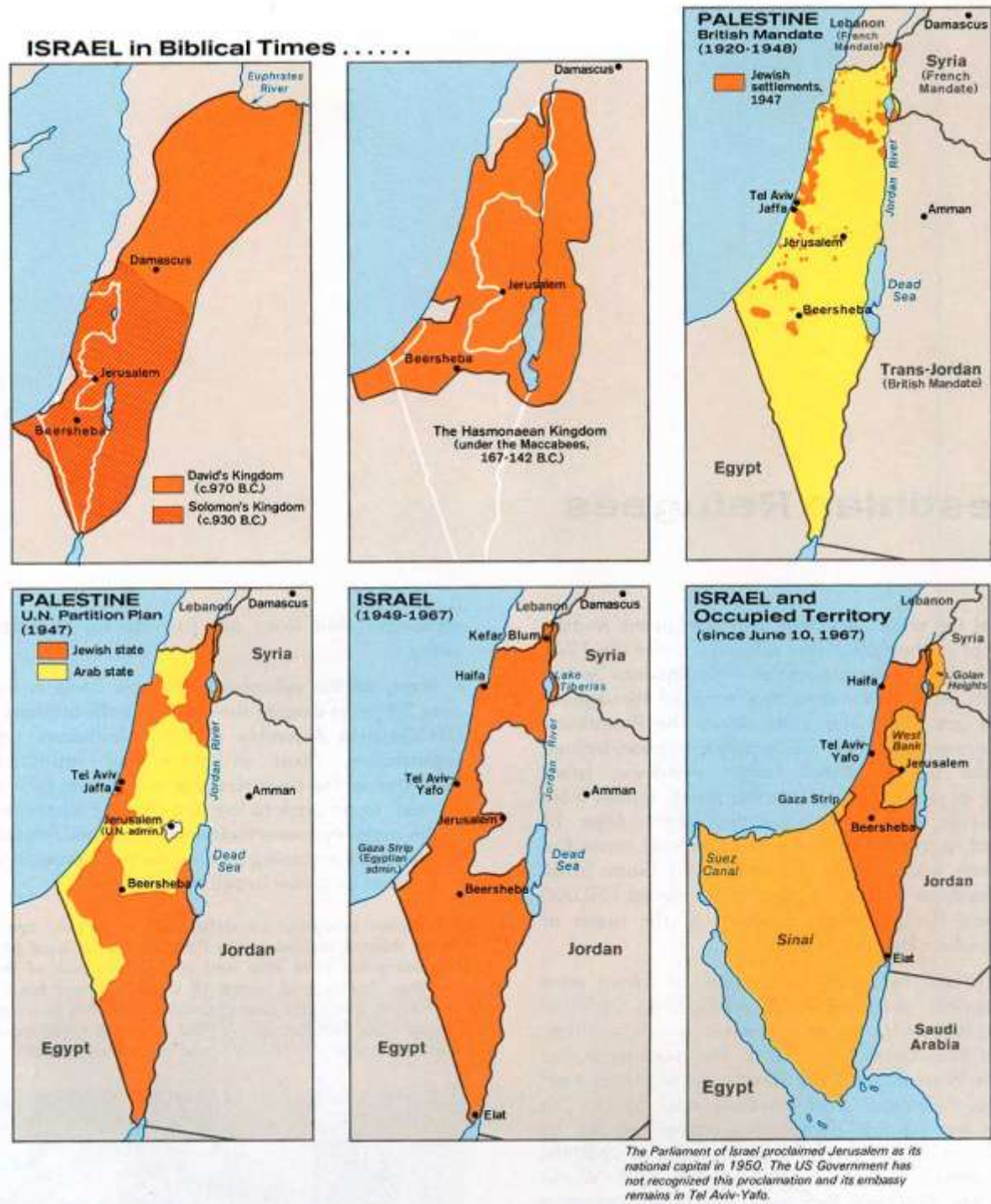


Legenda: Israel e Estados fronteiriços em 1990.

Fonte: Nation master (1990) Israel and Neighboring States,

http://images.nationmaster.com/images/motw/middle_east_and_asia/israel_nbr90.jpg [28 de Abril de 2011].

Anexo 3

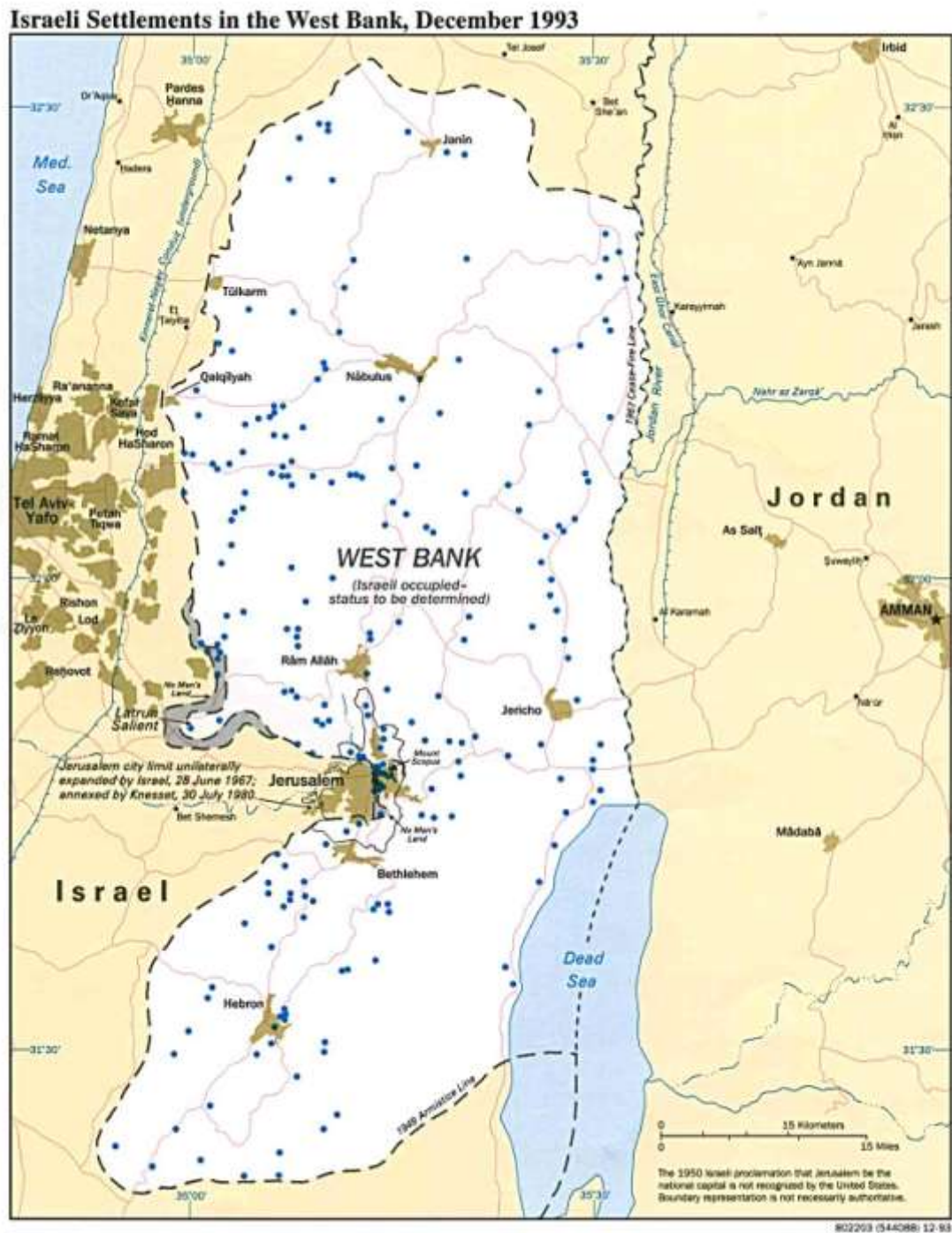


Legenda: Registos cartográficos desde os tempos bíblicos e 1967.

Fonte: Nation master (s. d.) Israel in biblical times.

http://images.nationmaster.com/images/motw/historical/israel_hist_1973.jpg [28 de Abril de 2011].

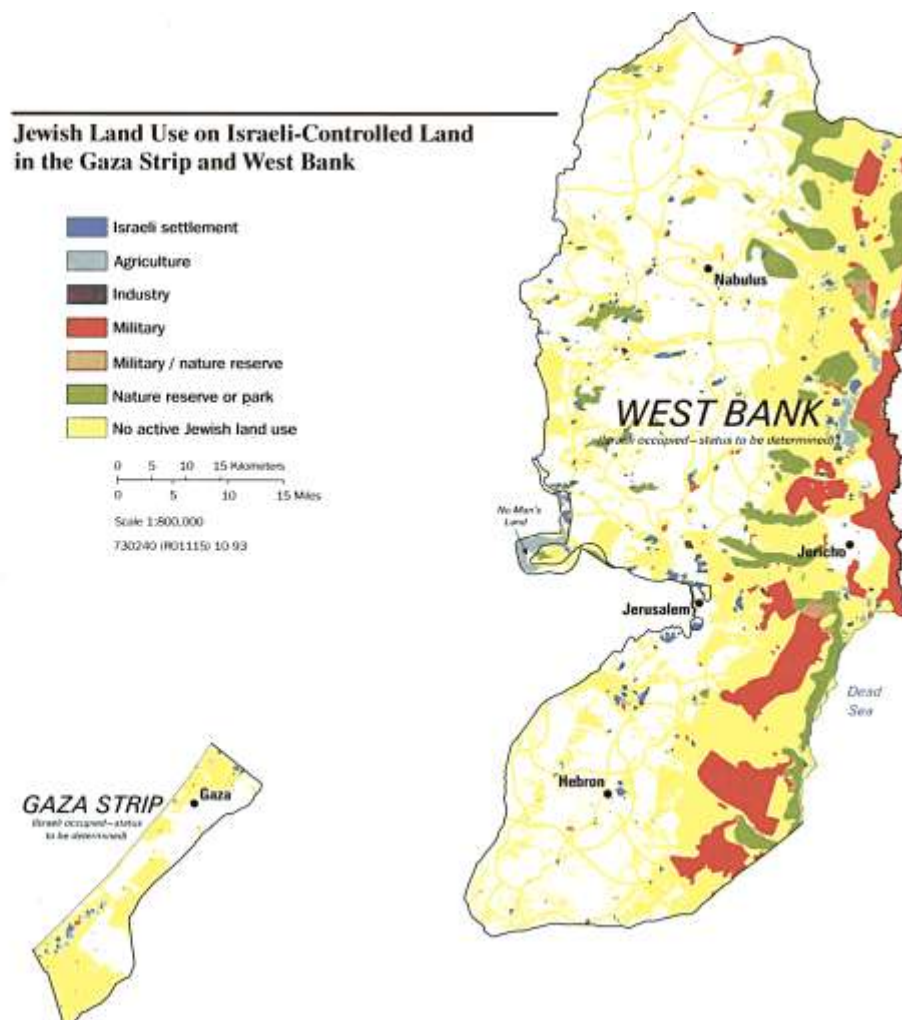
Anexo 4



Legenda: Colonatos judeus na Cisjordânia em Dezembro de 1993.

Fonte: Nation master (1993) Israeli Settlements in the West Bank, December 1993.
http://images.nationmaster.com/images/motw/middle_east_and_asia/wbank_93.jpg [28 de Abril de 2011].

Anexo 5

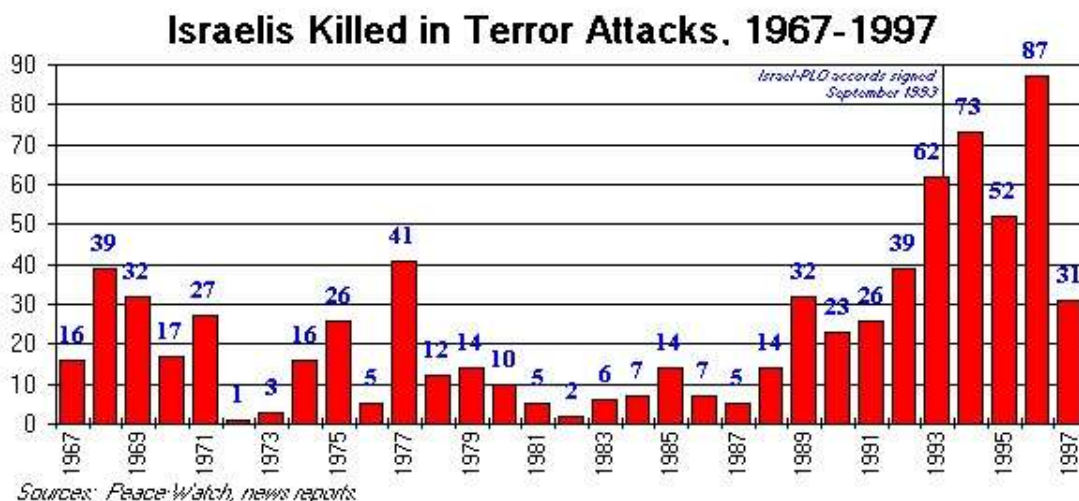


Legenda: Utilização da terra por parte de Israel na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Fonte: Nation master (1993) Jewish Land Use on Israeli-Controlled Land in Gaza Strip and the West Bank.

http://images.nationmaster.com/images/motw/middle_east_and_asia/jewish_land_use.gif [28 de Abril de 2011].

Anexo 6



Legenda: Cidadãos israelitas vítimas de ataques terroristas palestinianos entre 1967 e 1997.

Fonte: PEACE WATCH apud Eretzyisroel, (s. d.) Israel killed in Terror Attacks 1967-1997. <http://www.eretzyisroel.org/~jkatz/oslo.html> [2 de Fevereiro de 2011].

Anexo 7

Declaration of Principles
On Interim Self-Government Arrangements

(September 13, 1993)

The Government of the State of Israel and the P.L.O. team (in the Jordanian-Palestinian delegation to the Middle East Peace Conference) (the "Palestinian Delegation"), representing the Palestinian people, agree that it is time to put an end to decades of confrontation and conflict, recognize their mutual legitimate and political rights, and strive to live in peaceful coexistence and mutual dignity and security and achieve a just, lasting and comprehensive peace settlement and historic reconciliation through the agreed political process. Accordingly, the, two sides agree to the following principles:

ARTICLE I

AIM OF THE NEGOTIATIONS

The aim of the Israeli-Palestinian negotiations within the current Middle East peace process is, among other things, to establish a Palestinian Interim Self-Government

Authority, the elected Council (the "Council"), for the Palestinian people in the West Bank and the Gaza Strip, for a transitional period not exceeding five years, leading to a permanent settlement based on Security Council Resolutions 242 and 338.

It is understood that the interim arrangements are an integral part of the whole peace process and that the negotiations on the permanent status will lead to the implementation of Security Council Resolutions 242 and 338.

ARTICLE II

FRAMEWORK FOR THE INTERIM PERIOD

The agreed framework for the interim period is set forth in this Declaration of Principles.

ARTICLE III

ELECTIONS

In order that the Palestinian people in the West Bank and Gaza Strip may govern themselves according to democratic principles, direct, free and general political elections will be held for the Council under agreed supervision and international observation, while the Palestinian police will ensure public order.

An agreement will be concluded on the exact mode and conditions of the elections in accordance with the protocol attached as Annex I, with the goal of holding the elections not later than nine months after the entry into force of this Declaration of Principles.

These elections will constitute a significant interim preparatory step toward the realization of the legitimate rights of the Palestinian people and their just requirements.

ARTICLE IV

JURISDICTION

Jurisdiction of the Council will cover West Bank and Gaza Strip territory, except for issues that will be negotiated in the permanent status negotiations. The two sides view the West Bank and the Gaza Strip as a single territorial unit, whose integrity will be preserved during the interim period.

ARTICLE V

TRANSITIONAL PERIOD AND PERMANENT STATUS NEGOTIATIONS

The five-year transitional period will begin upon the withdrawal from the Gaza Strip and Jericho area.

Permanent status negotiations will commence as soon as possible, but not later than the beginning of the third year of the interim period, between the Government of Israel and the Palestinian people representatives.

It is understood that these negotiations shall cover remaining issues, including: Jerusalem, refugees, settlements, security arrangements, borders, relations and cooperation with other neighbors, and other issues of common interest.

The two parties agree that the outcome of the permanent status negotiations should not be prejudiced or preempted by agreements reached for the interim period.

ARTICLE VI

PREPARATORY TRANSFER OF POWERS AND RESPONSIBILITIES

Upon the entry into force of this Declaration of Principles and the withdrawal from the Gaza Strip and the Jericho area, a transfer of authority from the Israeli military government and its Civil Administration to the authorised Palestinians for this task, as detailed herein, will commence. This transfer of authority will be of a preparatory nature until the inauguration of the Council.

Immediately after the entry into force of this Declaration of Principles and the withdrawal from the Gaza Strip and Jericho area, with the view to promoting economic development in the West Bank and Gaza Strip, authority will be transferred to the Palestinians on the following spheres: education and culture, health, social welfare, direct taxation, and tourism. The Palestinian side will commence in building the Palestinian police force, as agreed upon. Pending the inauguration of the Council, the two parties may negotiate the transfer of additional powers and responsibilities, as agreed upon.

ARTICLE VII

INTERIM AGREEMENT

The Israeli and Palestinian delegations will negotiate an agreement on the interim period (the "Interim Agreement")

The Interim Agreement shall specify, among other things, the structure of the Council, the number of its members, and the transfer of powers and responsibilities from the Israeli military government and its Civil Administration to the Council. The Interim Agreement shall also specify the Council's executive authority, legislative authority in accordance with Article IX below, and the independent Palestinian judicial organs.

The Interim Agreement shall include arrangements, to be implemented upon the inauguration of the Council, for the assumption by the Council of all of the powers and responsibilities transferred previously in accordance with Article VI above.

In order to enable the Council to promote economic growth, upon its inauguration, the Council will establish, among other things, a Palestinian Electricity Authority, a Gaza Sea Port Authority, a Palestinian Development Bank, a Palestinian Export Promotion Board, a Palestinian Environmental Authority, a Palestinian Land Authority and a Palestinian Water Administration Authority, and any other Authorities agreed upon, in accordance with the Interim Agreement that will specify their powers and responsibilities.

After the inauguration of the Council, the Civil Administration will be dissolved, and the Israeli military government will be withdrawn.

ARTICLE VIII

PUBLIC ORDER AND SECURITY

In order to guarantee public order and internal security for the Palestinians of the West Bank and the Gaza Strip, the Council will establish a strong police force, while Israel will continue to carry the responsibility for defending against external threats, as well as the responsibility for overall security of Israelis for the purpose of safeguarding their internal security and public order.

ARTICLE IX

LAWS AND MILITARY ORDERS

The Council will be empowered to legislate, in accordance with the Interim Agreement, within all authorities transferred to it.

Both parties will review jointly laws and military orders presently in force in remaining spheres.

ARTICLE X

JOINT ISRAELI-PALESTINIAN LIAISON COMMITTEE

In order to provide for a smooth implementation of this Declaration of Principles and any subsequent agreements pertaining to the interim period, upon the entry into force of this Declaration of Principles, a Joint Israeli-Palestinian Liaison Committee will be established in order to deal with issues requiring coordination, other issues of common interest, and disputes.

ARTICLE XI

ISRAELI-PALESTINIAN COOPERATION IN ECONOMIC FIELDS

Recognizing the mutual benefit of cooperation in promoting the development of the West Bank, the Gaza Strip and Israel, upon the entry into force of this Declaration of Principles, an Israeli-Palestinian Economic Cooperation Committee will be established in order to develop and implement in a cooperative manner the programs identified in the protocols attached as Annex III and Annex IV .

ARTICLE XII

LIAISON AND COOPERATION WITH JORDAN AND EGYPT

The two parties will invite the Governments of Jordan and Egypt to participate in establishing further liaison and cooperation arrangements between the Government of Israel and the Palestinian representatives, on the one hand, and the Governments of Jordan and Egypt, on the other hand, to promote cooperation between them. These arrangements will include the constitution of a Continuing Committee that will decide by agreement on the modalities of admission of persons displaced from the West Bank and Gaza Strip in 1967, together with necessary measures to prevent disruption and disorder. Other matters of common concern will be dealt with by this Committee.

ARTICLE XIII

REDEPLOYMENT OF ISRAELI FORCES

After the entry into force of this Declaration of Principles, and not later than the eve of elections for the Council, a redeployment of Israeli military forces in the West Bank and the Gaza Strip will take place, in addition to withdrawal of Israeli forces carried out in accordance with Article XIV.

In redeploying its military forces, Israel will be guided by the principle that its military forces should be redeployed outside populated areas.

Further redeployments to specified locations will be gradually implemented commensurate with the assumption of responsibility for public order and internal security by the Palestinian police force pursuant to Article VIII above.

ARTICLE XIV

ISRAELI WITHDRAWAL FROM THE GAZA STRIP AND JERICHO AREA

Israel will withdraw from the Gaza Strip and Jericho area, as detailed in the protocol attached as Annex II.

ARTICLE XV

RESOLUTION OF DISPUTES

Disputes arising out of the application or interpretation of this Declaration of Principles, or any subsequent agreements pertaining to the interim period, shall be resolved by negotiations through the Joint Liaison Committee to be established pursuant to Article X above.

Disputes which cannot be settled by negotiations may be resolved by a mechanism of conciliation to be agreed upon by the parties.

The parties may agree to submit to arbitration disputes relating to the interim period, which cannot be settled through conciliation. To this end, upon the agreement of both parties, the parties will establish an Arbitration Committee.

ARTICLE XVI

ISRAELI-PALESTINIAN COOPERATION CONCERNING REGIONAL PROGRAMS

Both parties view the multilateral working groups as an appropriate instrument for promoting a "Marshall Plan", the regional programs and other programs, including special programs for the West Bank and Gaza Strip, as indicated in the protocol attached as Annex IV .

ARTICLE XVII

MISCELLANEOUS PROVISIONS

This Declaration of Principles will enter into force one month after its signing.

All protocols annexed to this Declaration of Principles and Agreed Minutes pertaining thereto shall be regarded as an integral part hereof.

Done at Washington, D.C., this thirteenth day of September, 1993.

For the Government of Israel
For the P.L.O.

Witnessed By:

The United States of America
The Russian Federation

ANNEX I

PROTOCOL ON THE MODE AND CONDITIONS OF ELECTIONS

Palestinians of Jerusalem who live there will have the right to participate in the election process, according to an agreement between the two sides.

In addition, the election agreement should cover, among other things, the following issues:

the system of elections;

the mode of the agreed supervision and international observation and their personal composition; and

rules and regulations regarding election campaign, including agreed arrangements for the organizing of mass media, and the possibility of licensing a broadcasting and TV station.

The future status of displaced Palestinians who were registered on 4th June 1967 will not be prejudiced because they are unable to participate in the election process due to practical reasons.

ANNEX II

PROTOCOL ON WITHDRAWAL OF ISRAELI FORCES FROM THE GAZA STRIP AND JERICHO AREA

The two sides will conclude and sign within two months from the date of entry into force of this Declaration of Principles, an agreement on the withdrawal of Israeli military forces from the Gaza Strip and Jericho area. This agreement will include comprehensive arrangements to apply in the Gaza Strip and the Jericho area subsequent to the Israeli withdrawal.

Israel will implement an accelerated and scheduled withdrawal of Israeli military forces from the Gaza Strip and Jericho area, beginning immediately with the signing of the agreement on the Gaza Strip and Jericho area and to be completed within a period not exceeding four months after the signing of this agreement.

The above agreement will include, among other things:

Arrangements for a smooth and peaceful transfer of authority from the Israeli military government and its Civil Administration to the Palestinian representatives.

Structure, powers and responsibilities of the Palestinian authority in these areas, except: external security, settlements, Israelis, foreign relations, and other mutually agreed matters.

Arrangements for the assumption of internal security and public order by the Palestinian police force consisting of police officers recruited locally and from abroad holding Jordanian passports and Palestinian documents issued by Egypt). Those who will participate in the Palestinian police force coming from abroad should be trained as police and police officers.

A temporary international or foreign presence, as agreed upon.

Establishment of a joint Palestinian-Israeli Coordination and Cooperation Committee for mutual security purposes.

An economic development and stabilization program, including the establishment of an Emergency Fund, to encourage foreign investment, and financial and economic support. Both sides will coordinate and cooperate jointly and unilaterally with regional and international parties to support these aims.

Arrangements for a safe passage for persons and transportation between the Gaza Strip and Jericho area.

The above agreement will include arrangements for coordination between both parties regarding passages:

Gaza - Egypt; and

Jericho - Jordan.

The offices responsible for carrying out the powers and responsibilities of the Palestinian authority under this Annex II and Article VI of the Declaration of Principles

will be located in the Gaza Strip and in the Jericho area pending the inauguration of the Council.

Other than these agreed arrangements, the status of the Gaza Strip and Jericho area will continue to be an integral part of the West Bank and Gaza Strip, and will not be changed in the interim period.

ANNEX III

PROTOCOL ON ISRAELI-PALESTINIAN COOPERATION IN ECONOMIC AND DEVELOPMENT PROGRAMS

The two sides agree to establish an Israeli-Palestinian continuing Committee for Economic Cooperation, focusing, among other things, on the following:

Cooperation in the field of water, including a Water Development Program prepared by experts from both sides, which will also specify the mode of cooperation in the management of water resources in the West Bank and Gaza Strip, and will include proposals for studies and plans on water rights of each party, as well as on the equitable utilization of joint water resources for implementation in and beyond the interim period.

Cooperation in the field of electricity, including an Electricity Development Program, which will also specify the mode of cooperation for the production, maintenance, purchase and sale of electricity resources.

Cooperation in the field of energy, including an Energy Development Program, which will provide for the exploitation of oil and gas for industrial purposes, particularly in the Gaza Strip and in the Negev, and will encourage further joint exploitation of other energy resources. This Program may also provide for the construction of a Petrochemical industrial complex in the Gaza Strip and the construction of oil and gas pipelines.

Cooperation in the field of finance, including a Financial Development and Action Program for the encouragement of international investment in the West Bank and the Gaza Strip, and in Israel, as well as the establishment of a Palestinian Development Bank.

Cooperation in the field of transport and communications, including a Program, which will define guidelines for the establishment of a Gaza Sea Port Area, and will provide for the establishing of transport and communications lines to and from the West Bank and the Gaza Strip to Israel and to other countries. In addition, this Program will provide for carrying out the necessary construction of roads, railways, communications lines, etc.

Cooperation in the field of trade, including studies, and Trade Promotion Programs, which will encourage local, regional and inter-regional trade, as well as a feasibility study of creating free trade zones in the Gaza Strip and in Israel, mutual access to these zones, and cooperation in other areas related to trade and commerce.

Cooperation in the field of industry, including Industrial Development Programs, which will provide for the establishment of joint Israeli- Palestinian Industrial Research and Development Centers, will promote Palestinian-Israeli joint ventures, and provide guidelines for cooperation in the textile, food, pharmaceutical, electronics, diamonds, computer and science-based industries.

A program for cooperation in, and regulation of, labor relations and cooperation in social welfare issues.

A Human Resources Development and Cooperation Plan, providing for joint Israeli-Palestinian workshops and seminars, and for the establishment of joint vocational training centers, research institutes and data banks.

An Environmental Protection Plan, providing for joint and/or coordinated measures in this sphere.

A program for developing coordination and cooperation in the field of communication and media.

Any other programs of mutual interest.

ANNEX IV

PROTOCOL ON ISRAELI-PALESTINIAN COOPERATION CONCERNING REGIONAL DEVELOPMENT PROGRAMS

The two sides will cooperate in the context of the multilateral peace efforts in promoting a Development Program for the region, including the West Bank and the Gaza Strip, to be initiated by the G-7. The parties will request the G-7 to seek the participation in this program of other interested states, such as members of the Organisation for Economic Cooperation and Development, regional Arab states and institutions, as well as members of the private sector.

The Development Program will consist of two elements:

an Economic Development Program for the West Bank and the Gaza Strip.

a Regional Economic Development Program.

The Economic Development Program for the West Bank and the Gaza strip will consist of the following elements:

A Social Rehabilitation Program, including a Housing and Construction Program.

A Small and Medium Business Development Plan.

An Infrastructure Development Program (water, electricity, transportation and communications, etc.)

A Human Resources Plan.

Other programs.

The Regional Economic Development Program may consist of the following elements:

The establishment of a Middle East Development Fund, as a first step, and a Middle East Development Bank, as a second step.

The development of a joint Israeli-Palestinian-Jordanian Plan for coordinated exploitation of the Dead Sea area.

The Mediterranean Sea (Gaza) - Dead Sea Canal.

Regional Desalinization and other water development projects.

A regional plan for agricultural development, including a coordinated regional effort for the prevention of desertification.

Interconnection of electricity grids.

Regional cooperation for the transfer, distribution and industrial exploitation of gas, oil and other energy resources.

A Regional Tourism, Transportation and Telecommunications Development Plan.

Regional cooperation in other spheres.

The two sides will encourage the multilateral working groups, and will coordinate towards their success. The two parties will encourage intersessional activities, as well as pre-feasibility and feasibility studies, within the various multilateral working groups.

AGREED MINUTES TO THE DECLARATION OF PRINCIPLES ON INTERIM SELF-GOVERNMENT ARRANGEMENTS

A. GENERAL UNDERSTANDINGS AND AGREEMENTS

Any powers and responsibilities transferred to the Palestinians pursuant to the Declaration of Principles prior to the inauguration of the Council will be subject to the same principles pertaining to Article IV, as set out in these Agreed Minutes below.

B. SPECIFIC UNDERSTANDINGS AND AGREEMENTS

Article IV

It is understood that:

Jurisdiction of the Council will cover West Bank and Gaza Strip territory, except for issues that will be negotiated in the permanent status negotiations: Jerusalem, settlements, military locations, and Israelis.

The Council's jurisdiction will apply with regard to the agreed powers, responsibilities, spheres and authorities transferred to it.

Article VI (2)

It is agreed that the transfer of authority will be as follows:

The Palestinian side will inform the Israeli side of the names of the authorised Palestinians who will assume the powers, authorities and responsibilities that will be transferred to the Palestinians according to the Declaration of Principles in the following fields: education and culture, health, social welfare, direct taxation, tourism, and any other authorities agreed upon.

It is understood that the rights and obligations of these offices will not be affected.

Each of the spheres described above will continue to enjoy existing budgetary allocations in accordance with arrangements to be mutually agreed upon. These arrangements also will provide for the necessary adjustments required in order to take into account the taxes collected by the direct taxation office.

Upon the execution of the Declaration of Principles, the Israeli and Palestinian delegations will immediately commence negotiations on a detailed plan for the transfer of authority on the above offices in accordance with the above understandings.

Article VII (2)

The Interim Agreement will also include arrangements for coordination and cooperation.

Article VII (5)

The withdrawal of the military government will not prevent Israel from exercising the powers and responsibilities not transferred to the Council.

Article VIII

It is understood that the Interim Agreement will include arrangements for cooperation and coordination between the two parties in this regard. It is also agreed that the transfer of powers and responsibilities to the Palestinian police will be accomplished in a phased manner, as agreed in the Interim Agreement.

Article X

It is agreed that, upon the entry into force of the Declaration of Principles, the Israeli and Palestinian delegations will exchange the names of the individuals designated by them as members of the Joint Israeli-Palestinian Liaison Committee.

It is further agreed that each side will have an equal number of members in the Joint Committee. The Joint Committee will reach decisions by agreement. The Joint Committee may add other technicians and experts, as necessary. The Joint Committee will decide on the frequency and place or places of its meetings.

Annex II

It is understood that, subsequent to the Israeli withdrawal, Israel will continue to be responsible for external security, and for internal security and public order of settlements and Israelis. Israeli military forces and civilians may continue to use roads freely within the Gaza Strip and the Jericho area.

Done at Washington, D.C., this thirteenth day of September, 1993.

For the Government of Israel

For the P.L.O.

Witnessed By:

The United States of America

The Russian Federation

Fonte: ISRAEL E ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (1993)
Declaration of Principles On Interim Self-Government Arrangements, assinado em
Washington D.C. a 13 de Setembro.